



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CAMILA LÍVIO EMÍDIO

**JÚLIO RIBEIRO E A FUNDAÇÃO DE UM ESPAÇO DE
ESCRITA NACIONAL**

Londrina
2013

CAMILA LÍVIO EMÍDIO

**JÚLIO RIBEIRO E A FUNDAÇÃO DE UM ESPAÇO DE
ESCRITA NACIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Mariângela Peccioli
Galli Joanilho.

Londrina
2013

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca
Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E53j Emídio, Camila Lívio.

Júlio Ribeiro e a fundação de um espaço de escrita nacional /
Camila Lívio Emídio. – Londrina, 2013.

166 f : il.

Orientador: Mariângela Peccioli Galli Joanilho.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade
Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2013.

1. Ribeiro, Julio, 1845-1890 – Teses. 2. Língua portuguesa –
Gramática 1881-1885 – Teses. 3. Língua portuguesa – Semântica
histórica – Teses. 4. Nacionalismo – Teses. 5. Linguística – Teses. I
Joanilho, Mariângela Peccioli Galli. II. Universidade Estadual de
Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-
Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 806.90-5

CAMILA LÍVIO EMÍDIO

**JÚLIO RIBEIRO E A FUNDAÇÃO DE UM ESPAÇO DE ESCRITA
NACIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mariângela Peccioli Galli Joaínilho.
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck
UEL – Londrina - PR

Profa. Dra. Regina Célia dos Santos Alves.
UEL – Londrina - PR

Londrina, 28 de fevereiro de 2013.

Agradecimentos

À minha mãe, pela amizade, o amor e o companheirismo. Ao meu pai, pelo suporte, incentivo e amor. A vocês, todo o meu agradecimento hoje e sempre.

Agradeço a minha irmã, Gabriela, pela sempre muito boa convivência e pela amizade que, apesar da distância, se fortalece e aumenta a cada dia.

Agradeço minha avó e meus tios Monica, Antonio e Marcos. Um agradecimento especial para meu tio Eduardo e minha tia Preta, pelas sempre boas e felizes conversas quando nos encontramos.

Agradeço ao Miguel, por muitas coisas, mas pela mais importante delas, o companheirismo. Obrigada pelos dias felizes e pelo empréstimo ilimitado de livros.

Vou devolvê-los! Obrigada pelo suporte, sempre carinhoso e discreto.

Agradeço Thalita pelos anos de convivência: Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Espírito Santo, 1276, 601. Minha companheira. Obrigada por compartilhar comigo sua maneira calma e atenta de observar a vida.

Agradeço aos amigos: Juan, Caru, Júli, Laura, Jaci, Bárbara, Telma e Henrique pela ótima companhia que vocês são. Um agradecimento especial para a Amanda, por ser a pessoa e amiga maravilhosa que é, e ao Felipe, o meu grande amigo de hoje e sempre.

À minha turma de Letras Vernáculas e Clássicas da UEL, foram anos maravilhosos!

Agradeço ao GEAL pela companhia e dedicação. Agradeço especialmente ao Anderson. Não posso deixar de agradecer às Lias (Oliveira e Aguiar), Thalita e ao João, novos amigos que fiz no mestrado.

À Ana, Fernanda, Juliana, Amanda, Jaqueline, Karine e Nathália, pela amizade desses anos todos.

Ao professor Paulo Galembeck, por ser um grande exemplo de professor. Obrigada por participar da arguição de meu trabalho no SEDATA, por criticá-lo na qualificação e por ser parte da defesa.

À professora Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, pela atenção e participação em minha qualificação; e à professora Regina Célia dos Santos Alves, pela leitura minuciosa de meu trabalho para a banca de defesa.

O último agradecimento é especial: minha professora e orientadora Mariângela, por ter, no segundo ano da graduação, falado de Ferdinand de Saussure e dos Estruturalistas em suas aulas com tanta paixão. Este trabalho é fruto de uma jornada que lá começou com sua grande influência. Obrigada por me acolher esses anos todos (já são cinco!) com afetividade e rigor.

À CAPES, pelo auxílio financeiro.

Buscando sentido

O sentido, acho, é a entidade mais misteriosa do universo.
Relação, não coisa, entre a consciência, a vivência e as coisas e os eventos.
O sentido dos gestos. O sentido dos produtos. O sentido do ato de existir.
Me recuso a viver num mundo sem sentido.
Estes anseios/ensaios são incursões conceptuais em busca do sentido.
Pois isso é próprio da natureza do sentido: ele não existe nas coisas, tem que ser
buscado,
numa busca que é sua própria fundação.
Só buscar o sentido faz, realmente, sentido.
Tirando isso, não tem sentido.

Paulo Leminski

EMÍDIO, Camila Lívio. **Júlio Ribeiro e a fundação de um espaço de escrita nacional**. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

O final do século XIX, no Brasil, constitui-se como um cenário importante para o domínio dos estudos da linguagem como um todo. Esse fato se deve à produção de instrumentos tecnológicos – como gramáticas e dicionários – que construíram um espaço de diferença para o português aqui falado em contraste com o português europeu, tendo como um dos objetivos principais estabelecer uma identidade brasileira e refletir sobre os contornos da língua portuguesa no Brasil. A transição do século XIX para o XX é marcada, portanto, no âmbito linguístico, por uma mudança de pensamento que provém de uma elite pensante brasileira e propõe uma reconfiguração do *lugar* que emana o conhecimento científico e cultural nacional, bem como a visão que se tem sobre aquilo que *significa* ser brasileiro. Neste trabalho destacamos Julio Ribeiro: mineiro, republicano, polemista e amante das letras, que em muito contribuiu para o segundo período de gramatização do português brasileiro e para a formação de uma identidade nacional. Nossa proposta de análise são as cartas publicadas em jornal do interior do estado de São Paulo nos anos de 1885, sob o título de *Cartas Sertanejas*, bem como a sua *Grammatica Portuguesa* (publicada em 1881), em busca de demonstrar de que maneiras dois espaços linguísticos diferentes (o jornal e a gramática) confluem para um mesmo fim. Assim, formulamos a hipótese de que essas textualidades trabalham, cada uma a sua maneira, para a materialização dos ideais de ruptura com Portugal e independência brasileira do final do século. Para tanto, nossas reflexões se baseiam nas discussões sobre a língua, o sujeito e o Estado, formuladas pelo programa de estudos da História das Ideias Linguísticas, e na Semântica do Acontecimento, que produz um dispositivo analítico pertinente para compreender o funcionamento dos sentidos de nação e ruptura no corpus selecionado.

Palavras-chave: Gramatização do português brasileiro. História das ideias linguísticas. Semântica do acontecimento. Júlio Ribeiro.

EMÍDIO, Camila Lívio. **Júlio Ribeiro and the foundation of a national writing space**. 2013. 166 f. Thesis (Master's Degree in Language Studies) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ABSTRACT

The late nineteenth century in Brazil constitutes itself as an important scenario for the field of language studies as a whole. This is attributable to the production of technological tools - such as grammars and dictionaries - which have built a space of difference for Portuguese language spoken here in contrast to the European Portuguese, having as a major goal to establish a Brazilian identity and reflect on the contours of the language in Brazil. The transition from the nineteenth to the twentieth century is characterized, in the linguistic context, by a change of mind that stems from a Brazilian thinking elite who proposes a reconfiguration of place that emanates the national scientific and cultural knowledge, as well as the vision on what it means to be Brazilian. In this study we highlight Júlio Ribeiro: mineiro, Republican, polemicist and art lover, which greatly contributed to the second period of Brazilian Portuguese grammatisation and the formation of an imaginary of national identity. Our proposal of analysis are the letters published in a newspaper in the state of São Paulo in 1885, *Cartas Sertanejas*, as well as his *Grammatica Portuguesa* (published in 1881), seeking to demonstrate ways that two different language areas (the newspaper and grammar) converge to the same intention. Thus, We formulate the hypothesis that these textualities work, each in their own way, for the materialization of the ideals of independence and rupture with Portugal and Brazil at the end of the century. Therefore, our reflections are based on discussions about language, subject and State, formulated by the History of Linguistics Ideas study program, and the 'Semântica do acontecimento', which produces a pertinent analytical device to understand the functioning of the senses of nation and rupture in the corpus selected.

Keywords: Brazilian Portuguese grammatisation. History of linguistics Idea. Semântica do acontecimento. Júlio Ribeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Objetivos da pesquisa	12
Sobre o método e a metodologia	13
Constituição do corpus	15
PARTE 1 – A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL: PRESSUPOSTOS PARA PENSAR O CENÁRIO DA GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA DO PORTUGUÊS	18
1.1 DE JULIO CESAR VAUGHAN A JÚLIO RIBEIRO	18
1.2 O CENÁRIO SÓCIO POLÍTICO CULTURAL BRASILEIRO DO SÉCULO XIX	25
1.3 A LITERATURA COMO REPRESENTAÇÃO ESTÉTICA DE REVOLUÇÕES	30
1.4 A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL	35
1.5 O PROBLEMA DO NOME DA LÍNGUA	43
1.6 O PREÇO DO MONOLINGUISMO	46
1.7 O ADVENTO DA GRAMATIZAÇÃO	51
1.7.1 A Primeira Revolução Tecnolinguística: a Escrita	51
1.7.2 A Segunda Revolução Tecnolinguística: a Gramatização	57
1.7.3 A Contribuição da Imprensa Periódica Brasileira	64
PARTE 2 - A SEMÂNTICA HISTÓRICA DA ENUNCIÇÃO: O FUNCIONAMENTO DOS SENTIDOS DE NACIONALISMO E RUPTURA EM JÚLIO RIBEIRO	74
2.1 A SEMÂNTICA	74
2.2 A ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE E OSWALD DUCROT	84
2.3 A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO	92
2.3.1 Espaço de Enunciação	96
2.3.2 A Cena Enunciativa	98
2.3.3 A Designação – Determinação e Predicação	99
2.3.4 A Reescrituração	101
2.4 A <i>GRAMMATICA PORTUGUEZA</i> – CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES	103
2.4.1 AS <i>CARTAS SERTANEJAS</i> – CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES	124

CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	144
ANEXOS	149

INTRODUÇÃO

O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?
José de Alencar, 23 de julho de 1872.

A *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, no Brasil, foi e ainda é objeto de inquietação para pesquisadores e interessados em questões que versam sobre a língua. Muitas são as pesquisas que têm essa gramática como objeto de estudos, em razão de sua importância para a história das gramáticas no Brasil, e também pela contribuição que o autor deixou, em geral, para o estudo da língua e da sociedade brasileiras do final do século XIX, período no qual atuou. Sua *Grammatica Portuguesa* dividiu o cenário dos estudos linguísticos no Brasil: “Depois que Júlio Ribeiro, imprimiu nova direção aos estudos grammaticaes, romperam-se os velhos moldes, e estabeleceu-se largo conflicto entre a eschola tradicional e a nova corrente” (PEREIRA, 1907). A gramática de Ribeiro anunciava um novo posicionamento em relação aos estudos sobre a língua no Brasil, que se distanciavam da tradição e buscavam novas influências. A referência ao autor na gramática de Eduardo Carlos Pereira não é um acaso, antes, funciona como a concretização da renovação a partir de seus estudos, demonstrando que, ao reconhecer a importância desta reconfiguração dos estudos sobre a língua, a própria *Grammatica Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira (1907) insere-se nessa nova ordem. Esta noção de “novidade” é também expressa por Maximino Maciel (*apud* FÁVERO, 2002, p. 74), quando o estudioso manifesta-se ao dizer que “o mérito de haver sido o primeiro a trasladar para compêndio didático a nova orientação, e vertendo os alicerces da rotina e servindo de norma para algumas Gramáticas [...]” foi de Júlio Ribeiro.

Essas inovações, segundo Fávero (2002), dizem respeito ao esforço que o autor teve em afastar-se das orientações tradicionais, como as da Gramática Geral. Embora Ribeiro não tenha conseguido desvencilhar-se completamente das influências clássicas, sua obra imprimiu novo direcionamento a esses estudos, introduzindo “os princípios do evolucionismo biológico e do método histórico-comparativo” (FÁVERO, 2002, p. 87).

Minha história com Júlio Ribeiro iniciou-se na graduação, quando começava a participar do projeto de pesquisa de minha orientadora Mariângela Joaquinho. Aos poucos, ia tomando conhecimento de sua múltipla obra, e esse interesse gerou alguns frutos até aqui: uma iniciação científica e um projeto de mestrado.

Neste trabalho desenvolvemos as ideias desse projeto e temos como objeto de pesquisa o prefácio da gramática de Júlio Ribeiro e textos selecionados, do mesmo autor, publicados na imprensa periódica. Embora saibamos de muitas pesquisas que tratam de sua obra, nosso intento é propor uma sistematização diferente para compreender os sentidos de ruptura e independência brasileira que permeiam seus escritos e que refletem um espaço de autoria nacional. O fio teórico que nos sustenta é a História das Ideias Linguísticas, pois, nas palavras de Orlandi (2001), trabalhar nesta perspectiva é olhar para “a história da produção de idéias linguísticas, aí compreendidos instrumentos tecnológicos como gramática e dicionários, no Brasil, e o processo de constituição da língua nacional” (p. 7).

Assim, o que nos alimenta a buscar novas formas de olhar para este autor é justamente por entendermos que sua contribuição e atuação na história brasileira são fundamentais. De um lado, a História das Ideias Linguísticas gera um rico campo de reflexões para pensar a ‘questão brasileira’ no início da primeira República, e junto a isso, toda a situação de colonização que anteriormente àquele período se desencadeia. De outro, a Semântica Histórica da Enunciação, ou Semântica do Acontecimento, propõe um dispositivo de análise para compreendermos o funcionamento dos sentidos no recorte que ora estabelecemos.

O trabalho pretende investigar sobre os contornos da língua no Brasil no período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX em textos do jornalista, professor, filólogo, literato e, sobretudo, polemista, Júlio Ribeiro. Partindo de alguns recortes de sua obra, nossa pretensão está em compreender os sentidos de nacionalidade que o autor empreende em diferentes espaços de enunciação, isto é, refletir de que maneira seus textos jornalísticos e sua gramática constituem arquivos relevantes para a compreensão do imaginário de língua e sujeito nacionais.

Esses sentidos nos são pertinentes, pois buscamos compreender Ribeiro em seu *projeto totalizante*¹ de autor: de onde fala, sobre o que fala, para quem fala e de que maneira se constitui como sujeito em sua produção. Em consequência de seu exercício autoral, verificamos, também, de que maneira os textos ribeirianos configuram-se como marcos de diferença da produção intelectual brasileira em um momento de gramatização no espaço nacional.

Assim, dividimos o trabalho em duas partes. Na primeira, o objetivo é demonstrar as condições de produção do século XIX brasileiro que possibilitam emergir questões como as de ruptura, independência e nacionalidade, especialmente ao final do século. Dessa maneira, iniciamos com as reflexões formuladas pela História das Ideias Linguísticas no Brasil, desenvolvendo algumas temáticas como: a situação colonial, o Romantismo e o Realismo brasileiro como representações estéticas de revoluções, o problema do nome da língua no Brasil e a sintomática ruptura com Portugal, que gerou uma abertura a novas influências que reverberaram na cultura e na língua do Brasil.

A segunda parte é introduzida com uma revisão bibliográfica sobre a Semântica Histórica da Enunciação, ou Semântica do Acontecimento, com o objetivo de demonstrar os processos analíticos de que a teoria lança mão, estreitando-os com os objetivos de análise deste trabalho. Nesta seção trazemos, também, as reflexões e análises do *corpus* selecionado, demonstrando de que maneira as condições de produção do final do século XIX brasileiro materializam-se nos textos de Ribeiro, analisando-os à luz da Semântica do Acontecimento, para a compreensão da maneira como duas textualidades específicas do autor, a gramática e o texto jornalístico, produzem, apesar de suas inerências específicas, um mesmo direcionamento de sentidos e inauguram uma escrita nacional.

¹ O termo *projeto totalizante* é aqui utilizado no sentido que propõe Eni Orlandi (1993), na obra *Discurso e Leitura*.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo Geral

Compreender de que maneira os sentidos de nacionalidade e ruptura, comuns ao final do século XIX no Brasil, materializam-se em textos de Júlio Ribeiro. Para isso, formulamos a hipótese de que as diferentes textualidades em que produziu o autor (a gramática, os textos na imprensa periódica e a literatura), que possuem modos de organização textual peculiares, confluem para um mesmo direcionamento de sentidos: a afirmação de uma identidade nacional.

Objetivos Específicos

- Observar o contexto histórico e cultural do Brasil no final do século XIX a fim de apreender as condições de produção nas quais emerge um discurso a favor da constituição de uma nação independente;
- Descrever o processo de gramatização compreendendo de que maneira a gramática se estabelece enquanto objeto histórico e produtor de uma nova ordem na organização social e força motriz para o desenvolvimento das ciências;
- Compreender, em razão do corpus escolhido, o papel da imprensa como agente transformador e circulador de ideias;
- Analisar o corpus selecionado sob a perspectiva da Semântica do Acontecimento, demonstrando o modo como a diversidade da produção de Ribeiro opera, a partir de diferentes lugares, em um mesmo direcionamento de sentido de afirmação da identidade nacional.

Sobre o Método e a Metodologia

A realização desta pesquisa baseou-se no método empírico-indutivo, segundo as postulações apresentadas por Galembek (1999). Esse método é articulado a partir da necessidade de compreensão de processos visíveis que são observados à luz da experiência e dos sentidos. A indução, por sua vez, opera a partir da observação de fatos isolados que possam ser generalizados. Para Galembek (1999, p. 112), a adesão ao método empírico-indutivo em estudos da linguagem julga-se razoável por apresentar “rigor ou precisão metodológica que decorre do estudo empírico da língua”. Esta afirmação diz respeito à heterogeneidade característica da língua, que, segundo o autor, escapa a uma sistematização imutável.

Com base nos objetivos desta pesquisa, o estudo é descritivo e de natureza *qualitativa* com uma abordagem epistemológica *interpretativista*, isto é, compreendemos o objeto de pesquisa como uma construção social pelos sujeitos, que moldam significados a partir da experiência de determinado evento e fenômenos social que provém da própria interação. Nesta abordagem, a concepção de compreensão do mundo parte do pressuposto de que é necessário entendê-lo para, então, produzir significados sobre ele. As interpretações geradas para o objeto de estudos provém de uma leitura do pesquisador a partir das construções dos sujeitos em determinado tempo/espaço. Assim, partindo de uma determinada injunção social, o pesquisador interpretativista busca ampliar sua compreensão sobre o fenômeno selecionado em situações contextuais e culturais. Para Schwandt (2006), uma abordagem interpretativista pode ser considerada como o “local em que se revelam os debates sobre os objetivos das ciências humanas, e no qual exploram-se questões que dizem respeito ao significado de conhecer o mundo social” (p. 194). Para o autor, a tradição da prática interpretativa surge para contemplar a prática da pesquisa nas ciências humanas, a partir do século XIX e início do século XX, como uma reação da filosofia dominante: o positivismo. “No centro da disputa estava a declaração de que as ciências humanas tinham diferenças fundamentais em relação às ciências naturais [...]” (2006, p. 195). Assim, compreende-se que esta abordagem possibilita a otimização da pesquisa e análise dos dados nas ciências humanas por ser o aspecto social naturalmente significativo. Isto é, “para que uma determinação

social seja entendida (p. ex, amizade, eleição, casamento, ensino,), o investigador deve compreender o significado que constitui essa ação” (SCHWANDT, 2006, p. 195). Dessa maneira, classificamos a abordagem em questão como a mais qualificada para atender nossos pressupostos teóricos e proposta de análise, no sentido de que nossa pesquisa busca compreender os sentidos de práticas sociais determinadas para ampliar o conhecimento da fundação de uma escrita nacional brasileira, entendendo que a apreensão deste fenômeno pode somente ser interpretado dentro dos significados inerentes ao momento histórico no qual ocorreu.

Para o cumprimento de nossa proposta, elencamos os procedimentos metodológicos que seguimos para a realização da pesquisa:

- Formulação de hipóteses e observação do *corpus*;
- Revisão bibliográfica das teorias pertinentes e elaboração de fichamentos;
- Análises de material documental referente ao período histórico do *corpus* selecionado;
- Sínteses teóricas para o norteamento da pesquisa e estruturação das análises.

Constituição do Corpus

Júlio Ribeiro foi um autor mineiro que se dedicou avidamente à escritura de textos críticos contra as ações que julgava irregulares ao final do século XIX. Teve como foco principal a abolição da escravatura e a constituição da República no Brasil. Aos moldes como vinha se fazendo, a República era para ele – “um republicano de sangue”, como se autodefiniu em certa ocasião – um erro crasso. Ribeiro gabava-se pelo fato de ter sustentado em Sorocaba “uma folha republicana, em cujas colunas, desde o dia 25 de janeiro de 1872, não se admitiam anúncios sobre escravos fugidos” (NASCIMENTO, 2007, p. 7), o que afirmava sua posição definitivamente contrária ao novo regime que nascia às avessas: ainda “comprando escravos”, “plantando pés de café” e “cabalando em eleições”, noções claramente opostas ao cerne da formação de uma República, como ele mesmo diria em um de seus artigos em sua célebre série epistolar intitulada *Cartas Sertanejas* (1885).

Em 1881, o autor mineiro publica a sua *Grammatica Portuguesa*, que foi aclamada pela sociedade letrada da época. Nesta publicação, nosso interesse específico está em analisar de que maneira esta gramática instaurou uma nova perspectiva para os estudos linguísticos e gramáticos no Brasil a partir da análise de seu prefácio. Como sabemos, a gramática de Ribeiro é considerada como um instrumento linguístico extremamente relevante para o acontecimento da gramatização brasileira. Dessa maneira, Júlio Ribeiro era também conhecido pelo seu grande domínio da língua portuguesa.

Em suas *Cartas Sertanejas*, publicadas no *Diário Mercantil* ao longo do ano de 1885, Ribeiro haveria de posicionar-se contra os republicanos despreparados para o cargo que almejavam. Nas cartas, o autor haveria de esclarecer sua opinião sobre o que era, para ele, um político íntegro e de boa formação, criticando diretamente grande parte dos homens interessados em política com sua “receita” de bom sujeito:

O homem scientificamente preparado deve conhecer, ao menos elementarmente, as mathematicas, a physico-khimica, a bio-physiologia, a psykhologiamoral. Deve ter boas noções de arithmetica, de álgebra, de geometria, de mekhanica, de cosmologia, de astronomia sideral e planetária, de geodesia, de geographia physica, de geologia, de mineralogia, de paleontologia, de botanica, de zoologia, de anatomia, de histologia, de pathologia, de psykhologia, de moral, de anthropologia, de ethnologia, de linguistica, de historia e geographia-historica, de industria, de arte, de litteratura, de sociologia, de legislação, de politica. E mais, deve ter estudos classicos sólidos. (1884, p. 23)

A noção de “preparo” estabelecida por Ribeiro é tomada por uma concepção cientificista comum à época. Para ele, sem os conhecimentos acima descritos, os candidatos não estariam de acordo com o que o ofício de deputado requereria. No entanto, ao que nos parece, a lista preparada pelo autor mais parece uma forma pedante de endereçar um recado aos candidatos Manoel Ferraz de Campos Salles e Prudente José de Moraes Barros: ambos eram desqualificados para o cargo.

Nenhum delles escreveu jamais obra de folego ou mesmo passageira; nenhum delles redigiu effectivamente folha de grande circulação; nenhum delles colaborou ainda em revista de sciencia ou de litteratura. A sua bagagem de escriptores limita-se a alguns artigos de foro ou de politica, esparsos nos jornaes da provincia. (1884, p. 22).

Em 1887, viria a público um jornal atestado sob sua firma intitulado *Procellarias*. Como afirma Nascimento (2007), no prefácio da edição fac-símile dos textos publicados em jornais de Ribeiro, o autor pretendia com esse nome passar a mensagem, de antemão, sobre o conteúdo que viria em sua folha: procelárias são aves de tempestade e o autor, dito polêmico, escreveria na intenção de revolver a vida social brasileira naquelas páginas.

O jornal não tratou somente de assuntos políticos, mas também de cerâmica, de armas de fogo, de um manuscrito do Hissope, dos Lusíadas... as suas matérias políticas dialogavam, em certa medida, com o debate de 1885, analisando o desempenho do Partido Republicano Paulista. As críticas foram, como nas Cartas Sertanejas, metodicamente fundamentadas, escandido-se por meio de hipóteses, perguntas, comprovações [...] (NASCIMENTO, 2007, p. 33).

Ribeiro era um homem interessado em polêmicas, e quaisquer que fossem os sujeitos a travar com ele uma discussão, haveria de estar bem preparado para o modo metódico e científico com que o autor esmiuçaria o caso.

Esta breve apresentação de três de suas grandes obras funcionam como apresentação do *corpus* que aqui desenvolvemos. Em sua gramática, buscamos reconhecer de que maneira seus pressupostos constituem-se como um novo direcionamento para os estudos linguísticos brasileiros; já em seus artigos jornalísticos, buscamos demonstrar a materialização dos sentidos das revoluções do final dos oitocentos no Brasil que inauguram uma posição de autoria brasileira.

PARTE 1

A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL

1.1 DE JULIO CESAR VAUGHAN A JULIO RIBEIRO

Segundo Nascimento (2007, p. 9), Júlio Ribeiro foi um autor reconhecido ao longo de sua carreira como filólogo, gramático e como grande conhecedor da língua. No entanto, sua produção literária, embora muito conhecida, fora descartada no momento de sua publicação em razão de uma crítica conservadora que não possuía interesse em evidenciar uma obra polêmica e realista como a de Ribeiro em *Padre Belchior de Pontes*, de 1877, e, sobretudo, em *A Carne*, de 1888. Este último foi considerado um romance obsceno à época (a “obscenidade pela obscenidade” como aponta Padre Senas²), e a crítica literária costumava apresentá-lo, segundo Marcelo Bulhões (2002, p. 9), como uma obra “fracassada e até mesmo ridícula”, sendo ponderada mais pelo crivo da moral do que a própria apreciação estética.

Se percorrêssemos os volumes de uma biblioteca imaginária da literatura brasileira, não seria difícil localizar as obras que se tenham destacado pelo escândalo sexual. Dentre elas, coloca-se em primeiríssimo plano um pequeno romance, publicado em 1888 pela editora paulista Teixeira & Irmãos, que haveria de se tornar um dos livros mais discutidos e mais populares do país: *A Carne*. (BULHÕES, 2002, p. 9)

No entanto, o polêmico romance do autor é também considerado como uma marca incontestável da presença do Naturalismo no Brasil. Narrado em terceira pessoa, *A Carne* desenvolve-se em tom de cientificismo e método, além de apresentar um panorama progressista da sociedade, conceitos típicos do final do século XIX, no Brasil, e que tocaremos com mais vigor ao longo do trabalho.

É possível observar que o autor não se dedicou apenas a uma tarefa específica no mundo das letras: além da literatura e dos estudos sobre a língua, Ribeiro possui também inúmeros artigos publicados em jornais da época que versam sobre uma infinidade de assuntos – da situação do povo brasileiro no “novo” regime político Republicano à constituição de uma arma de fogo. Foi considerado um dos

² Padre Senas Freitas travou uma célebre discussão com Ribeiro que foi publicada, posteriormente, em obra intitulada *A Carniça*, disponível na edição: FREITAS, Senna. *A Carniça*, por Júlio Ribeiro. In: RIBEIRO, Júlio. *A Carne*, São Paulo: Três, 1972.

maiores eruditos de seu tempo e carregou em sua história a marca de ser um grande polemista: não havia discussão sobre ciência, política ou o que fosse que escolhesse não tomar parte.

Os conhecimentos gramaticais foram, nas mãos do polemista, instrumentos de luta, que aplicou, sem piedade ou medida, contra adversários, demonstrando que eles tinham poucos conhecimentos vernaculares. No confronto político e cultural, Julio Ribeiro almejava mais a vitória do que produzir conhecimentos por meio da contraposição de argumentos e ideias. Buscava, sim, aniquilar o oponente. (NASCIMENTO, 2007, p. IX)

Todavia, muito antes de se tornar o Júlio Ribeiro criticado pela publicação de *A Carne*, o autor, que é nascido em Sabará, Minas Gerais, a 14 de abril de 1845, passou pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro e, posteriormente, morou também em São Paulo, cidade na qual se dedicou ao magistério, e em Sorocaba, onde teve um jornal sob sua direção.

Sua mãe, a mineira Maria Francisca da Anunciação Ribeiro, professora e religiosa, e seu pai, o norte-americano George Washington Vaughan, artista e modesto empresário de circo, formavam um casal, segundo a pesquisadora Célia Regina da Silveira (2008, p. 27), diferente dos moldes comuns da época, os quais costumavam casar os filhos, especialmente as moças, com parentes ou filhos de compadres. O fato de Maria Francisca envolver-se com um estrangeiro, e ainda por cima artista, figurou como uma intriga para a pacata sociedade oitocentista brasileira. Júlio Ribeiro, como se observa, é fruto de uma relação desigual aos parâmetros da época, o que prenunciaria, de algum modo, a agitação comum que lhe acompanharia a vida.

Em sua tese de doutorado, Silveira (2008) afirma que o autor mineiro recebeu em seu batismo o nome de Julio Cesar Vaughan, constando, portanto, o sobrenome paterno. Contudo, em contradição à presença do nome, a figura do pai de Ribeiro não teve participação em sua vida. Segundo os registros, o pequeno empresário de circo continuou seguindo viagem com a sua companhia, abandonando mulher e filho. No entanto, o envolvimento de sua mãe Maria Francisca fora incontestável, e de sua parte derivou-se o cumprimento das necessidades comuns a um filho.

É compreensível, portanto, que o escritor tenha rejeitado mais tarde o sobrenome do pai e que esse legado não integrasse a construção da identidade social de Ribeiro. Desde sua adolescência, momento em que se ausentou do convívio materno para estudar no colégio religioso de Baependi (MG), não assinava o “Vaughan”, como é possível observar nas cartas que endereçou a Maria Francisca. Subtraiu também o “Cesar”, conforme se pode verificar em declaração publicada na *Gazeta Commercial*, de Sorocaba, em 1875. (SILVEIRA, 2008, p. 29)

Na supressão dos nomes que afetivamente não lhe faltavam, nascia a identidade de Júlio Ribeiro, atestando em sua nova assinatura o nome que lhe importava e que fazia questão, agora, de utilizar. Como apontado no excerto, a saída de Ribeiro de Sabará se deu ainda na adolescência por motivo de estudos, mudando-se, então, para a cidade mineira de Baependi, onde iniciava a carreira como escritor, homem de imprensa e intelectual.

Ainda de acordo com Silveira (2008), aos 26 anos de idade, no início de sua incursão pelo jornalismo, Ribeiro encontrava-se em Sorocaba, interior do estado de São Paulo. Lá trabalhou na função de editor e redator do jornal *O Sorocabano*, no qual é possível notar a constituição de sua personalidade combativa quando expõe, por exemplo, que a linha a ser seguida pelo periódico que dirigia era baseada nas palavras de Titus Livius: “Que bom cidadão separa suas aspirações particulares das públicas?” e com isso evidenciando, segundo a autora,

não haver distinção clara entre o público e o privado na sociedade brasileira oitocentista, e essa característica, quando vista como eixo no qual se desenvolverão as atividades do jornal, demonstra, de maneira específica, como Ribeiro encarava a tarefa do jornalista naquele momento: a de defesa da sociedade com base em suas crenças pessoais como cidadão político. (SILVEIRA, 2008, p. 34)

É interessante notar que alguns dos traços que ditaram as linhas gerais do trabalho de Ribeiro no início de sua carreira como homem de letras foram os mesmos traços que, embora com certas naturais mudanças, o autor seguiu até o momento mais maduro de sua produção. Eis que a defesa da sociedade configurou-se como o mote principal de sua escrita. Embora Nascimento (2007) aponte que seu objetivo estaria na verdadeira aniquilação do oponente que se prestasse a “duelar” culturalmente com ele, em uma espécie de exposição de si próprio como homem culto e esclarecido, acreditamos que Ribeiro possuía também um senso de justiça e uma consciência da escrita como um bem poderoso que poderia vigorar em favor do que desejasse.

Nas ocorrências do nome de Júlio Ribeiro em dicionários de literatura brasileira ou portuguesa, há sempre uma menção sobre sua coragem de remexer nos assuntos mais complexos da sociedade em que vivia e também de sua fama polemista. No dicionário de Celso Pedro Luft de literatura brasileira (1987), o autor é descrito como uma autoridade, em seu tempo, em termos de gramática. Consta também que o fato de que sendo filho de norte-americano, conheceu muito bem a língua inglesa e pôs-se sempre a par das doutrinas linguísticas e gramaticais americanas da segunda metade do século XIX, fato este que influenciou diretamente sua concepção de gramática “pelo exame objetivo e imparcial da realidade idiomática” (1987, p. 326), o que o levou à formulação de sua célebre definição: “a Gramática é a exposição metódica dos fatos da linguagem”, que aparece no prefácio de sua *Grammatica Portugueza*, de 1881.

Após a introdução ao autor, Luft (1987) comenta que sua posição como gramático brilhante não foi a única de suas virtudes, ressaltando sua posição como escritor de literatura e por sua atitude ‘exaltada’ nos jornais: Ribeiro foi um dos primeiros a colocar-se severamente contra a escravatura e, na mesma intensidade, a favor da República: “Homem culto, de muita leitura, apaixonado pelo progresso e pelas “ciências modernas”, era contudo um apaixonado, um exaltado e isso se revela sobretudo em seus artigos de jornal e nas polêmicas que sustentou” (Luft, 1987, p. 327).

No dicionário de literatura brasileira organizado por José Paulo Paes e Massaud Moisés (1987), o autor mineiro é colocado como jornalista vigoroso e que possuía vocação polemista, considerações muito próximas ao dicionário citado anteriormente. Neste dicionário, a *Grammatica Portugueza* é considerada como uma obra prima de valor incontestável para os estudos linguísticos e gramaticais brasileiros. Na biografia de Júlio Ribeiro constante no *site* da Academia Brasileira de Letras (ABL), uma breve passagem ilustra os feitos do autor, reconhecendo-o como fundamental para história brasileira:

O jornalismo talvez tenha sido o seu campo de atividade intelectual mais constante. Foi proprietário e diretor de diversos jornais, como o Sorocabano (1870-72), em Sorocaba; A Procelária (1887) e O Rebate (1888), em São Paulo. Colaborou também no Estado de S. Paulo, no Diário Mercantil, na Gazeta de Campinas, no Almanaque de São Paulo, nos quais publicava seus estudos sobre filologia, arqueologia e erudição em geral. Foi um jornalista combativo, panfletário, polemista. Ao defender a própria literatura contra os que o atacavam, reconheceu: "Das polêmicas que tenho ferido

nem uma só foi provocada por mim: eu não sei atacar, eu só sei defender-me, eu só sei vingar-me." Quanto ao filólogo, procurou ajustar o rigor lusitano da língua aos moldes do linguajar nativo. Apesar disso, a sua Gramática portuguesa envelheceu, superada pelos estudos de filólogos posteriores.³

Nesse sentido, é muito difícil demarcar apenas um sentido em sua vasta produção. Antes, notamos que sua carreira é permeada por muitos e diferentes espaços que procurou preencher com o ofício da pena. É justamente nessa premissa quantitativa e qualitativa de sua obra que o autor é considerado como uma figura ímpar do painel intelectual do final do século XIX no Brasil, em que a tônica se dava pela busca por uma identidade genuinamente brasileira.

Assim como consta no dicionário de Luft (1987), Ribeiro costuma ser conhecido, majoritariamente, como um importante gramático da língua portuguesa, fato este que afasta de si toda a maestria que obteve também em outros campos, como consta no excerto retirado de sua biografia. A esse respeito, no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, o poeta brasileiro Manuel Bandeira propõe-se a prestar uma longa e bela homenagem a Ribeiro⁴, naquele momento em que se completavam cem anos da morte do autor. No decorrer de seu texto, o poeta comenta sobre a notoriedade do escritor mineiro, ressaltando seu reconhecimento como gramático, como já comentado, mas, fundamentalmente, relevando seu trabalho como homem de ideias, de ações contundentes, tanto em sua produção literária e linguística quanto na política brasileira do final do século XIX. Bandeira destaca, nesse sentido, a pluralidade de Julio Ribeiro enquanto sujeito engajado em uma sociedade na qual vigoravam ideias "fora do lugar"⁵: "Ao escritor vibrátil e inovador, que tinha até o ridículo a paixão das idéias, não lhe reconheceram os contemporâneos senão a glória de gramático. Grande gramático, na verdade. Mas o gramático nunca repontou indiscretamente no escritor ou no homem"⁶.

Júlio Ribeiro é considerado um autor importante no referido período, pois, especialmente em seus textos jornalísticos, apontou e discutiu muitos acontecimentos políticos que se desencadeavam frente à constituição da República

³ Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=884&sid=246>>, acesso em 4/05/2012.

⁴ Manuel Bandeira ocupou a cadeira 24, em 29 de agosto de 1940, cujo patrono foi Júlio Ribeiro.

⁵ Reporto-me ao texto intitulado "As ideias fora do lugar", de Roberto Schwarz (2001), no qual se discute o desajuste de pensamentos liberais estrangeiros e a sua importação ao simplório contexto brasileiro.

⁶ Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=653&sid=249>>, acesso em 4/05/2012

“de fachada”, segundo o autor mineiro. “Júlio Ribeiro ansiava pela renovação dos costumes políticos republicanos e creditava o futuro do movimento à “geração nova”, à “mocidade” paulista, ainda não estragada “pela metafísica””. (NASCIMENTO, 2007, p. 35)

É sabido, por meio de seus próprios textos, que Ribeiro possuiu forte formação republicana, tradição familiar esta que apareceria de forma direta em sua produção escrita, como em sua primeira carta da série *Cartas Sertanejas* (1885), em que, ao final da apresentação de sua seção, o autor deixa uma “declaração preliminar”: “não tenho religião e não tenho partido. Sou ateu e sou republicano intransigente” (RIBEIRO, 1885, p. 15).

Como grande orador e debatedor, polemista como é classificado, levava a cabo qualquer discussão que o tocasse:

Foi polemista temido pelos adversários, a ponto de um deles, no combate que travou em 1885 e que foi desencadeado pela publicação das *Cartas Sertanejas* no *Diário Mercantil* de São Paulo, revelar no término do debate, que havia, a princípio, recedido entrar na arena contra adversário de preparo cultural e científico fartamente reconhecido pela sociedade letrada paulista. (NASCIMENTO, 2007, p. 6-7)

O excerto acima ilustra o perfil de intelectual do autor, ressaltando também um desejo pessoal em sair vitorioso de qualquer polêmica que viesse a fazer parte, o que nos leva a pensar que seu conhecimento, além de servir a ele como verdadeiro instrumento de luta, foi também, segundo Nascimento (2007), objeto importante para “aniquilar o oponente”. Para este mesmo autor, “no confronto político e cultural, Julio Ribeiro almejava mais a vitória do que produzir conhecimentos por meio da contraposição de argumentos e ideias”. E nesse sentido, uma constatação importante sobre os textos de Ribeiro é a vasta utilização de citações. Nos textos publicados em jornal, é notável a utilização da citação de outros autores (sobretudo estrangeiros) no momento da composição de sua argumentação ou na construção de alguma ideia. A princípio, o que nos parece é que esta conduta configura-se como uma forma de legitimação de sua ideia: reflete-se sobre determinado objeto e corrobora-se a legitimidade da reflexão por meio de autores reconhecidos mundialmente. Este mecanismo, também chamado *argumentação por autoridade* na semântica argumentativa, possibilita ao autor não somente autenticar sua reflexão como também mostrar-se enquanto erudito e conhecedor de muitos

autores e teorias, pois esse recurso “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.348). No caso de Ribeiro esta questão é bastante pertinente, pois há momentos em que ele chega a utilizar a maior parte de seu texto apenas para fazer as citações de outros autores e obras consagradas, como se nota no exemplo:

Deixar fallar modernos e modernices, petimetres e neologistas de toda a espécie: homem que se destina, ou que o destina seu nascimento a uma vocação publica, não póde sem vergonha ignorar as bellas letras e os clássicos. Saiba elle mais de mathematica do que Laplace, mais khimica do que Lavoisier, mais botânica do que Jussieu, mais zoologia do que Linneu e Buffon, mais economia política que Smith e Say, mais philosophia de legislação que Montesquieu e Bentham [...] (RIBEIRO, 1985, p. 24)

Sobre este propósito, Sérgio Buarque de Holanda ressalta que “[...] os apelidos raros, os epítetos supostamente científicos, as citações em língua estranha se destinam a deslumbrar o leitor como se fossem coleção de pedras brilhantes e preciosas” (apud LIMA, 1981, p. 9). Ainda neste propósito, Luiz Costa Lima (1981, p. 10) afirma que a linguagem culta “apresentava um torneio rebuscado, não para que se afastasse do público, mas, exatamente, para que fosse reconhecida como *marca de doutor*”:

Em terreno clássico não pizam com mais firmeza: nenhum delles pode sustentar uma conversação em francez decente, ler sem dicionário uma página de Buckle, traduzir á primeira vista um capitulo de Cezar ou uma elegia de Tibullo.
Portuguez conhecem, mas não profundamente: Barros, Couto, Frei Luiz de Sousa, Frei Antonio das Chagas Lucena, Mendes Pinto, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Ferreira, Côrte-Real [...] (RIBEIRO, 1985, p. 26)

Os clássicos, a cientificidade e o método são conceitos que transbordaram na obra de Júlio Ribeiro. O período em que viveu e produziu trouxe à sociedade uma série de novas ideias e ideais. Além do barulho por uma constituição republicana sem desvios, trouxe para os espaços em que escreveu tendências modernas e estrangeiras como as correntes filosóficas.

Para Nascimento (2007), é também importante reconhecer que o autor foi “polemista num período da história da sociedade brasileira marcada por célebres debates culturais” (p. 5). A esse respeito, Claudia Pfeiffer (2001) narra que o final do século XIX é um período no qual emergiram muitos debates,

especialmente em torno da língua do Brasil, envolvendo nomes como José de Alencar e o filólogo português Pinheiro Chagas, o brasileiro Carlos de Laet e o escritor português Camilo Castelo Branco, o historiador João Ribeiro e muitos outros. “Ao tratar das polêmicas e dos discursos que as relatavam, está-se analisando os discursos metalinguísticos que foram sendo construídos sobre a língua nacional em um momento caracterizado como o período de gramatização” (PFEIFFER, 2001, p. 168). As polêmicas que Júlio Ribeiro suscitou com o oponente Demócrito⁷ não tinham como centro a discussão da língua no Brasil. Elas constituíam, basicamente, uma série de cartas de Ribeiro (*as Cartas Sertanejas*) destinadas a responder as calúnias que publicava Demócrito na *A província de São Paulo*, acusando o autor mineiro de falta de meticulosidade e conhecimento em seus escritos. Nesse sentido, embora os debates de que Ribeiro tomou parte não versassem exatamente sobre a questão da língua, é possível refletir essa porção de sua obra como um espaço razoável para discutir questões sobre o Brasil, e também sua metodologia de abordagem desses assuntos, que legitimam o jornal como um meio que admite a instauração de uma posição autor que está “autorizada” a proferir seus discursos. Nesse sentido, concordamos com Pfeiffer (2001) quando afirmamos que esses debates são discursos metalinguísticos que abrem caminho para pensar a questão da língua e do sujeito brasileiro, abrindo brechas para endossar o discurso da nacionalidade brasileira que emerge ao longo do século XIX e, principalmente, ao seu final.

1.2 O CENÁRIO SÓCIO POLÍTICO CULTURAL BRASILEIRO DO SÉCULO XIX

O período de que tratamos, caracteriza-se, no âmbito da política, por uma transição do sistema imperial para a constituição da República, e essa passagem traz para discussão muitas das ações praticadas no Brasil que possuíam marcas não condizentes com o novo regime, como era o caso da abolição da escravatura, tema densamente discutido por Júlio Ribeiro.

Novas estruturas comerciais e financeiras formavam-se aqui, e, aos poucos, algumas regiões apresentavam os traços da urbanização, principalmente na

⁷ Demócrito foi o pseudônimo utilizado por Alberto Salles na série de cartas polêmicas que encetou a Júlio Ribeiro, no intuito de criticá-lo.

cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do Império e, posteriormente, a capital Federal.

Contudo, pensar a República como a redenção dos problemas gerados pela colonização é um fato ilusório. Após a proclamação, a formação do Estado brasileiro contava com o poder dos senhores de cada região, confirmando que, embora estivéssemos em um novo regime político, as práticas consistiam em atividades arcaicas. A República, portanto, permanecia gerando manutenção à desigualdade. Para Ribeiro, em suas *Cartas Sertanejas* (1885), o regime constitua-se sob a égide dos antigos costumes: comprando escravos, plantando pés de café e cambaleando em eleições. Assim torna-se simples a compreensão do termo “República de fachada”, muito utilizado para descrever as circunstâncias sob as quais o regime se erguia.

Os sentidos da República no Brasil revelam, a partir de sua instituição, em 1889, um acontecimento profundamente contraditório. Retomando o texto “As idéias fora do lugar”, de Roberto Schwarz (2001), é possível depreender algumas das razões para estas incoerências, e entre elas, a mais contundente apontada pelo autor: o escravismo. Segundo o pensador brasileiro, há um contrassenso na representação de liberdade, de progresso e ideais modernos naturais à República, uma vez que a prática escravista se mostrava uma realidade comum e frequente naquele momento, no Brasil. O que se quer dizer com isso (e recorrendo a uma interpretação do título do texto de Schwarz), é que a “independência” nacional propõe uma busca de novos parâmetros culturais que não possuem, agora, como única fonte, Portugal. Dessa maneira, a busca por ideias estrangeiras para modernização do país não encontrava, em contrapartida, um ambiente apto a receber os novos símbolos de cultura e modernidade, em parte pela extensão territorial que não possibilitava um controle efetivo das práticas coronelistas e escravistas, forte representação da herança colonialista, que não via motivos para extinguir-se.

É nesse sentido que as ideias estão fora do lugar para o autor. Na incoerência apontada pelo crítico, ressoam as palavras da historiadora brasileira Emília Viotti da Costa (2007), quando afirma que após a Independência, os brasileiros não tinham somente uma necessidade de compreender e transplantar as ideias de outras culturas, mas, sobretudo, lavar o ranço português e exorcizar a

cultura do colonizador. Assim, Costa formula que o brasileiro encontrava-se na condição, antes de mais nada, de 'anti-português', o que explica a necessidade sintomática de se filiar a outros ideais estrangeiros com alguma urgência: "O nacionalismo brasileiro manifestava-se, sobretudo, sob a forma de um antiportuguesismo generalizado" (2007, p. 30).

Ao mesmo tempo, Holanda (1995) argumenta que essa importação cultural feita a qualquer custo tem suas consequências no próprio sentimento nacionalista natural ao período. O autor afirma que essa tentativa de aclimatação da cultura europeia no Brasil consiste no fato mais rico e mais consequente para a história da formação da sociedade brasileira.

Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra (HOLANDA, 1995, p. 31)

Na obra *Culturas Cruzadas* (1994), de Mario Carelli, é nesse panorama que a França se torna uma referência cultural para o Brasil desnordeado daquele período, reafirmando o contrassenso do caso republicano brasileiro, já apontado por Schwarz (2001), ao comentar a estada do cientista francês Victor Jacquemont no Rio de Janeiro: "[...] ficou chocado com o tráfico de escravos e profetizou uma profunda desunião entre negros e brancos no Brasil, de quem imaginava o futuro com pessimismo" (*apud* CARELLI, 1994, p. 103).

Para Carelli, a fala de Jacquemont denuncia uma visão depreciativa do Brasil pelo olhar do imigrante, prática esta que se constitui comum por parte dos franceses (e outros estrangeiros) que passavam temporadas no Brasil. Em sua obra, há duas passagens significativas que endossam esse "exotismo" marcado pelas terras brasileiras:

Muitos viajantes denunciam a preguiça de uma sociedade letárgica, mas os diplomatas insistem sobre a precariedade dos sentimento nacional e do senso do bem comum. Alexis de Saint-Priest, ministro plenipotenciário em 1834, chega à seguinte conclusão: "Que é preciso a este país? Um administrador. Coisa estranha! Nesta nação tão venal, ninguém pode passar por ministerial" (*sic*). Para ele, "aos brasileiros falta energia, mas não espírito... e, antes de mais nada, não lhes falta amor-próprio". (CARELLI, 1994, p. 104)

Nesta passagem, a descrição do brasileiro é determinada pela preguiça, e conjectura-se a respeito de qual será a coisa faltante para este país, respondendo, o ministro, ser necessário um administrador, um representante para concretizar parâmetros de organização. Além disso, há a introdução de outro conceito muito caro aos intelectuais brasileiros no final do século: o sentimento nacional.

É necessário refletir, portanto, que a condição brasileira do descobrimento, traduzida na estrutura colonial na qual o Brasil é vinculado a Portugal, implicará nas formas em que o Brasil se constitui também como nação.

Assim, é possível pensar de que maneira o fato da colonização, da instauração da República, o sentimento nacional e a gramatização⁸ são pontos que funcionam em uma interligação que gera muitos sentidos para a sujeito brasileiro. A produção crítica de Júlio Ribeiro é fruto dessa problemática que classifica o Brasil como nação inconsistente e volátil.

O final do século XIX é marcado por este espaço de diferença que se fez a partir da necessidade de ruptura com o clássico e, como consequência, novas filiações transportadas para o Brasil, em busca de colocar o intelectual brasileiro como principal agente construtor de sua nacionalidade. É nesta tensão que se amarra a relação entre o sujeito, o discurso, a língua e a significação, e é possível notar que esta relação não se configura como um processo natural e pacífico, mas acontece sob formas muitas vezes incoerentes e problemáticas.

Percebemos que o traço nacionalista brasileiro se estabelece na deformação da cultura trazida pelos portugueses. O ‘antiportuguesismo’ comentado por Costa (2007) resvala na busca por outros espelhos culturais, e apesar desse fato ser apontado como uma espécie de prerrogativa para a formação da identidade brasileira, ela se torna também uma questão discutível na medida em que não era possível ter como padrão de organização sociocultural o próprio Brasil.

Nesse sentido, nossas ideias são frutos das influências de países que figuravam como símbolos de modernidade e tradição nos oitocentos – Portugal tornou-se uma herança rejeitada, todavia, França, Inglaterra e Estados Unidos, por exemplo, tornaram-se, pela necessidade, os novos paradigmas nacionais.

⁸ O conceito de gramatização será retomado e discutido nesta primeira parte do trabalho.

Embora a negação do legado português seja uma evidência, Holanda (1995) afirma que as ideias de independência e nacionalismo são conceitos muito arraigados na cultura hispânica e portuguesa, e que estes povos souberam, mais do que qualquer outro povo europeu, delinear sua originalidade nacional.

Para eles, o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste. Cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes [...]” (HOLANDA, 1995, p. 32)

Estes valores foram, indubitavelmente, transmitidos ao diverso povo brasileiro, entre muitas outras coisas, e são fatores concorrentes para a formação da nação. Do valor de identidade trazido por Holanda, é que se compreende, segundo o próprio autor, “as formas de organização de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos” (HOLANDA, 1995, p. 32), o autor completa afirmando que em terra onde todos são barões é impossível haver acordo coletivo e estável a não ser por uma força maior exterior que seja respeitada e temida. Esses traços são localizados na história brasileira, em que ainda com a instauração da República, as regiões eram comandadas pelos senhores da terra, os coronéis, havendo uma dificuldade de centralização do poder e da organização.

Estas são as incoerências nas quais o nacionalismo brasileiro tomou corpo. E é nesse sentido que ao refletirmos sobre essa necessidade cultural de originalidade e independência, torna-se também necessário resgatar que, naquele momento, “as iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens, não de os unir” (HOLANDA, 1995, p 33). A unidade nacional é, portanto, a ilusão de uma classe brasileira majoritariamente burguesa constituída pelos escritores, jornalistas, professores e pensadores da época. Esta revolução social que se quer inédita e com feição de moderna não é uma revolução de todos, até porque os meios em que circulavam estas ideias eram os jornais, as revistas, os compêndios, gramáticas e a literatura, historicamente não acessíveis a todos, especialmente em uma ocasião na qual 70% da população brasileira era analfabeta.

Além dessa visão sobre a constituição de nossa nação e cultura brasileira a partir dos marcos históricos, não podemos deixar de lado os movimentos literários que foram substanciais tanto para a promoção do espírito de revolução

quanto para a mudança da concepção, em si, da própria língua portuguesa que se fazia diferentemente, 'abrasileiradamente' naquele período.

Nesse sentido, a constituição da literatura brasileira, mais especificamente os períodos do Romantismo e do Realismo naturalista, ajuda-nos a compreender o fio condutor que leva às condições de produção nas quais emerge a nova concepção do brasileiro e da língua portuguesa no Brasil enquanto representações artísticas das mudanças sociais e culturais que o país passava.

1.3 A LITERATURA COMO REPRESENTAÇÃO ESTÉTICA DE REVOLUÇÕES

O período delimitado de nosso trabalho pode ser enxergado sob variadas óticas. A primeira, e a que expusemos no tópico anterior, se dá pelo olhar político e social. No entanto, não há como nos desvencilharmos dos movimentos literários e artísticos desses acontecimentos, afinal, esses aspectos são partes constituintes de nosso processo cultural brasileiro, e há uma interdependência entre eles.

Embora não tenhamos como objetivo a análise de textos literários de Júlio Ribeiro, notamos a necessidade de comentar duas correntes literárias do século XIX que nos trazem circunscrições importantes para compreender a ocasião que nos interessa: o Romantismo e o Realismo Naturalista.

Como já apontado, nosso foco histórico consiste na segunda metade dos oitocentos no Brasil, mas se evidenciamos a questão nacionalista, por exemplo, é possível notar que esta problemática não foi matéria de reflexão apenas no final do século. A questão da identidade brasileira esteve sempre figurando, em maior ou menor grau, na história de nossa literatura.

Segundo Domício Proença Filho (1989), na obra *Estilos de época na literatura*, é no Romantismo que se concentra, propriamente, o traço de afirmação da identidade nacional. Didaticamente marcado pelo ano de 1836 de seu início no Brasil⁹, o Romantismo prenunciava, no início do século, algumas das questões que se tornariam latentes nos anos seguintes.

Para Proença Filho (1989, p. 210), olhar para a literatura é um modo frutífero de compreender o modo como os aspectos sociais e políticos são levados à

⁹ Datado de 1836, o Romantismo brasileiro é marcado pela publicação da obra *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães.

produção artística, de modo que seja possível identificar o estilo do homem de ser e estar no mundo, de compreendê-lo.

No momento em que o Romantismo eclode no Brasil, há como pano de fundo dois acontecimentos históricos: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. É comum creditar a esses eventos a força motriz para o início do Romantismo europeu e, para o crítico literário brasileiro, é também nesse momento que podemos observar, principalmente a partir da Inglaterra, o desenvolvimento da indústria, da agricultura, das ciências médicas e seus prolongamentos nos hábitos de higiene e construção de hospitais. Tais fatores impulsionam também uma mudança profunda no perfil das cidades com a chegada do termo ‘urbanização’: pavimentam-se as ruas, faz-se os esgotos, utiliza-se água corrente: “a existência começa a se tornar mais saudável. Aumentam as populações; surgem as massas urbanas” (PROENÇA FILHO, 1989, p. 213)

As duas grandes revoluções que acontecem nesse momento são vistas, portanto, como as agitações necessárias para alterar as formas sociais, políticas e também artísticas que concebem, como consequência, um novo sujeito que preenche os espaços da cidade reconfigurada e modernizada. No Brasil, esses avanços são notados na cidade do Rio de Janeiro de maneira mais concreta.

As elites aristocráticas sentem o impacto dessas revoluções acintosamente, enquanto assiste chegar ao “primeiro plano” o chamado ‘novo público’ que colabora para modificar o quadro da verdade e dos bons costumes ditados por esta elite aristocrática no século XVIII.

O deslocamento do poder dessas elites aristocráticas para o ‘novo público’ traz em seu bojo a questão da afirmação da identidade brasileira, procurando iniciar uma reflexão sobre quem é o verdadeiro sujeito brasileiro.

Disputa-se o gosto pelas tradições locais, pela poesia popular, pela história e pela literatura da Idade Média. O homem do novo tempo diz não aos modelos clássicos, até então norteadores da visão do mundo e das concepções da arte. E o aperfeiçoamento da imprensa alarga os horizontes da divulgação. (PROENÇA FILHO, 1989, p. 214)

Assim, fica exposto no excerto acima, a importância dos fatores históricos para o deslocamento do poder. Nesse sentido, a identidade nacional funciona como uma reflexão que possui raízes no reposicionamento do clássico e do

‘novo público’ que constitui as massas urbanas que serão presentes no Brasil a partir do Romantismo.

Os movimentos literários não ocorrem de maneira independente e esparsa, são influenciados por muitos aspectos, dentre eles o quadro sociopolítico cultural de uma dada sociedade e possuem relações com as correntes literárias anteriores, seja para reavivar um determinada estética, seja para romper-se com ela.

Assim, o Brasil terá contato com o movimento Realista a partir da segundo metade do século XIX, em que novos princípios marcam a sociedade e as artes brasileiras, delineando um novo estilo de época. Neste momento, como vimos em nossa contextualização política, o país encontra-se aberto para novas influências artísticas e culturais que não mais apenas Portugal. Alguns dos reflexos desta abertura são as chamadas correntes filosóficas, que tomam conta dos princípios brasileiros do momento e poderão ser notados em diversos espaços, sobretudo em nossa política e em nossa produção escrita.

Essas correntes são tratadas por Proença Filho (1989, p. 239-240), e aqui constam resumidas em oito pontos para podermos compreender as prerrogativas que trazem as correntes filosóficas:

- i) Na segunda metade do século XIX há uma predominância da concepção materialista do mundo;
- ii) O universo, a natureza e o homem são vistos como entidades intimamente relacionadas e subordinadas aos mesmos “princípios, leis e finalidades” (Proença Filho, 1989, p. 239);
- iii) A realidade, vista como um ser primitivo, evolui constantemente de acordo com um sistema de leis naturais previamente definidas;
- iv) O homem deve basear-se única e absolutamente no conhecimento científico para explicar e entender a realidade. Nesse sentido, apenas observando-a é que se torna possível conhecê-la com meticulosidade;
- v) Negação da transcendência: aspectos sociais e psicológicos obedecem à regra universal e são manifestações materiais;
- vi) O homem em si, e as demais criaturas do universo, são regulados por circunstâncias exteriores;

- vii) Aparte de traços subjetivos, a verdade, o bem e o belo existem nas coisas;
- viii) Predominância de uma visão determinista, antimetafísica e antiespiritualista da vida.

Assim resumidas, essas características são encontradas nas obras literárias do período, e vinculadas a elas estará também Julio Ribeiro, cuja produção é nitidamente marcada pela visão biologicista de vida. Nos dicionários de literatura que trouxemos para ilustrar o caráter vigoroso de Ribeiro, constam também informações sobre sua vinculação ao Naturalismo, explicando que seu posicionamento inconformista era acicatado pelo próprio movimento em voga. Além disso, sua formulação de a “Gramática é a exposição metódica dos fatos da linguagem”, deve também ser vista neste viés organicista no qual a palavra ‘metódica’ tem muitas relações com as correntes filosóficas do final do século.

Para Luft (1987), sua concepção de gramática “opunha-se ao apriorismo, dogmatismo ou método dedutivo das gramáticas tradicionais” (p. 326), e nesse sentido o autor deve ser visto como um divisor de águas para os estudos linguísticos brasileiros.

Devemos comentar, ainda, outros traços comuns à época, como é, por exemplo, o caso da preocupação em achar uma verdade absoluta das coisas, não uma verdade apenas verossímil, mas imperativamente exata. A observação é o método possível para compreender as coisas do mundo, e por meio dela é que se chega a uma realidade materialmente verdadeira, e não idealizada, como era comum no Romantismo. Há uma busca pela razão.

Possui, como é costume, uma forma motriz de cunho revolucionário, “atitude de crítica e combate” (PROENÇA FILHO, 1989, p. 241), como é o caso da Questão Coimbrã, por exemplo, para a movimentação do Realismo português.

De maneira geral, as características Realistas podem ser assim resumidas:

Clareza, equilíbrio e harmonia na composição; correção gramatical; preocupação com a perfeição formal; retrato fiel das personagens, através de uma linguagem simples; linguagem próxima da realidade, sem rebuscamentos, natural; narrativa lenta; preocupação com minúcias. (PROENÇA FILHO, 1989, p. 242)

Nessa esteira, o Realismo possui uma vertente bastante específica denominada Naturalismo, ou Realismo naturalista. Para o crítico brasileiro, o Realismo tende a possuir uma visão biologicista do homem enquanto que o Naturalismo tende a ter uma visão patológica. O Naturalismo amplia a visão orgânica Realista e agrega a pretensão de uma visão ainda mais nítida e radicalmente determinista da vida humana. “Como é sabido, o termo “naturalismo” caracteriza a doutrina filosófica que preconiza que só as leis científicas sobre a natureza é que são válidas [...]” (PROENÇA FILHO, 1989, p. 243).

O nome estrangeiro de maior representatividade naturalista é Émile Zola, é também com ele que o termo “naturalismo” vai ganhar força na nomenclatura literária francesa e mundial, expressivamente influenciador do mesmo movimento no Brasil.

Outro dado importante que devemos discutir é a situação colonial brasileira e a consequência dessa situação em nossa produção literária. No texto “Literatura e situação”¹⁰, Alfredo Bosi (1994) afirma que nossa literatura não deve ser comparada à literatura feita aos moldes europeus pela evidente razão de que estas são classificadas como o centro irradiador das noções modernas que ditou toda uma história cultural, enquanto que a nossa inicia-se a partir do que o autor chama de *complexo colonial* de vida e reflexão.

Notamos que o autor constrói o prenúncio de vida literária nacional a partir da própria condição colonial na qual o Brasil se desenvolve. A colônia, por si só, é uma introdução de nossa cultura: é o outro em relação à metrópole. Os desequilíbrios, inerentes a qualquer história, em relação ao nosso sentimento de brasilidade são frutos do fato de deixarmos de ser colônia para ser sujeito de nossa própria sociedade.

Além disso, o *processo colonial*, de que fala Alfredo Bosi (1994), revela-se como o motivo central de nossas reações intelectuais. O que se quer mostrar trazendo a situação colonial brasileira para este momento, é que as correntes literárias brasileiras desenvolvem-se em cima desta questão mais do que qualquer outra que possa ser importada. “Resta-nos, porém, o dado preliminar de um processo colonial, que se desenvolveu nos três primeiros séculos da vida brasileira e condicionou, como nenhum outro, a totalidade de nossas reações de

¹⁰ Texto retirado da obra *História concisa da literatura brasileira*, 37ª ed, São Paulo: ed. Cultrix, 1994.

ordem intelectual [...]” (BOSI, 1994, p. 13). A própria ruptura com as ideias portuguesas demonstram que as necessidades políticas e culturais da época apontavam para um caminho de afirmação nacional.

De qualquer modo, a busca de fontes ideológicas não-portuguesas ou não-ibéricas, em geral, já era uma ruptura consciente com o passado e um caminho para modos de assimilação mais dinâmicos, e propriamente brasileiros, da cultura europeia, como se deu no período romântico. (BOSI, 1994, p. 13)

A intenção em tratar destes movimentos literários não está em trazer datas ou os principais expoentes e implicações destes movimentos para a produção literária no Brasil. Antes, nossa pretensão com essa exposição é justamente demonstrar que a ânsia pela marca original de nação e cultura brasileira figuram de maneira absoluta em contextos diferentes da época (como o político e o artístico, por exemplo). Estes são aspectos interdependentes, as influências sociais e artísticas se misturam para a composição da cultura brasileira, e essa leitura é necessária se buscamos compreender as condições em que o sentimento nacionalista materializa-se na história.

1.4 A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL

Júlio Ribeiro não estava sozinho em seus ideais. O final do século XIX, de maneira geral, foi um momento muito frutífero para as letras e para a produção de conhecimento no Brasil. Assim, muitos intelectuais se debruçaram sobre a questão nacionalista da construção da identidade brasileira que tomava corpo, principalmente, por meio de diferentes espaços escritos em que as ideias circulavam: havia professores, jornalistas, escritores, gramáticos, historiadores e políticos interessados na constituição da *nação* brasileira.

É pois de mais de um lugar que eles operam na produção dos efeitos de sentido da brasilidade. João Ribeiro é no momento um dos historiadores mais significativos no Brasil. Ele rompeu com uma certa tradição lusitana que se limitava à história dos fatos administrativos e políticos. Ele introduz uma outra forma – resultante da filiação alemã (a *Kulturgeschichte*) – que privilegia a história do povo, da cultura, permitindo ao brasileiro se representar e se dizer de uma outra maneira, que não a instaurada pela história portuguesa. Júlio Ribeiro é muito conhecido como autor do mais importante romance naturalista no Brasil (*A Carne*), o que lhe confere uma posição singular em relação à literatura que se fez em Portugal. Estas

diferentes posições de autores significam implicitamente que a língua, a história, a literatura desempenham, a partir de um mesmo lugar, um papel na formação do Brasil. (ORLANDI, 2001, p. 28 – grifo nosso).

É possível perceber, pela afirmação de Orlandi, que as diferentes posições autorais instauram um domínio do saber sobre a língua nacional. É neste momento que se materializa a legitimação de uma autoria brasileira e o processo de gramatização no Brasil é, inclusive, o fator que possibilita esta posição autor.

Este deslocamento gera muitos sentidos para o território nacional, e a evidência da necessidade de expandir as filiações brasileiras é marcada pela mutação do lugar de que se fala da própria língua, o que significa dizer que não se está mais na condição de colônia, mas na de agente de sua cultura. O fragmento de Teyssier (2007) abaixo demonstra que embora houvesse posições moderadas em relação à questão linguística, o gesto de demarcar uma especificidade brasileira é muito significativo.

De uma maneira geral, porém, os filólogos da escola brasileira adotaram sobre a “questão da língua” posições moderadas. Reconhecem, a um tempo, a originalidade linguística do Brasil e a superior unidade da língua portuguesa. Uma especificidade brasileira no interior do português, eis, em suma, o que reivindicam. (2007, p. 116)

A reflexão, portanto, está nessa mudança de concepções que provém de uma elite pensante brasileira com a proposta de reconfiguração do *lugar* que emana o conhecimento científico e cultural brasileiro (não mais da metrópole), bem como a visão que se tem sobre aquilo que *significa* ser brasileiro, e essas questões são possíveis somente em razão dos acontecimentos políticos e artísticos da época, como vimos no primeiro capítulo, que permitem emergir essas transformações sociais. Para José de Alencar (1872) no prefácio de *Sonhos D'oro*, utilizando-se de uma metáfora das frutas locais e estrangeiras, afirmava o autor que ao povo brasileiro só é possível ser outra a língua portuguesa que o constitui como sujeito: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?”

Percebe-se, no período que compreende as discussões do trabalho, uma crescente produção de gramáticas e dicionários que inauguram um pensamento metalinguístico no Brasil. Essas gramáticas e dicionários são espaços

de enunciação que fazem funcionar a reflexão sobre a língua, e, nesse sentido, tornam-se objetos fundamentais à formação de uma identidade nacional. Conforme os estudos do pesquisador francês Sylvain Auroux (1992, p. 65), o termo gramatização significa sustentar a língua sobre dois pilares imprescindíveis para o saber metalinguístico: as gramáticas e os dicionários. Este conceito será explorado com mais propriedade ao longo desta seção.

Dentro de nossos propósitos, percebemos que a constituição da identidade se dá em diferentes espaços e de muitas maneiras, contudo, a língua representa magistralmente de que maneira novos valores são incorporados à sociedade. Assim, se entendemos que a produção de gramáticas e dicionários realizada por autores brasileiros abre espaço para um lugar autoral nacional, estamos considerando que há, no uso da língua, evidências que demonstram um espaço de diferença entre o português brasileiro e português europeu.

Partindo desta reflexão linguística, entre muitas coisas, algo que se pretende compreender é a própria história da construção do sujeito brasileiro. Nesta linha de raciocínio, o programa de estudos da História das Ideias Linguísticas se mostra um campo que nos possibilita refletir sobre o processo de formação na nação brasileira por meio de análises de discursos proferidos sobre o Brasil ao longo da história.

Este campo do saber iniciou-se com o grupo de pesquisadores do professor Sylvain Auroux na década de 1980, em que o objetivo principal estava em refletir o saber sobre a língua notadamente a partir do que se convencionou chamar 'instrumentos linguísticos': gramáticas, dicionários, enciclopédias, listas de palavras e compêndios, por exemplo. A escolha do material não se deu de maneira fortuita, visto que a proposta de Auroux estava justamente em propor uma reflexão sobre a língua que não estivesse unicamente vinculada aos pressupostos da Linguística apenas a partir de sua instituição como ciência, no século XX.

Dessa maneira, para o autor, os documentos anteriores a essa instituição científica significam e fazer funcionar sentidos sobre as línguas e por isso a necessidade de olhar para estes materiais. Segundo Aquino (2012), pesquisar o aparecimento do saber metalinguístico antes mesmo da própria institucionalização da Linguística demonstra uma crítica à concepção que considera como científico apenas os estudos produzidos a partir do comparativismo, momento em que a

Linguística se instaura como ciência, com objeto (a língua) e método (o comparativismo) definidos. Nesse sentido, Aquino (idem) comenta que, procurando desvencilhar-se dessa concepção prejudicial à riqueza dos estudos da linguagem, Aurox opta por falar em *ideias linguísticas* e não em *teorias linguísticas*. Assim, não estamos excluindo os acontecimentos de grande relevância para a compreensão das tradições linguísticas ocorridas anteriormente ao estabelecimento da Linguística como ciência.

Nesse raciocínio, Colombat, Fournier e Puech colocam, como título do primeiro tópico da extensa obra *Histoire des idées sur le langage e les langues* (2010), o seguinte questionamento: « Histoire des idées sur le langage et les langues » ou « histoire des théories linguistiques¹¹ »?, corroborando a necessidade de se distinguir, nesse campo de estudos, que a concepção sobre o que seja a história das teorias constituintes da Linguística não correspondem ao início do pensamento linguístico sistemático em si. Assim, esclarece-se o propósito em utilizar o termo “ideias” na denominação do ramo de estudos, justamente por caracterizar-se como um termo de sentido normativo mais brando e, por conta disso, possibilitar a ampliação da observação sobre os acontecimentos que compõem os saberes linguísticos.

Para Aquino (2012, p. 21),

Como a constituição das ideias linguísticas está ligada de forma incontornável às práticas humanas, não faz sentido, portanto, determinar um método de estudo histórico dessas ideias que não contemple essas práticas humanas. Dessa forma, acreditamos não ser possível tratar historicamente das ideias linguísticas fora das condições históricas em que elas foram produzidas e postas em circulação.

No Brasil, a História das Ideias Linguísticas iniciou-se com a professora e pesquisadora brasileira Eni Pulcinelli Orlandi, cujo interesse por temas como a identidade nacional e a brasilidade em suas aulas ministradas em Análise do Discurso ao final dos anos 80, levaram-na a um pós-doutorado na França, episódio no qual conheceu as pesquisas e próprio pesquisador Sylvain Aurox.

¹¹ História das ideias sobre a linguagem e as línguas ou História das teorias linguísticas? (tradução nossa)

[...] ela organizou um encontro sobre "Cidadania no Brasil e na França" em que se falava sobre questões de cidadania ligadas à Língua Nacional e à Literatura no Brasil. Em um segundo momento, a pesquisadora conheceu S. Auroux, da Universidade de Paris VII, que dirigia um amplo projeto internacional sobre a história das teorias (idéias) lingüísticas. Houve de imediato interesse em que se estabelecesse um convênio formal para que também o Brasil, mais especificamente uma equipe da Unicamp, coordenada por E. Orlandi, participasse do projeto História da Idéias Lingüísticas, em nosso caso, no Brasil.¹²

As consequências deste encontro não param de gerar frutos no Brasil, pois hoje há o seguimento do projeto em outras universidades, além da Unicamp. Os diálogos estabelecidos no início do projeto configuram-se como um ponto de partida para estudar a língua portuguesa no Brasil, sob uma ótica crítica para compreender as nuances das línguas em contato, línguas indígenas e línguas de imigração, que levam em conta os materiais produzidos acerca da língua portuguesa no Brasil principalmente a partir do século XIX.

É nesse sentido que o programa de Estudos em História das Ideias no Brasil se torna atraente nas reflexões empreendidas nesta pesquisa. No momento em que empreendemos um recorte para estudar a língua no Brasil com um autor específico, em nosso caso com Julio Ribeiro, é necessário compreendermos a injunção sócio histórica na qual o autor produziu e, nesse sentido, o programa de estudos nos trouxe muitos pontos a se pensar e discutir, precisamente por evidenciar de que maneira se dá a formação de uma identidade brasileira na ocasião da gramatização do português brasileiro.

Como vimos, a HIL pode ser colocada como o campo de estudos que pondera sobre a história do processo de produção da reflexão sobre a linguagem. Isto é, é um campo teórico que leva em consideração a história da produção metalingüística que, no caso brasileiro, surgiu com intensidade ao final do século XIX.

Para exemplificar, podemos pensar que a concretização do conhecimento sobre a língua portuguesa no Brasil fez emergir a questão da língua nacional. E a constituição desse conhecimento sobre a língua se materializou na produção de gramáticas, de dicionários, da literatura, que indicam uma posição em relação à nossa cultura diferentemente do que o era na condição colonial de maneira geral.

¹² Informações sobre o programa de estudos da História das Ideias Linguísticas, no Brasil, estão disponíveis no site <http://www.unicamp.br/iel/hil/>

Dessa maneira, estamos também pensando que todo saber sobre a linguagem afeta diretamente o modo como se organiza a sociedade, e, portanto, a produção metalinguística brasileira é um acontecimento que dá novos direcionamentos de sentido para o sujeito e a cultura brasileira.

Como sabemos, toda nação, para se legitimar e perpetuar, constrói seus próprios mitos que a vinculam com um passado “que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão enquanto tal”. Nesse sentido, eles contribuem para naturalizar a origem, torná-la evidente, familiar, comum, constituindo-se em mitos ao funcionarem como respostas “imaginárias” a conflitos e tensões “reais” (BERENBLUM, 2003, p. 61).

A mobilização desses intelectuais brasileiros que se colocam a refletir na questão específica da língua portuguesa no Brasil endossa a necessidade de formar um discurso sobre o Brasil – o discurso do que é que seja ser brasileiro.

Para Berenblum (2003, p. 61),

nossa história posterior está sustentada na base desses mitos e não serão poucas as tentativas de construir uma identidade própria, original e diferente da dos colonizadores, alternando com posturas que valorizam nossas raízes ibéricas e ponderam a superioridade dos traços culturais europeus.

No Brasil, esse processo de busca pelos mitos fundadores caracterizou-se como uma tarefa complexa devido à extensão territorial nacional abarcar uma diversidade de povos e linguística muito grande, havendo uma miscigenação desses povos e línguas que aos poucos iam moldando o perfil nacional. No entanto, embora nosso recorte temporal tenha foco no final do século XIX brasileiro, devemos considerar que esta “especificação” da língua e da cultura brasileira, que tem suas raízes neste momento, tem seus efeitos prolongados por muito tempo, constituindo o mote de discussões sociais e artísticas em outros contextos que ultrapassam, propriamente, o final do século XIX.

Em termos de língua, há algumas evidências que demonstram claramente o momento histórico de ruptura pelo qual o Brasil transitava. Assim, é possível notar na própria nomeação de algumas obras de que maneira os títulos funcionavam como demarcação do nacional:

- i) *Pequeno Dicionário Brasileiro de Gramática Portuguesa* (BERGO, 1960);
- ii) *Ensino Renovado da Língua nacional* (SALLES, 1972);
- iii) *Gramática Brasileira da Língua Portuguesa* (VICTORIA, s/d).

Observamos que (i), (ii) e (iii) carregam em seus títulos a demarcação de uma particularidade brasileira dentro do português: língua nacional, gramática brasileira, pequeno dicionário brasileiro.

Segundo Eduardo Guimarães (2002), na formulação da Semântica do acontecimento, a enunciação é o próprio acontecimento linguístico no qual os efeitos de sentido se produzem, configurando-se também, este espaço, como prática política. O que se pretende dizer, portanto, é que a escolha dos nomes das obras constitui-se como uma prática política por meio da linguagem, e nesse sentido são exemplos notáveis da manifestação nacional.

Outro exemplo particular de exaltação da língua “brasileira”, que extrapola o final do século XIX, é *A Gramatiquinha* de Mário de Andrade, demonstrando de que maneira a questão da identidade continuou em relevo, perpassando por muitos momentos diferentes de nossa história. Na obra *Literatura e outras linguagens* (2010), Brait afirma que a obra fazia parte de um grande projeto do autor de redescoberta e definição do Brasil a partir dos aspectos linguísticos e estéticos, pois o Mário de Andrade julgava “estar delineada a variedade brasileira da língua portuguesa, sendo necessária uma sistematização” (BRAIT, 2010, p. 70). Em cartas trocadas com seu amigo Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade citava o objetivo de sua *Gramatiquinha*, expondo seu ponto de vista a respeito do uso da língua portuguesa no Brasil:

O povo não é estúpido quando diz “vou na escola”, “me deixe”, “carneirada”, “mapiar”, “besta ruana”, “farra”, “vagão”, “futebol”. É antes inteligentíssimo nessa aparente ignorância porque sofrendo as influências da terra, do clima, das ligações e contatos com outras raças, das necessidades do momento e da adaptação, e da pronúncia, do caráter, da psicologia racial modifica aos poucos uma língua que já não lhe serve de expressão porque não expressa ou sofre essas influências e transforma afinal numa outra língua que se adapta a essas influências. (*apud* BRAIT, 2010, p. 71)

Da mesma maneira que Mário, seu contemporâneo Oswald de Andrade também dedicou algumas de suas produções a discutir o fato da língua. Nos conhecidos versos do poema Pronominais, essa preocupação fica bastante

evidente quando o autor utiliza construções tipicamente brasileiras para dizer o modo de ser e pensar do brasileiro, que se difere abruptamente do europeu. Brait (2010) afirma que ao trazer para o poema uma enumeração de imagens profundamente brasileiras, provenientes do folclore e do cotidiano nacional, Oswald demonstra uma crítica em relação à língua portuguesa. Mais precisamente, o poema direciona-se, inegavelmente, a uma demarcação bastante específica da identidade linguística brasileira, marcando essa especificidade pelo próprio uso lexical no poema.

Pronominais

Dê-me um cigarro
 Diz a gramática
 Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas o bom negro e o bom branco
 Na Nação Brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro (ANDRADE, 1966, p. 154)

Vale notar a atenção que o autor propõe para o uso que está na gramática, caracterizando-o como o uso “correto”, do bom português do professor e do aluno, do mulato sabido. No entanto, há uma oposição entre este uso da gramática ao uso da Nação Brasileira, assim, em caixa alta, que o autor caracteriza como o uso cotidiano e real que o povo brasileiro faz dessa língua.

Mas a discussão em torno da língua portuguesa no Brasil era matéria de vastas opiniões, e se por um lado havia um grande número de autores preocupados em marcar essa diferenciação com Portugal, como vimos apontando, há, por outro lado, aqueles que se colocavam invariavelmente contra a essas atitudes. Na obra *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro* (2006), a professora Marli Quadros Leite comenta que, em termos de língua, é comum que estejam em pauta forças tradicionalistas e forças inovadoras. Nesta obra, com o objetivo de demonstrar de que maneira forças tradicionalistas permearam toda nossa história linguística, a autora analisa textos que demonstram de que maneira o conservadorismo se apresenta por meio do discurso metalinguístico.

O argumento da tradição baseava-se no combate à corrupção linguística que se traduzia pelo emprego de expressões ditas brasileiras e neologismos, por exemplo. Buscando opor-se a novas tendências e usos que ferissem a 'língua de Camões', a ideia de afirmação de uma língua brasileira independente de Portugal era vista como um completo erro, por parte dos puristas.

Esse choque de ideias gerou inúmeros debates, naturalmente, entre os intelectuais da época. Enquanto José de Alencar, Gonçalves Dias e Pinheiros Chagas se preocupavam com descrições acerca dos usos tipicamente brasileiros, por outro lado, havia Visconde de Taunay, Euclides da Cunha e Olavo Bilac, por exemplo, reafirmavam a existência única de uma norma literária purista. O debate entre Carlos de Laet, escritor brasileiro, e Camilo Castelo Branco, português, tornou-se um exemplo célebre da disputa pela noção purismo/nacionalismo, como veremos.

Desse modo, é sintomático que estas discussões colocassem em pauta também o nome da língua no Brasil. A designação 'língua portuguesa' passou a ser um verdadeiro problema, e, com isso, os embates a respeito de termos como 'língua brasileira' e 'língua nacional' roubavam a cena no imaginário cultural brasileiro.

1.5 O 'PROBLEMA' DO NOME DA LÍNGUA

Para Afrânio Coutinho (1990), essas discussões apontavam um acontecimento importante para nossa história - "os brasileiros descobriram o Brasil" (p. 314). Segundo o autor, conquistada a República, os brasileiros encontravam-se em uma posição favorável em relação à identidade nacional, fato que era observável, principalmente, por meio da produção de instrumentos linguísticos e, sobretudo, pela literatura. Assim, o autor afirma que o fato de falarmos uma língua que, em sua concepção, não era exatamente o português europeu estava afirmada a partir de nossa prática escrita: "em língua, falamos e escrevemos à nossa maneira um idioma brasileiro" (p. 314). Assim como José de Alencar, Afrânio Coutinho coloca-se claramente a favor à mudança do nome da língua para "língua brasileira".

Quando o Latim foi dividido nos idiomas chamados neolatinos, estes assumiram a denominação das nações em que se fixaram: Francês na França; Italiano na Itália; Espanhol na Espanha; Português em Portugal; Romeno na Romênia. Esse fato ocorreu, oficialmente, a partir do momento em que constituíram modernamente as nacionalidades europeias mais nítidas. [...]

A denominação do idioma é uma questão intrinsecamente ligada à soberania nacional. (COUTINHO, 1999, p. 315)

João Ribeiro, importante historiador brasileiro e pensador sobre as questões da identidade nacional, propunha que os fatos de linguagem de “cá e de lá”, assim referindo-se ao Brasil e a Portugal, tinham igual excelência como fenômenos linguísticos, e dessa maneira, a existência da ‘língua brasileira’ era absolutamente possível, embora assumisse sua veia inegavelmente portuguesa, pois “expressões diferentes envolvem ou traduzem estados d’alma diversos” (*apud* COUTINHO, 1999, p. 318)

Para Coutinho (1999), as evidências de uma língua brasileira estampavam a maior parte das obras que tinham como fim a reflexão sobre a situação da língua no Brasil ao final do século XIX. Dessa maneira, autor cita alguns nomes e obras que ilustram bem o quadro “problemático” referente ao nome da língua do Brasil: a *Língua Brasileira*, do professor baiano de filosofia Edgard Sanches (1940); o poeta Cassiano Ricardo, em discurso¹³ para a Academia Brasileira de Letras; o filólogo, educador, filósofo e sociólogo Herbert Parentes Fortes nas obras *A linguagem que falamos* e *A questão da Língua Brasileira*, ambas de 1957; Cruz Cordeiro, nos artigos “Mestiçagem idiomática, base da língua brasileira” e “Fatos da língua brasileira”, publicadas no *Jornal do Comércio*, em 1957 e 1958, respectivamente; Wilson Martins, no artigo “Última flor do Lácio”, de 1958, publicado no *O Estado de São Paulo*; Temístocles Linhares, no artigo “Debate acadêmico” pelo *O Estado de São Paulo*, também em 1958, entre tantos outros que se preocuparam – e ainda se preocupam – com a questão da língua no Brasil. Resgatar esses títulos evidencia as dimensões que tomou o debate em torno da língua do Brasil.

É notável que este debate tomou muitas formas em nossa sociedade a partir do final do século XIX até os dias de hoje. Nesse sentido, compreendemos que ainda mais que a busca por uma designação condizente ao povo brasileiro,

¹³ O discurso de posse do autor Cassiano Ricardo está disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=6858&sid=295>>. Acesso em: 5 abr. 2012.

estava ali colocado um verdadeiro ‘problema’ de ordem histórica: o português foi trazido ao Brasil por razões puramente políticas, logo, a língua nacional pela qual revogavam os interessados ao assunto durante o século XIX era, no fim das contas, a língua trazida pelo colonizador. Esse fato gerava ruídos ao chamarmos de ‘nossa’ a língua portuguesa e não as línguas comuns ao território brasileiro antes da colonização: as línguas indígenas.

Este ‘problema’ foi também tratado por Luiz Francisco Dias (2001), em artigo intitulado “O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica”, que vai ao encontro das discussões que vimos descrevendo neste tópico. Conta o autor que termos como *língua nacional*, *língua pátria*, *luso-brasileiro*, *dialeto brasileiro* e *linguagem brasileira*, por exemplo, eram termos muito utilizados no início do século XX brasileiro, termos estes que apontam para a existência de um impasse no que se referia à questão da língua. Dias (2001) ainda ressalta que “os termos *língua nacional* e *língua pátria* eram normalmente utilizados até mesmo por aqueles que se opunham ao projeto de mudança do nome [da língua]” (p. 185).

É importante comentar que essas discussões em torno do *nome* da língua do Brasil tomaram grandes proporções. Após a Independência brasileira, mais especificamente em 1826, afirma Dias (2001) que o deputado José Clemente Pereira apresentava, no Parlamento, uma emenda que propunha que os diplomas dos médicos fossem escritos em *linguagem brasileira*. Segundo o autor, a partir dessa medida, suscitaram-se muitas polêmicas acerca do ensino da língua e da gramática no Brasil, naquela época. “Dessas polêmicas resultou uma lei, datada de 15 de outubro de 1827, que estabelecia que os “professores ensinarão a ler, escrever... a gramática da língua nacional [...]” (DIAS, 2001, p. 187). O autor aponta que esta foi a primeira vez que a expressão ‘língua nacional’ apareceu em um texto legal, o que nos mostra que essas discussões inquietavam a sociedade oitocentista.

No entanto, é mister comentar que, embora houvesse forças no sentido de marcar uma especificidade brasileira em termos de língua, havia também muitos nomes da época que eram avessos a este projeto de mudança.

Duas posições se sobressaíam do debate: a dos separatistas e a dos legitimistas. Os separatistas ressaltavam as diferenças entre Brasil e Portugal, e até a consideravam positiva. Os legitimistas, por outro lado, amenizavam as diferenças, pregando o cultivo da vernaculidade (DIAS, 2001, p. 188)

Sobre esta questão dos que se opunham à mudança do nome da língua, discutiremos mais na próxima seção. Assim, para finalizarmos este tópico, referenciamos, mais uma vez a Dias (2001, p. 197), quando afirma que o nome 'língua portuguesa' põe à luz "a relação entre o que somos e a língua que falamos", e esta relação configura-se nas diferentes formas de pensarmos o sentido do que a palavra *nação* propõe ao sujeito brasileiro.

1.6 O PREÇO DO MONOLINGUISMO

As questões relativas à língua, no Brasil, não eram estáveis e de fácil compreensão para os autores que se dedicaram ao tema.

Começamos por analisar o texto "Políticas de Colonização Linguística" de Bethania Mariani (2006), cuja temática central versa sobre as línguas em contatos no Brasil desde o momento da colonização. Para a autora, as questões relativas à língua portuguesa no Brasil tocam outros campos que não podemos deixar de discutir. Entre eles, o primeiro passo é colocar que a língua do europeu é trazida ao Brasil por uma iniciativa que é política e de dominação. A posse da terra e do povo pressupõe uma autoridade que é também linguística, pois uma só língua gera a ilusão de unidade necessária para Portugal na sua empreitada de conquistar novos súditos para a proteção ao seu império.

Como sabemos, esse processo se inicia com a chegada dos portugueses ao Brasil, ao Novo Mundo como nomeia Orlandi (2008). Este Novo Mundo é, no olhar do português, a terra das possibilidades e seu projeto de emancipação política, como era de ser, tem um alto preço para o indígena nativo dessas terras.

Para Mariani (2006), o projeto da colonização brasileira se dá por duas principais frentes: i) a emancipação católica por parte dos jesuítas que prescreviam o modo e os meios linguísticos de conquistar a evangelização do indígena, e ii) a gramatização das línguas que contribui, desde seu início, no Renascimento, para a descrição das línguas do Novo Mundo que são, por assim dizer, o canal principal de infiltração cultural.

Assim, concordamos com a autora quando ela afirma que a colonização coloca em jogo uma tensão entre as memórias e o apagamento. O processo de dominação movimenta a rede de sentidos do povo colonizado, e o faz

na própria intenção de marcar o lugar social de quem é o senhor e, conseqüentemente, quem é o vassalo.

Nesse sentido, a questão da língua possui um ponto de contato estreito com esse processo de dominação portuguesa. Conforme os europeus descreviam as línguas indígenas no intuito de sua compreensão (devemos lembrar que esta compreensão era o meio para a colonização), percebiam a falta das letras F, L e R, concluindo que um povo sem fé, lei e nem rei era um povo que não possuía a tríade essencial representativa de uma sociedade organizada. É nesse sentido que Mariani (2006) descreve a imagem do *déficit*, da falta linguística nas línguas indígenas que são colocadas como “menores” e desprovidas da mesma configuração que a língua portuguesa.

É observável o choque resultante da incompatibilidade dos sentidos entre o dito Novo e o Velho mundo, possibilitando-nos compreender que o funcionamento linguístico, cultural e religioso transplantado pelos portugueses se dá de maneira singular por ser outro espaço enunciativo. São situações particulares que vão moldando o perfil do brasileiro a partir da heterogeneidade.

Ou seja, o português que se passou a falar aqui traz uma memória europeia, mas historiciza-se na colônia de modo específico em função do contato com as demais línguas europeias, indígenas e africanas. Mas essa especificidade ocorre, sobretudo, em função da própria formação histórico-social e posterior transformação política da colônia em nação independente. (MARIANI, 2006, p. 75-76)

A primeira gramática brasileira surge neste contexto de expansão da dominação, na qual o padre José de Anchieta foi o responsável pela sistematização das línguas em forma de uma gramática: *A arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, publicada no ano de 1595, ilustrando a afirmação de que os primeiros linguistas no Brasil foram os religiosos.

Aproximando-se da língua indígena, especificamente o tupi-guarani, que era a língua indígena predominante no Brasil da época, a intenção estava na propagação da cultura do estrangeiro a partir de uma situação de aprendizagem dos índios, resultando no posicionamento subordinativo dos nativos aos conquistadores das terras americanas.

Pela disciplinarização da língua indígena, pretende-se “saber” a língua, mas se está sobretudo modificando-a no sentido dos modelos ocidentais (europeus).

Não somente os missionários mas também os viajantes e os pesquisadores, nas suas menções (ou reflexões), “aperfeiçoaram” a língua dos índios em direção ao ideal da gramática ocidental.

Eles desempenharam um papel tão importante quanto a catequese. No seu conjunto, todos produziram a domesticação da língua indígena pela gramática ocidental, cujo modelo é o latim. (ORLANDI, 1990, p. 76)

A deformação das línguas nativas está, portanto, no sentido de levá-la aos moldes europeus, que em nada se aproximava aos indígenas. Há uma deformação cultural dos nativos estabelecida por meio de uma língua imposta – o português – que estabelece uma nova organização no modo de vida da população autóctone, modificando para sempre o modo de ser brasileiro.

A partir do século XVI, a língua portuguesa passa pelo processo de gramatização no qual é construída uma unidade imaginária que contribui para a própria formação de Portugal. Para Mariani (2006), esta imagem é importante no que diz respeito ao estabelecimento de uma tradição e de uma memória linguística que possui nobres raízes no latim.

Quando da chegada ao Brasil, o exercício dessa unidade linguística com os índios configurava-se como a “domesticação e absorção das diferenças de povos e culturas indígenas que se encontravam fora dos parâmetros do que se entendia como civilização na época” (MARIANI, 2006, p. 76) No entanto, não foram a língua tupi e demais línguas indígenas brasileiras colocadas de lado na fase inicial da colonização. Pelo contrário, a igreja via no tupi a chance de estabelecer a evangelização por meio do ‘vernáculo local’, e dessa maneira, a aproximação com os indígenas se concretizava.

A aprendizagem da chamada *língua brasílica*, eleita como a língua geral, posteriormente, pelos jesuítas, era o canal no qual as relações entre o colonizador e o colonizado eram a princípio estabelecidas. As línguas indígenas no Brasil do descobrimento eram muitas, no entanto, a gramatização em território brasileiro iniciou-se com a língua tupi, justamente por ser utilizada em larga escala pelos indígenas. Com isso, o objetivo, segundo Mariani (2006), era “inscrever o índio como um sujeito colonizado cristão e vassalo de El-Rei a partir do aprendizado e utilização de uma só língua. Os efeitos produzidos em função da adoção de uma ou outra língua, porém, é que resultam diferentes” (p. 76).

Compreendemos, assim, que o aprendizado do tupi por parte dos jesuítas funcionou como o meio necessário de penetração na cultura do outro, do indígena, que, ao mesmo tempo, submete-se ao aprendizado da língua portuguesa e a doutrinação dos preceitos da igreja católica que vão aos poucos modificando a natureza peculiar deste índio, ao passo que o transforma em vassalo e subordinado política e culturalmente: “ensinar português aos índios objetivando a catequese é silenciar a língua e a memória de outros povos” (p. 77). A partir do processo de gramatização da *língua brasílica*, é observável um grande passo no que concerne às traduções, adaptações e conversões de sentido entre a língua portuguesa e a língua brasílica, ou tupi, que resignificam os sentidos dos discursos indígenas.

Nesse sentido, ensinar a língua portuguesa ao indígena é não somente modificá-lo essencialmente em sua cultura como também inscrevê-lo numa formação discursiva outra que é a do branco, cristão e submisso ao rei. Esta prática é a sustentação da manutenção de um campo de sentidos que pertence ao dominador, é o “simulacro de entendimento” de que fala Mariani (2006), que gerou raízes para a compreensão do português no Brasil desde aquele momento até hoje, em que a imposição da língua portuguesa camufla a heterogeneidade linguística do território brasileiro justamente por meio de uma construção de um “efeito homogeneizador” na concepção da língua nacional brasileira.

Somente a partir do século XVIII é que se inicia um processo de supressão do uso de línguas indígenas no Brasil. Esta iniciativa concretizava-se a partir do chamado *Diretório dos Índios*, um ato político-jurídico que oficializava a língua portuguesa como única língua falada, ensinada e escrita, segundo a gramática portuguesa, no Brasil. Esta atitude veio sob o comando de Marquês de Pombal, e o diretório legitimava-se a partir da criação do estigma de “invenção diabólica” à língua geral.

Se para nossas reflexões a instauração da República é considerada como um marco histórico importante para a compreensão do sentimento nacionalista, a situação colonial deve ser entendida como essencial para a compreensão desse processo em sua totalidade. A constituição do brasileiro e de sua língua se inicia muito antes da Independência e com as tensões naturais gerados por um processo colonizador, que interfere diretamente nas práticas sociais de determinada população.

Apontamos, anteriormente, que Alfredo Bosi (1994) em seu texto “Literatura e situação”, afirma que a condição colonial é um fator importante para a história brasileira, pois é desta tensão que nascem os primórdios do pensamento intelectual nacional. Mais que isso, as tensões geradas a partir da condição colonial refletem os sentidos do apagamento histórico anteriores ao descobrimento.

Na conclusão de seu artigo, Bethania Mariani (2006) afirma que refletir sobre a colonização linguística brasileira auxilia-nos na compreensão de muitos fatores ligados a instâncias de poder do período que vai desde o século XVI até o XVIII. A imposição linguística nos permite pensar que para o bom funcionamento do aparelho jurídico é necessário que haja clareza no entendimento entre os súditos e a Corte.

Assim, é fundamental um projeto político e jurídico-administrativo para a nação que seja materializado através de uma língua-instituição não sujeita a ambiguidades, possibilitando por esta via um assujeitamento dos vassallos ao Rei através de um discurso, ao menos supostamente, transparente do aparelho jurídico. (p. 80)

A autora Eni Orlandi (2008), na obra *Terra à vista!*, utiliza-se justamente do enunciado inaugural que nomeia o livro para encetar sua discussão que coloca as terras brasileiras na posição de Novo Mundo, como já comentamos, como o mundo que é descoberto, que é visto e, nesse sentido, ganha o estatuto de existência somente a partir dessa exposição ao outro, ao colonizador. Para a autora, nesse momento de “descobrimento”, a prerrogativa que nessa ação vem subentendida é a noção de ‘conquista’, “produzindo o brasileiro como um sujeito-cultural e negando-lhe o estatuto de sujeito-histórico” (p. 18). É como se a história brasileira tivesse início com a descoberta realizada pelos portugueses.

Como resultado, tem-se efeitos de sentidos que nos colocam uma marca de nascença que funcionará ao longo de toda a nossa história: o discurso colonial. É esse processo que faz com que o “ter sido colonizado” deixe de ser uma marca histórica para significar uma essência. Uma vez colono... (ORLANDI, 2008, p. 20)

Dessa maneira, o discurso produzido a partir do viés do descobrimento apaga o discurso histórico e produz-se, ao invés, um discurso sobre a cultura, o que implica em uma visão “exótica” sobre o “novo” território. Em parte, essa visão é possibilitada pelo fato de que nossos indígenas não possuíam a escrita.

Esta é uma maneira produtiva de ser olhar para a tensão que se estabelece entre o novo e o velho mundo, pois sendo o domínio da cultura escrita um poder que possui suas raízes em uma tradição milenar, o indígena é julgado, de entrada, pelo viés da ‘falta’, como pondera Mariani no texto que antes comentamos.

O estabelecimento da língua portuguesa como língua oficial do Brasil tem, portanto, sua origem na colonização brasileira que coloca em xeque as muitas outras línguas faladas no território brasileiro. Essa colonização que, muito mais do que social é também linguística, demonstra que a língua configura-se como uma ‘ferramenta’ fundamental para a dominação, e nos mostra que o preço do monolinguismo em terras brasileiras teve um alto valor para os nativos.

1.7 O ADVENTO DA GRAMATIZAÇÃO

1.7.1 A primeira Revolução Técnico-Linguística: a escrita

Pensar a gramática na perspectiva que vamos propor, significa refletir sobre ela como um instrumento que é legitimador da língua. A concepção de gramática como instrumento linguístico é encontrada em uma formulação proposta na obra *A Revolução tecnológica da gramatização*, de 1992¹⁴, do teórico francês Sylvain Aurox.

Nesta seção, nossa reflexão desenvolve-se a partir do surgimento da escrita como prerrogativa para o início de uma tradição linguística que possui seu ponto mais alto na produção de gramáticas e dicionários, instrumentos que legitimam as conjecturas a respeito da língua.

Para Aurox (1992), o aparecimento de gramáticas e dicionários na história da humanidade conduziu a uma mudança profunda na ecologia das relações humanas, e proveu ao Ocidente um lugar de superposição, alcançado por meio da cultura escrita, que se destacava como diferencial em relação às outras muitas culturas. É possível depreender, desse modo, a importância do surgimento da escrita nesta primeira premissa de Aurox, uma vez que estamos falando do surgimento de instrumentos linguísticos.

¹⁴ A primeira edição do livro é de 1980.

Estamos considerando, portanto, que a modificação das formas de comunicação, com o surgimento da escrita, afeta as atividades humanas e as formas culturais (OLSON, 1995, p. 163). Na coletânea organizada por David R. Olson e Nancy Torrance, *Cultura escrita e oralidade* (1995), o desenvolvimento do texto¹⁵ se dá no sentido de costurar a relação entre a escrita e o advento da imprensa como fatores de partida para uma remodelagem do próprio pensamento humano.

Olson (1995, p. 164) recorre à historiadora Elizabeth Eisenstein (1979)¹⁶, a qual preocupou-se em estudar de que maneira a imprensa escrita atua como um agente de mudança, como se nota no próprio título de sua obra (*The printing press as an agent of change*). Para Olson (1995), embora seja muito extenso o trabalho da historiadora a respeito da questão, é possível sintetizar sua linha de pensamento em poucas palavras: “A vida intelectual e a espiritual foram profundamente modificadas pela multiplicação de meios de reprodução de livros na Europa do século XV. A mudança nas comunicações alterou a maneira pela qual os cristãos ocidentais viam seu livro sagrado e o mundo natural” (p. 704).

Observamos que nesta breve introdução ao pensamento de Eisenstein estão imbricados fatores indissociáveis para ponderar o papel da escrita. Esta última é difundida com a invenção da imprensa, e neste movimento de reprodução e aumento da circulação dos textos, há duas implicações relevantes: a vida intelectual ou o mundo natural (a ciência) e a espiritual (a religião). O que se quer dizer com isso, é que o nascimento da escrita e sua posterior circulação em maior escala, possibilitada pela imprensa, levam à reflexão a respeito do desenvolvimento das ciências e também a religião, segundo Olson (1995).

A invenção da imprensa possui um papel fundador no pensamento científico e no desenvolvimento religioso na história da civilização. Por isso dizemos que o vínculo entre a escrita, a imprensa e o desenvolvimento da ciência e da religião constitui um viés frutífero para refletirmos o papel da escrita como uma mudança tecnológica que coloca em xeque toda uma nova maneira de organização social que nasce deste elo.

¹⁵ O texto a que nos referimos intitula-se “Cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna”, de David Olson, 1995.

¹⁶ EISENSTEIN, E. *The printing press as an agent of change*. Cambridge University Press, 1979.

Em primeiro lugar, para a tecnologia da Reforma, a imprensa colocou uma cópia das Escrituras nas mãos de todos os leitores, assim diminuindo o papel da Igreja. Podia-se encontrar Deus por meio da simples prática da leitura, sem a mediação dos sacerdotes. [...]

Com relação à ciência moderna, Eisenstein sugere que a imprensa foi basicamente responsável pela colocação de uma cópia “original” do texto, livre dos erros dos copistas, nas mãos de centenas de estudiosos que podiam estudá-la, compará-la, criticá-la e atualizá-la. Novas descobertas podiam ser incorporadas às novas edições. (OLSON, 1995, p. 164 – grifos nossos)

Em nosso trabalho, não pretendemos dar conta da maneira como as religiões são afetadas pela escrita e a imprensa, mas sim refletirmos uma tradição linguística que se inicia com a escrita.

Para Aurox, além das implicações que observamos em Olson (1995), “o processo de aparecimento da escrita é um processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalinguística considerável e sem equivalente anterior” (2009, p. 21). Com isso, o autor reflete a escrita constituída enquanto uma técnica, o modo como se utiliza dela e, talvez ainda mais importante, o modo como ela simboliza e organiza uma representação do real.

Por isso, para o linguista francês, a escrita consiste na *primeira revolução tecnolinguística*:

[...] a escrita, fixando a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver. Essa alteridade pode ter muitas fontes: pode provir da antiguidade de um texto canônico, de palavras ou textos estrangeiros que é preciso transcrever. (AUROUX, 1992, p. 25)

A chamada “primeira revolução tecnolinguística” de Aurox pode ser pensada, em termos de ‘revolução’, na medida em que, para o autor, a escrita configura-se como um *suporte transposto*. “Compreende-se por suporte transposto qualquer substituição do suporte áudio-oral em proveito de outro, enquanto permanece a identidade da linguagem” (1998, p. 63). Assim, ele chama atenção, com esta definição, sobre a possibilidade de transposição da fala em um suporte que não seja mais o corpo humano. Entre os inúmeros suportes, o que possui valor incontestado é o gráfico – a escrita –, “não somente porque ele utiliza a bidimensionalidade do espaço plano, mas ainda porque é o primeiro suporte que permitiu à fala humana subsistir sem a presença de som emissor” (AUROUX, 1998, p. 64).

Para Auroux (1998), a escrita tornou-se objeto de curiosidade apenas a partir do século VXIII, a partir do trabalho de um inglês chamado Warburton, cujo trabalho estipulou três etapas no desenvolvimento da escrita: o estado pictográfico, o estado ideográfico e o estado fonético. No entanto, o autor ressalva que a classificação de Warburton coloca dois problemas. O primeiro, é que o estado ideográfico, no qual a escrita codificaria ideias e não propriamente palavras, “não representa ideias que preexistiram a qualquer língua, ela representa as palavras da língua chinesa” (AUROUX, 1998, p. 65), e por isso deve ser caracterizada como *logográfica*. O segundo problema, é relativo à pictografia. Auroux (1998) pondera que, embora a pictografia tenha sido um estágio essencial para algumas culturas, como a dos Maias, por exemplo, “não há verdadeiramente escrita senão lá onde estão os elementos da língua e não os do mundo que são representados” (p. 66).

Assim, embora estas questões possam ser olhadas de diferentes maneiras, o essencial, para Auroux (1998), é que a escrita pressupõe a ideia de representação, “um suporte transposto”, abarcando as manifestações que não se classificam propriamente como escrita sob o nome de *grafismo*. “O grafismo sempre preexistiu à escrita stricto sensu e a própria escrita é apenas uma especificação do grafismo” (AUROUX, 1998, p. 66). Dentre as muitas questões que o autor coloca sobre o aparecimento dessa representação gráfica, há uma que nos interessa diretamente: *Deve-se admitir que o nascimento da escrita é o primeiro resultado das ciências da linguagem?* (1998, p. 67). Esta é uma questão cuja resposta não nos parece ser exata e irrefutável, contudo, estabelece uma hipótese interessante sobre a relação entre o aparecimento desse *suporte transposto* e a própria tradição linguística que buscamos investigar.

Entre os babilônios, os egípcios, os gregos e os chineses, a escrita possibilitou, principalmente, a produção de textos literários, mas em relação a produções que refletem fatos relativos à linguagem, por exemplo, tais povos não mostraram um desempenho notório (AUROUX, 1992). No entanto, o autor afirma haver, por outro lado, muitos registros de listas de palavras que embora não se saiba com clareza sua primeira utilidade, é possível que estivessem ligados à aprendizagem da escrita.

Ainda segundo o autor francês (1992, p. 28), aprendemos a falar a nossa língua cotidiana falando, o que não justificaria o aparecimento de listas de palavras, estudos sobre o significado e a pronúncia por uma necessidade investigativa natural do ser humano. As trocas comerciais, políticas e a convivência em sociedade não parecem evidenciar uma necessidade de especulação linguística que vá além das generalidades do uso da língua como competência natural humana para interagir: “em tempos remotos, nunca se teve a ideia de fazer uma gramática – um corpo de regras explicando como construir palavras, mesmo que sob a forma implícita de paradigmas – para aprender a falar”. (AUROUX, 1992, p. 27)

Entretanto, o desenvolvimento de um sistema de escrita coloca, de entrada, uma necessidade de meios para aprendê-lo: “contrariamente à competência linguística, é um sistema já completamente formado que é transmitido” (p. 28), isto é, o desenvolvimento de listas de palavras, de regras, de sons da fala não tem que ver com a competência linguística (o conhecimento epilinguístico inerente ao homem) mas, sobretudo, relaciona-se diretamente com o desenvolvimento das metalinguagens; e isso é o que coloca, tão estreitamente, o domínio da escrita aos saberes linguísticos. Para Auroux (1992)

O que chamamos de gramática e que foi durante dois milênios uma das formas de saber linguístico dos mais trabalhados no Ocidente repousa sobre o recorte da cadeia falada (ou escrita, na maior parte dos casos), isto é, sobre o reconhecimento das unidades e – ao contrário da lexicografia – sua projeção sobre uma dimensão paradigmática que rompe com a linearidade dessa cadeia. (p. 28)

O reconhecimento das unidades a que se propuseram as gramáticas desenvolvidas e utilizadas durante cerca de dois milênios, não desempenham um papel decisivo para a aprendizagem proficiente da língua. Esse reconhecimento se prende, no mais das vezes, a outras práticas e outros saberes sociais que não exatamente a aprendizagem.

No entanto, para Auroux, o domínio e a reflexão de certos tipos de discurso, como o poético e o retórico, suas adequações a uma finalidade pragmática (convencer, dizer a verdade), possuem um papel fundamental para estabelecer uma teoria das partes do discurso, hipótese evidentemente presente desde Platão e

Aristóteles na distinção *ónoma/rhema* que, além da segmentação do discurso, possibilitava a discussão sobre sua verdade¹⁷.

A aparição da gramática, propriamente, constituída mais ou menos como hoje a conhecemos, se dá dois séculos antes de nossa era, a partir do desenvolvimento dos estudos filológicos de Alexandria, cujo expoente é Dionísio da Trácia, definidor da gramática como “o conhecimento empírico levado o mais longe possível e que se lê nos poetas e nos prosadores”, como afirma Auroux (1992, p. 29). Nesse formato, seguindo a definição de Dionísio da Trácia, a gramática adapta a teoria das partes do discurso à linguagem natural. Esta era uma espécie de estrutura conceptual que permitia a generalização e a formulação de regras gramaticais, explicando a razão pela qual as partes do discurso resultaram como o núcleo da linguística Ocidental durante séculos.

O modo como os estudos linguísticos se desenvolveram em diferentes sociedades se deu por diferentes motivações. Estas são causas complexas e algumas delas são apontadas por Auroux (p. 31):

[...] a administração dos grandes Estados, a literalização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contatos entre línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos como a medicina, a anatomia ou a psicologia.

A partir desses fatores, o autor expõe que dois são os elementos mais relevantes para o desenvolvimento da tradição do saber linguístico: o purismo e a exaltação da identidade nacional – e esses fatores são de grande interesse em nosso trabalho, pois trabalhamos em uma conjuntura brasileira específica na qual o processo de gramatização é desencadeado ao mesmo tempo em que existe uma intenção de afirmação da identidade nacional. No caso da gramatização do português brasileiro, há, nesse sentido, uma relação entre o desenvolvimento de um

¹⁷ Neste ponto, quando mencionamos sobre a ‘verdade’ do discurso, referimo-nos ao teorema de Platão, que é concebido como essencial para descobertas sobre a linguagem humana (Auroux, 2009). Basicamente, o teorema apresenta a linguagem representada pelo *logos*, ou ainda *frase* ou *proposição*: “uma lista de signos não é linguagem” (Auroux, 2009, p. 12). Os desdobramentos do *logos* são constituídos por dois elementos: *ónoma* (aquilo que se diz) e *rhema* (aquilo que se diz do que é dito), cuja interpretação posterior, colocaria esses elementos sob os nomes de *sujeito* e *predicado*. O desenvolvimento deste ponto culminará no caráter “proposicional” de que fala Auroux para explicar o fundamento de Platão. A proposição vai interessar, posteriormente, à lógica, em que Aristóteles apontará que nem todo discurso (*logos*) é uma proposição, somente aquele que possui o valor de verdadeiro ou falso.

saber metalinguístico e a exaltação da identidade brasileira que concorda com as condições de aparecimento de instrumento linguísticos de que fala Aurox (1992).

Nessa cadeia de reflexões a respeito das tradições linguísticas, o autor (1992) deixa emergir a temática principal do restante de sua obra aqui – a *gramatização* – tendo em vista a contribuição da escrita e do surgimento das metalinguagens como evidências que prenunciam a formação do que seja a “ciência” linguística para ele, fatores esses anteriores (e necessários) ao próprio acontecimento da gramatização.

Nesse sentido, é necessário pensar a escrita como uma prática que inaugura um novo equilíbrio na ecologia da comunicação, que instaura a possibilidade das metalinguagens e impulsiona o desenvolvimento das ciências: “uma forma de saber cuja organização e cujas propriedades formais seriam estáveis” (AUROUX, 1992, p. 12). Isto é somente possível por meio da cultura escrita.

1.7.2 A Segunda Revolução Técnico-Linguística: a gramatização

O que se passa na Europa, durante o Renascimento, no domínio dos saberes linguísticos – uma espécie de macroacontecimento com estrutura complexa – não tem comparação, se pensarmos noutras culturas. Inicialmente, quando os vernáculos europeus era sistematicamente gramaticalizados, eles o eram na base de uma orientação prática que se definiu muito lentamente a partir das *Artes* da tradição greco-latina: uma gramática pode ter por finalidade a aprendizagem de línguas estrangeiras. Nesse contexto, os contatos linguísticos se tornaram um dos elementos determinantes dos saberes linguísticos codificados e as gramáticas se tornaram as peças-mestras de uma técnica do conhecimento das línguas. Em seguida, o desenvolvimento do livro impresso dá a esse fenômeno uma difusão incomparável. (AUROUX, 1992, p. 32)

A citação de Aurox posicionada no início desse tópico antevê os principais temas que aqui tratamos. Começamos por retomar o acontecimento inigualável ocorrente no Renascimento: a gramatização massiva das línguas, mencionada no tópico anterior, e conceituada como a segunda revolução tecnolinguística para Aurox, que é desencadeada a partir do domínio sobre a escrita.

A gramática surge, nesse contexto do Renascimento, como um instrumento poderoso de domínio linguístico, principalmente no que diz respeito ao domínio de línguas estrangeiras. Além do caráter pedagógico, inerente ao objeto, a gramática torna-se também um meio de descrição das línguas. Junto a ela, há

aparência dos primeiros dicionários monolíngues sob a forma que ainda hoje conhecemos, e esses instrumentos possibilitam um modo de localização das línguas na forma de resumos de suas relações estruturais e filiações, que serão, para o autor francês, preocupações essenciais no século XIX. Ao surgimento de gramáticas e dicionários que instrumentam as línguas, descrevendo-as, o autor dá o nome de *gramatização*. Embora tenhamos apresentado brevemente o conceito anteriormente, vamos retomá-lo com a definição canônica de Auroux:

Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário. (AUROUX, 1992, p. 65)

É nesse sentido que gramáticas e dicionários configuram-se como instrumentos linguísticos que inauguram uma revolução. “O processo de gramatização, funcionando como instrumento de estabilização, pressupõe o estancamento da língua a ser gramatizada, apagando outras línguas que produzem as instabilidades e polêmicas em torno da língua que falamos” (PFEIFFER, 2001, p. 168).

Em seu texto, o autor francês localiza o processo de gramatização no período do Renascimento. No entanto, essa datação é feita de maneira didática, justificando-se por designar uma realização massiva desse processo de instrumentação. Todavia, segundo o próprio autor, há registros de gramatização no período tardo-antigo ao final da Idade Média que, embora sejam acontecimentos esparsos, não se pode negligenciá-los, pois demonstram qualquer curiosidade sobre a língua e suas representações.

O próximo passo é considerar sob quais formas aparecem essas gramáticas, resultantes da realização massiva da gramatização. Assim, observamos que este instrumento linguístico toma corpo com o papel de ser um instrumento regulador, um processo “estabilizador”, como afirma Pfeiffer (2001) – a produção das gramáticas no Renascimento, ao mesmo tempo em que são circuladas em maior escala pela contribuição da prensa móvel, são também afetadas pela dimensão desta circulação que faz nascer a necessidade da standardização dos usos linguísticos.

Como nos lembra Auroux (1992), o processo de gramatização é marcado pelo pioneirismo greco-latino, justamente pelo fato dessas sociedades

configurarem-se como uma espécie de “molde” em relação a outros processos de instrumentalização que ocorrerão a partir deste feito. Assim, pensar o processo massivo de gramatização significa pensar também sobre o nascimento das tradições linguísticas em outras sociedades; isto é, Pfeiffer (2001, p. 169) afirma que a escrita é “metalinguagem em si mesma”, e por esse motivo constitui-se como condição primeira para o desenvolvimento de saberes linguísticos. No entanto, segundo a autora, “o que propulsiona a reflexão linguística é a existência de uma alteridade” (2001, p. 169), e, nesse sentido, ao pensar na gramatização de outras sociedades, que não a greco-latina, propõe-se uma relação de alteridade, pois envolve ‘o outro’, a língua do outro, que será comparada aos “moldes” dos precursores deste processo.

A gramatização, segunda revolução tecnolinguística reconhecida por Aurox (1992), possibilita novas maneiras de comunicação, e esta revolução está atrelada ao desenvolvimento de estudos europeus. Os estudos da linguagem parecem ser o ponto de partida da inauguração/revolução da reflexão sobre as coisas e os fatos do universo, daí, mais uma vez, uma prova contundente da participação da escrita como componente imprescindível para um estatuto de organização social e as práticas culturais.

A princípio, a gramática caracteriza-se pela marca mais evidente de objeto mediador ao acesso à cultura escrita, e, por volta do século IX, o latim se consagra como uma segunda língua (em razão dos estudos pioneiros sobre a linguagem, como vimos, e também por conta de seu uso sagrado – o latim era a língua da Igreja), demonstrando que a gramática latina existia e se configuraria como uma técnica de aprendizagem da língua. Para Aurox (1992), esse acontecimento principia um processo no qual a gramática latina, adotada outrora por diversos povos cuja língua materna não era propriamente o latim, passa a obter o estatuto de objeto modular para aprendizagem de qualquer língua, sendo possível, agora, aplicá-la em outras línguas maternas, por exemplo.

A canonização da hegemonia latina nos padrões de estudos da língua gera, apesar de seu notável avanço no mundo das ciências, uma perspectiva de submissão de outras culturas em relação a essa. Para ilustrar, trazemos como exemplo a questão da transposição da língua portuguesa ao Brasil.

O indígena é visto como um quadro branco, como povo sem memória cuja história pode ser pintada pelos brancos da maneira que quisessem – esta é a visão do colonizador. É nesse sentido que o indígena é colocado sob a perspectiva da “falta” pelos europeus (MARIANI, 2006). O colonizador possuía como sua tradição as práticas greco-latinas. Seus valores, seus costumes, não são, naturalmente, similares aos da terra conquistada. Assim, o julgamento em relação ao Novo Mundo viria estigmatizado pela *falta* de correspondência de elementos culturais em comum com a terra e o povo daqui. Isso explica o olhar da falta – o colonizador europeu está inserido em uma formação discursiva outra que a do indígena, e ao deparar-se com uma cultura cujos padrões em nada tinham que ver com os seus, a colonização se dá como resultado dessa diferença na qual o indígena é colocado em posição de sujeição.

Contudo, de volta à discussão sobre as condições de produção do nascimento das gramáticas, é necessário reconhecer a civilização greco-latina como o pano de fundo das ciências da linguagem durante muitos séculos, como se vê na chamada *Gramática Latina Estendida*, a GLE de Aurox, que funciona como o ponto de partida do desenvolvimento do conhecimento linguístico. Sem esta conjuntura que possibilita o aparecimento dos primeiros instrumentos linguísticos, certamente não teríamos o que chamamos hoje de Linguística.

Entretanto, o autor olha com ainda mais meticulosidade para esta questão quando põe às claras o tópico da *alfabetização*. Assim, compreendemos que para a circulação efetiva dos bens culturais, é necessário que ocorra um processo no qual as pessoas tenham acesso ao aprendizado técnico da cultura escrita. Nos primórdios desta questão, explica Aurox: “o locutor nativo, alfabetizado numa língua (o latim), adapta a escrita ao som que ele percebe” (p. 65). Observamos que há uma preocupação constante de Aurox em relação à ortografia, que é ensejada pelo aparecimento da imprensa e da standardização deste sistema ortográfico. A ortografia possui lugar de destaque em sua obra (1992), pois este acontecimento se estabelece como objeto central dos primeiros tratados a respeito da língua/usos linguísticos – os precursores, por assim dizer, dos instrumentos linguísticos.

Esses tratados englobavam estudos a respeito das letras e dos sons de determinada língua. Como atividade natural do homem, logo iniciou-se um

processo de comparação¹⁸ das letras e sons com outras línguas, observando suas similaridades e diferenças. É interessante notar que essas observações culminam no conceito de fonema (que será mais bem desenvolvido no século XIX), designado como epifonologia: “uma fonética funcional não tematizada como tal”.

As descobertas do povo Ocidental foram imprescindíveis para o nascimento das ciências, em geral, e, em específico, para a Linguística. Os primeiros movimentos e sistematizações científicas são cunhadas pelo povo latino e esse fato instaura um contraponto delicado e de grande importância:

Os conhecimentos dos Ocidentais não dão apenas lugar às teorias sobre o nascimento da história das escritas; eles são um instrumento de dominação e de acesso aos saberes de outras civilizações, de que eles têm perfeita consciência. (AUROUX, 1992, p. 66)

A partir desta afirmação, a questão da dominação e do poder por meio da escrita estabelece uma divisão importante, e que ecoa, particularmente, em nosso processo de colonização. É observável, dessa forma, as relações entre o acesso à escrita e o poder. As civilizações Ocidentais, pioneiras na sistematização de observação das coisas do mundo, inaugura uma posição de destaque para si, tornando-se parâmetro para as práticas subsequentes.

A tradição da produção de gramáticas nasce sob a égide das culturas centralizadoras de poder que possuem a escrita e que olham o estrangeiro na perspectiva da comparação, pois possui como base fixadora a sua língua e os seus instrumentos. É nesse sentido que as gramáticas são consideradas objetos sócio-históricos que intervêm na língua e que pela língua são também influenciadas. Refletir sobre este padrão é colocar à mostra a maneira como os estudos linguísticos se estabelecem como um campo de poder. A língua é parte constituinte do modo de organização social, ela estabelece uma hierarquia a partir do domínio de determinadas técnicas.

A gramática e o dicionário são os frutos mais evidentes desta reflexão linguística que se inicia com a gramatização. Por esta razão, Auroux (1992)

¹⁸ A comparação utilizada como uma maneira de obter dados sobre determinado corpus, naquele período, deve ser mencionada quando nos lembramos que o primeiro método estabelecido pela Linguística foi justamente o método histórico-comparativo, que parece ter raízes bastante claras nestas primeiras sistematizações de estudos da língua.

estabelece um “padrão” das temáticas que são geralmente abordadas em uma gramática:

- a) Uma categorização das unidades;**
- b) Exemplos;**
- c) Regras mais ou menos explícitas para construir enunciados (os exemplos escolhidos podem tomar seu**

O conteúdo das gramáticas, em geral, é relativamente estável:

- a) Ortografia / Fonética**
- b) Partes do discurso;**
- c) Morfologia (acidentes da palavra, compostos, derivados);**
- d) Sintaxe;**
- e) Figuras de construção.**

Além das partes mais ou menos constantes em uma gramática, Aurox afirma que a gramática constitui-se, em linhas gerais, por duas partes: os *termos teóricos* e uma *fragmentação da cadeia falada*. O primeiro componente está para as partes do discurso, suas definições e propriedades, enquanto que o segundo componente se liga a uma representação teórica da própria linguagem – é o recorte. Sobre isso, o autor afirma: “Toda gramática equivale pois a um corpus (mais ou menos explícito) de afirmações suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas. É por aí que ela é uma descrição linguística” (p. 68). Embora o teórico coloque em relevo a noção de ‘descrição’ na formulação anterior, lembra-se também que o conceito de ‘regra’ é um fator que será insistentemente incluso nos instrumentos linguísticos, tanto que ainda hoje, uma noção simplista sobre esse objeto vem ainda sob a caracterização de ‘regras da língua’. Para ilustrar esta característica, o autor demonstra como a noção de regra foi utilizada por diferentes autores a partir do século XV:

De Nebrija (1492), “[...] reduzir en artificio y razón la lengua que por luengo uso desde niños deprendieron”; Fortúnio (1510), *Regole grammaticali della volga lingua*, a Sylvius (Dubois, 1531), “[...] linguae Gallicae invenire et in cânones conjicere”; de John Eliot (1666), “[...] *an essay to bring the Indian Language into rules* (cf. Milner, 1974, e Cowan, 1948), a Larramendi (1729), “[...] reducir a metodo y reglas el Bascuenze” – todos, e a propósito de todas as línguas vivas, se propõem como fim “reduzir” essa língua a regras. (AUROUX, 1992, p. 69)

Essas “regras” atuam como reguladoras das formas, tendo uma implicação direta sobre a variação linguística, procurando fixar-se, ilusoriamente, como o meio possível de resolver o problema da irregularidade e inaugurando a noção de “bom uso”. Por isso o instrumento linguístico atua como *representação* da língua natural, há divisões em seu modo de descrição, e o recorte linguístico, necessário para sua concepção enquanto objeto, só pode ser puramente subjetivo.

Auroux demonstra também que os elementos que fogem à regra são colocados, pelos autores das gramáticas antigas, como língua selvagem, imperfeita (1992, p. 69); isto é, algumas línguas são vistas como “menor” que outras. A esse respeito, o teórico francês adverte que não faz sentido desprezar essas formulações, ainda que sejam rasas e sem muito sentido, pois podemos observar que a irregularidade, intrínseca a qualquer troca linguística, tornou-se um problema intelectual a se resolver, ao qual os pensadores da época resolveram como era possível, trazendo avanços, de qualquer maneira.

Na concepção trazida por Auroux, a gramática é colocada como uma potencialidade, e ele cria, para explicar seu ponto de vista, uma metáfora: da mesma maneira que o martelo prolonga uma atividade específica da necessidade humana (pregar, bater, quebrar), a gramática prolonga a potencialidade humana da fala, teorizando-a. Para ele, o melhor exemplo para ilustrar essa metáfora é o dicionário: “qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do final do Renascimento” (p.70).

Os instrumentos recortam cadeias da fala humana, teorizam-nas e constituem uma espécie de acervo que possui não somente as regras e possibilidades de uso que um determinado sujeito possui, como também as que ele não tem domínio – é impossível haver todo conhecimento linguístico em apenas um único sujeito. Assim compreendemos o que quer dizer o ‘prolongamento’ da língua

por meio da gramática e do dicionário é o prolongamento do próprio acesso ao conhecimento sobre a língua.

A gramatização estabelece espaços e tempos de comunicação que difere profundamente um espaço linguístico que possui intervenção tecnológica de outro que não possui. A partir disso, é possível colocar uma problemática que se fez sentir, por exemplo, no espaço linguístico brasileiro quando de sua interferência pelos portugueses: o linguicídio (AUROUX, 1992, p. 71), que se define como a exposição, em maior ou menor grau, das línguas pouco ou nada 'instrumentalizadas', como era o caso de nossas línguas indígenas, em relação à cultura escrita e instrumentalizada a que os portugueses possuíam.

Para finalizar, consideramos que o processo de gramatização de uma língua nunca está terminado, e seu início é marcado "quando se começam a citar palavras ou expressões em um texto de uma outra língua" (AUROUX, 1992, p. 75), até uma ampliação desta rede que culmina com a produção de gramáticas e dicionários. Este é um fenômeno complexo e que acontece em uma continuidade sem muita regularidade.

Uma língua gramatizada "é quando podemos falá-la (ou lê-la), em outras palavras, aprendê-la (em um sentido suficientemente restrito), com a ajuda apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis" (1992, p. 76)

Com a discussão desse processo, propomos uma maneira de olhar para a gramática que extrapola seu valor de 'regra' de uma determinada língua, demonstrando a conjuntura de seu nascimento e apontando-a como um objeto sócio-histórico que inaugura novas práticas sociais. A gramática, assim como a trabalhamos, não pode ser considerada como um compêndio sem participação na história. A história é feita por humanos e, nesse sentido, os instrumentos linguísticos são parte integrante dessa história.

Nessa linha de discussões, estamos traçando condições para compreender o processo de instrumentalização brasileiro, em que muitos dos fatores aqui apresentados se fazem presentes. Tratar da linguagem é adentrar um campo que consiste nas mais primitivas inquietações humanas, e é nesse viés que ponderar sobre o epilinguístico, representado pelo metalinguístico e autenticado sob a forma de objeto, constitui um complexo campo de institucionalização linguística

necessário para compreender os sentidos que estes instrumentos geram na sociedade.

1.7.3 A Contribuição da Imprensa Periódica Brasileira

A imprensa surge, na história da humanidade, como meio importante de reconfiguração das práticas sociais do homem. A multiplicação do mesmo texto diminui consideravelmente o custo de sua produção e aumenta sua circulação - acontecimento fundamental para a consolidação do processo de gramatização. “Com a imprensa, não apenas a multiplicação do mesmo é incontornável, como a normalização dos vernáculos se torna uma questão de standardização profissional”. (AUROUX, 1992, p. 56) É possível notar, pelas palavras de Auroux, que a chegada da imprensa movimenta as estruturas sociais por interferir nas práticas cotidianas do homem.

Nesta seção, restringimos as discussões sobre a imprensa para o contexto de sua chegada ao Brasil, ponderando de que maneira os jornais desempenharam um lugar de construção de memórias para a história brasileira, e de sua natureza comunicativa para discutir as questões nacionais em um momento de afirmação da identidade.

Júlio Ribeiro possuiu uma vasta produção em periódicos de seu tempo, e sendo um dos objetivos de nosso trabalho demonstrar de que maneira noções de nacionalismo e ruptura com o clássico estão presentes em sua obra, trazemos, neste momento, alguns de seus textos que versam sobre a própria imprensa brasileira.

Para Mariani (2003), analisar o discurso jornalístico é uma tarefa importante, pois nos permite enxergar muitas dimensões temporais que compõem a historicidade de um território. Segundo a autora, esta prática social da escrita jornalística revela o imaginário de um povo em determinados recortes da história, e nesse aspecto é produtor de sentidos.

No entanto, esta prática surgiu no Brasil com características muito peculiares à situação colonial da época: com a expressa proibição das línguas indígenas no Brasil, fazia-se necessário haver uma tipografia¹⁹ que pudesse imprimir

¹⁹ Lembremo-nos que até o ano de 1808, a imprensa era rigorosamente proibida de adentrar ao Brasil.

e divulgar os tratados, regimentos, alvarás etc. (MARIANI, 2003, p. 31), tanto para a circulação dos informes entre o povo, quanto para a legitimação da língua portuguesa como língua oficial no Brasil – a língua dos decretos, das leis, dos diplomas, a língua do Estado.

Em 1808, tanto o estabelecimento de D. João VI no Brasil, quanto a introdução da novidade da imprensa agitam o quadro cultural nacional e modificam o “status político e econômico do Brasil” (LUSTOSA, 2004, p. 7). Para Lustosa (2004), nesse período há a abertura dos portos às nações amigas, e, aos poucos, o Brasil ver desabrochar o comércio que, outrora, era apenas estabelecido com Portugal.

Data deste período a primeira impressão oficial da *Gazeta do Rio de Janeiro*, iniciando a prática jornalística no Brasil. No entanto, pensar o início desta prática em território brasileiro consiste em analisar uma função outra para o jornal, que não a de informação e comunicação dos fatos brasileiros para os leitores brasileiros. A *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Braziliense*, folhas pioneiras no Brasil, embora carregassem em seus nomes a marca nacional, possuíam uma característica contraditória em comum: ambos informavam, majoritariamente, histórias do Velho Mundo. As vozes que compõem os textos não são vozes brasileiras, “o brasileiro não fala nestes jornais, ele é falado pelo europeu” (MARIANI, 2003, p. 33). Neste momento, início do século XIX, a censura constitui-se como uma forte presença que permeia a atividade jornalística no Brasil. Há uma rigorosa censura implantada pelo rei para suprimir conteúdos que, pretensamente, circulassem novos ideais na colônia. Quase na totalidade de seus conteúdos, os jornais voltavam-se para os acontecimentos europeus.

[...] descrições, relatos, pequenos avisos e anúncios compunham um noticiário totalmente enunciado em terceira pessoa, enquanto no segundo [*O Correio Braziliense*], a voz do dono se fazia presente opinando, contestando, indagando. Em ambos os jornais focalizava-se, comentava-se, discutia-se o panorama político-econômico europeu; em raros momentos focalizava-se, comentava-se e discutia-se a situação brasileira. Que estranha situação esta, a da imprensa brasileira, quando se constitui no século XIX. (MARIANI, 2003, p. 32)

Para Mariani (2003), estas características contribuíam para o distanciamento entre o Novo e o Velho mundo. Em lugar de a imprensa periódica inaugurar o Brasil naquela modernidade, as diferenças e o lugar social de Brasil e Portugal ficavam cada vez mais delineados. A autora (2003) também afirma que as

raras vezes em que se falava em Brasil, era um discurso *sobre* o Brasil e não um discurso *sui generis*, por assim dizer.

Assim, se por um lado é dado, historicamente, o início da imprensa no Brasil é parte fundamental para a compreensão de sua constituição nacional, não é menos verdade também que este acontecimento continuou, em seu início, fomentando a condição colonial brasileira, que possuía raras possibilidades de opinião.

De qualquer maneira, a instauração da imprensa possui um papel fundamental para a história brasileira, pois o jornal é fonte de sentidos que assenta definições sobre o brasileiro e ilustra o imaginário histórico sobre esse sujeito, uma vez que o discurso jornalístico “toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro” (MARIANI, 2003, p. 33).

Como afirma Mariani (2003), a atividade jornalística, com o passar do tempo, foi ajustando-se como uma prática muito singular: com a censura ativa, o jornal possuía a função principal de informar (e não opinar), portanto, sob esta justificativa a bem da informação, colocando-se lado a lado com a verdade, os textos eram classificados como comunicativos, o que, na prática, não era exatamente uma coerência, visto que aqueles discursos carregava a inerência opinativa e interpretativa dos fatos. “Ao assumir-se como transparente, o discurso jornalístico encontra uma forma de escapar ao controle político” (MARIANI, 2003, p. 35).

Apesar deste panorama restrito da publicação dos primeiros periódicos no Brasil, é necessário evidenciar a grande contribuição do primeiro jornalista brasileiro, Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, ou apenas Hipólito da Costa. Segundo Lustosa (2004), o jornalista nascera em 1764, na colônia de Sacramento, região que, posteriormente, seria parte do Uruguai. Proveniente de família abastada e prestigiosa, formou-se em Portugal e, em seguida, partiu em missão para o governo português com destino à América do norte, e sua tarefa era recolher as sementes e observar os avanços tecnológicos norte americanos na área do plantio.

Hipólito deixou nas páginas de seu diário um registro que é um documento fascinante da vida cultural e das instituições americanas do final do século

XVIII. Através de seu olhar inteligente, ficamos conhecendo o lugar da mulher, do negro e do índio naquela sociedade. [...] naqueles tempos remotos, os Estados Unidos não só já contavam com instituições sociais, políticas e culturais avançadas, como conheciam a imprensa livre e os processos eleitorais adiantados (LUSTOSA, 2004, p. 10).

Pleno de ideais e costumes americanos, Hipólito da Costa retorna a Portugal com vontade de progresso e almejando independência para o seu país de origem, o Brasil. Retomando seu cargo na Imprensa Régia, dava continuidade em sua função de publicar livros técnicos e de economia. Envolveu-se, paralelamente, com a maçonaria, que conheceu na América do norte, fato este que lhe gerou também muitos problemas com o Santo Ofício português, cuja força era notável à época e mandou-o à prisão por conta de seu envolvimento com a aquela sociedade. Apesar dos importantes contatos provenientes de sua atuação na maçonaria, Hipólito somente saiu da prisão por meio de uma fuga, em 1805. Encontrou refúgio em Londres, atuando como tradutor e professor de português, colaborando em obra sobre a história de Portugal e até uma gramática da língua portuguesa, segundo Lustosa (2004).

Quando em 1808 chega a seu conhecimento a mudança de D. João VI ao Brasil, mudança essa impulsionada pela invasão francesa à Portugal, Hipólito da Costa vê neste acontecimento uma oportunidade única de reconfiguração social de seu país: “A vinda para o Brasil do príncipe regente era algo completamente inédito” (LUSTOSA, p. 13, 2004). Hipólito da Costa tinha ciência de que poderia contribuir para o início da independência em seu país a partir da utilização da própria imprensa que viera com o rei, e esse fato tornou-o o primeiro jornalista brasileiro.

Dessa maneira iniciava-se a produção do citado *Correio Braziliense* em Londres, em 1808, sob sua gerência. Uma curiosidade apontada por Lustosa (2004) é a forma da maior parte dos jornais na virada do século XVIII para o XIX, em que *Correio* não era diferente:

O próprio papel da imprensa naquele contexto era visto de outra maneira. Num tempo em que o acesso à educação era tão menos democrático, em que vivíamos a mudança do mundo a partir das ideias disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se firmava como um importante difusor das chamadas Luzes. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e livros através dos seus escritos jornalísticos (LUSTOSA, 2004, p. 15)

Dentre as muitas seções do jornal, foi nas “Reflexões sobre as novidades do mês” que o jornalista expressou seus ideais com mais vigorosidade, como afirma Lustosa (2004). Assim, a autora considera que este jornal, em especial essa seção, é fundamental para a compreensão da formação da imprensa periódica no Brasil e também para a história das ideias.

É possível localizar alguma contradição sobre o *Correio Braziliense* nas opiniões de Mariani (2003) e Lustosa (2004), no entanto, Lustosa chama atenção para o periódico classificando-o imprescindível para nossa história brasileira a partir do fato de que neste, mais do que em outros, houve um espaço em que Hipólito da Costa desenvolveu seus projetos para o país e também seu posicionamento político, entretanto, a autora também considera que a maior parte do jornal dedicava-se “à publicação de documentos relativos aos acontecimentos que iam pelo mundo afora, além de notícias que o jornalista colhia nas gazetas internacionais” (LUSTOSA, p. 16, 2004), confirmando o posicionamento de Mariani (2003), de que as primeiras folhas brasileiras ligavam-se muito mais ao Velho Mundo que aos próprios acontecimentos daquele território em si.

Para o historiador brasileiro Nelson Werneck Sodré (1981), a imprensa no Brasil foi mesmo existir a partir de uma condição já autônoma do Brasil em relação à ex-metrópole, “na fase colonial, apesar de tentativas, não conseguiu aparecer: os livros eram impressos na metrópole, com a dupla licença da autoridade religiosa e da autoridade civil, ambas rigorosas” (SODRÉ, 1981, p. 130). Segundo o autor (1981), já na Regência, a imprensa tornou-se extremamente popular nos centros urbanos brasileiros com os chamados ‘pasquins’, e apesar de tantas idas e vindas marcadas pelas restrições neste setor, ao final do século XIX a imprensa periódica começa a funcionar com maior autonomia em terras brasileiras, “liberdade” esta que seria conquistada após muitas reviravoltas sociais no país.

O autor divide a história destes periódicos em dois segmentos: o primeiro, chamado por ele período artesanal, é o momento da implantação da imprensa no Brasil e anterior às relações capitalistas. Já o segundo, o período industrial, marca o início das relações capitalistas e seu desenvolvimento em maior escala, citando, também, os primórdios das revistas no Brasil. “A partir do momento em que se constitui como empresa comercial e industrial, o jornal e a revista se

inserem no conjunto da sociedade capitalista e comportam-se como determinam suas normas [...]” (SODRÉ, 1981, p. 130)

Como apontamos, era interesse das forças feudais europeias em restringir o acesso aos ideais liberais e progressistas que, do outro lado, as forças internas do país e a burguesia europeia queriam divulgar, sobretudo, por meios dos jornais. Como afirma Sodré (1981), os ‘pasquins’ popularizavam-se rapidamente na sociedade, e apesar da censura, a importância daquele meio de comunicação para a independência brasileira tornava-se cada vez mais evidente.

Os quatorze anos que compreendem o início da imprensa periódica no Brasil e a independência brasileira em si são anos em que, lentamente, planejava-se o projeto brasileiro de autonomia. Contudo, segundo Sodré (1999), as forças internas que lutavam contra o colonialismo estavam longe de constituir um grupo homogêneo e coeso, com claras e bem delineadas pretensões. Essa força era formada por classes diversas e não se apresentavam unidos “nem quanto ao problema da imprensa [contra a pesada censura portuguesa], nem quanto a outros problemas” (SODRÉ, 1999, p. 44). Para o autor, a compreensão dos projetos de resistência à dominação portuguesa acontecia de maneira lenta dentro a camada de brasileiros que reivindicavam a independência do país.

Mas nesse período em que o posicionamento brasileiro, diante de sua independência, ainda caracterizava-se como lento e desunido, o retorno de D. João VI a Portugal configurou-se como uma ameaça aos brasileiros que temiam perder a abertura de seu comércio com as nações amigas e retornar ao antigo monopólio com Portugal.

A conquista anterior [a abertura do comércio], que parecia simples dádiva, fica em perigo, e o perigo une. Para unir, é preciso mobilizar. Para mobilizar, é preciso despertar a opinião. Para despertar a opinião, é preciso imprensa. Ela tem, então, sua primeira fase autêntica, entre nós, quando os episódios vividos entre o retorno da Corte joanina a Portugal e a mudança de atitude do príncipe regente D. Pedro marca a evolução dos acontecimentos. Mas, nessa fase, não está em jogo apenas a questão do monopólio de comércio, como antes. (SODRÉ, 1999, p. 49)

Para Lustosa (2004), o retorno do rei caracterizava, para os brasileiros, o fim de um período de transformações positivas para o país. Os portugueses encontravam-se em uma situação de profundo desgosto com a vinda de D. João VI ao Brasil e também com o prejuízo após a abertura do comércio do

Brasil, “também lhes incomodava o desprestígio com que se sentiam, pois com a mudança da sede da Corte para o Rio de Janeiro haviam deixado de ser metrópole para ser colônia do Brasil” (LUSTOSA, 2004, p. 18). O descontentamento do povo português prepara campo para uma organização da assembleia constituinte que reivindicava a volta do rei, o que acabou por acontecer no dia 26 de abril de 1821.

A princípio, a Revolução Constitucionalista do Porto, pois foi nessa cidade que ela começou, foi recebida com entusiasmo por Hipólito da Costa. A partir de seu sucesso, ele dedicaria a maior parte do *Correio Braziliense* a acompanhar seus avanços, os debates, seus erros e acertos. Mas, com a volta do rei, e o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, começaram a ser votadas leis para o Brasil, antes mesmo que ali chegassem os deputados brasileiros. (LUSTOSA, 2004, p. 19)

A partir destes acontecimentos, segundo Lustosa (2004), o *Correio*, de Hipólito da Costa, teve um papel crítico relevante, pois o jornalista iniciava, assim, um período no qual suas críticas e opiniões mostraram-se totalmente opostas ao posicionamento português. Este período marca também “o diálogo do *Correio Braziliense* com a imprensa e os liberais do Brasil” (LUSTOSA, 2004, p. 19). Assim, a imprensa brasileira adentrava a um momento em que expressão possuía mais autonomia, e assim surgiam os “primeiros jornais e jornalistas independentes que emergiriam na cena impressa brasileira [...]” (LUSTOSA, 2004, p. 19), a partir das transformações políticas ocorrentes em entre Portugal e Brasil.

Passando da condição de veiculadora de notícias insípidas do estrangeiro, o jornal passa a constituir um espaço fundamental de discussão da ordem social e das necessidades do país que busca a independência política e cultural. A crença no poder das ideias para modificações na sociedade era um ideal iluminista que para cá se transplantava, e este traço foi intensificado no contexto brasileiro com a concomitância da importação das correntes filosóficas para as quais o Brasil se abria.

Dessa maneira, fora da guarda absolutista, a imprensa toma um lugar importante nas práticas sociais, creditada como um meio muito eficiente para difundir as novas ideias. “De existência em geral efêmera, os novos periódicos têm também em comum títulos bastante reveladores, que aludem ao seu papel de guia e educadores da sociedade” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 147). Para Pallares-Burke, títulos como “Monitores”, “Lanternas”, “Despertadores”, “Mentores” e “Faróis”, por exemplo, ilustram os ideais iluministas trazidos da Europa para o contexto brasileiro.

Nesse sentido, a imprensa periódica constitui-se como fundamental para a formação da nação brasileira na medida em que, para Pallares-Burke (1998), faltava escolas, leis e instituições reguladoras que formalizassem os princípios que os jornais difundiam. As *Cartas Sertanejas* e as *Procellarias*, de Júlio Ribeiro, vão ao encontro dos pressupostos trazidos pela autora: “procelárias são aves de tempestade”, segundo nos conta Nascimento (2007, p. 32), e este título fora empregado, portanto, para demonstrar que naquelas folhas Ribeiro haveria de tocar em assuntos sociais de grande importância. Nas *Cartas Sertanejas*, por outro lado, embora o título não carregasse referência direta à ‘ilustração’, trazia, em 22 de março de 1885, um artigo no qual o autor dedicou-se a destrinchar a imprensa brasileira os rumos que esta tomava. O autor inicia a carta afirmando que um país sem uma imprensa periódica consistente pode somente resvalar na ignorância: “A imprensa de um país é o estalão por onde se afere a sua grandeza, é o dynamometro da sua pujança intellectual e moral, é o espelho onde elle inteiro se reflecte. Lêr o jornal é estudar a sociedade” (RIBEIRO, 1885, p. 38). No entanto, embora relevasse o papel deste meio de comunicação como um fator importante para a sociedade, refletia o autor que “A imprensa brasileira está eivada de vicio” (1885, p. 39), e que, portanto, embora o país vivesse dias de maior autonomia, não sabia desvencilhar-se do fazer jornalístico morno, sem abordagem complexa e objetiva:

[...] a *secção livre*, vasta cloaca onde, a tostão por linha, tem direito o mais reles *voyou* de vir sentar-se, de cara descoberta ou mascarado, para expellir commodamente a bília fétida que lhe accumulou nas visceras o despeito, o ódio, a paixão baixa, o interesse ferido, a vaidade beliscada, a pequenina contrariedade [...] (RIBEIRO, 1885, p. 41)

É nesse sentido que entendemos que a função da imprensa periódica brasileira no século XIX se assemelha ao papel da imprensa europeia no século das luzes, de que fala Pallares-Burke (1998). O jornal configurava-se como o espaço possível da luta por meio das palavras:

Já o disse em minha primeira carta; escrevo para satisfazer a minha actividade propria.
E mais; escrevo por civismo.
O homem que sabe servir-se da pena, que póde publicar o que escreve, e que não diz a seus compatriotas o quê entende ser a verdade, deixa de cumprir um dever, commette o crime de covardia, é mau cidadão. [...] Na campanha que emprehendo serve-me uma arma terrível, brutal como o aço, mas forte como elle – a sinceridade (RIBEIRO, 1884)

Uma imprensa assim desnaturada, assim chôcha, assim estéril, assim imprestável, accusa em quem com ella se satisfaz uma mentalidade, não mal dirigida, não desorientada, mas estupificada, bestialisada, atrophiada, eliminada, até.

De quem é a culpa?

Do povo?

Não: de seus orientadores.

O povo tem sede de verdade, o povo quer ler, quer aprender, quer tomar parte na gestão dos negócios públicos, quer influir nos destinos da nação (RIBEIRO, 1884)

A gramatização brasileira do português, ao final do século XIX, abarca condições de produção que faz emergir, de diferentes maneiras, as condições para este discurso de formação da nação. A busca pela identidade brasileira figurava como uma discussão fortemente presente naquele período. Assim, uma das formas possíveis de fazer circular os ideais liberais e nacionais era por meio da utilização dos jornais. Júlio Ribeiro é, nesse sentido, um exemplo brasileiro de utilização do espaço da imprensa para travar suas lutas. Trazemos Orlandi (2001, p. 28), para refletirmos, a esse respeito, que “a língua, a história, a literatura desempenham, a partir de um mesmo lugar, um papel na formação do Brasil”. (ORLANDI, 2001, p. 28), e a movimentação desses fatores está imbricada nas novas condições que a imprensa favorece. Júlio Ribeiro, ao final de seu artigo sobre a imprensa brasileira, reconhece sua importância e aponta, segundo suas concepções, de que maneira aquele espaço constitui-se como utilidade pública:

A imprensa, para ser uma alavanca de progresso, deve ser moralizada, imparcial, justa, uma sempre para com amigos, para com adversários, para com todos; deve exforçar-se por levar o kharacter nacional, banindo o *testa de ferro*, o *anonymo*, obrigando cada um á responsabilidade de seus actos como acaba de fazer a *Gazeta de Piracicaba*, pequenino semanário que por isso se tornou um colosso; deve envidar todos os exforços para despertar no povo uma curiosidade salutar que o leve ao estudo, que o leve á comprehensão de seus direitos, deve derramar a luz por todos os meios, em tempo, fora de tempo, insistentemente, obstinadamente, sempre [...] (RIBEIRO, 1885, p. 53)

PARTE 2

A SEMÂNTICA HISTÓRICA DA ENUNCIÇÃO: O FUNCIONAMENTO DOS SENTIDOS DE NACIONALISMO E RUPTURA EM JÚLIO RIBEIRO

2.1 A SEMÂNTICA

No prefácio da obra *Filosofia da Linguagem* (1998), Sylvain Auroux principia suas discussões afirmando que compreender o sentido das palavras e os processos que permeiam a construção desses sentidos constitui matéria das mais intrigantes no campo dos estudos sobre a linguagem.

Contudo, ainda anterior à questão dos sentidos está o próprio fenômeno da linguagem. Segundo Auroux, é ela que “constitui a especificidade da humanidade e a natureza da racionalidade” (1998, p. 7), e por ser um traço fundamental da natureza humana, configura-se como alvo de especulações científicas. A fascinação por compreender e descrever de que maneira a língua organiza e recria o que é chamado de ‘real’ não é uma preocupação, contudo, inédita. Indagações sobre seu surgimento e funcionamento figuram como o centro de inquietações desde o início de nossa civilização. O questionamento que Auroux (1998) faz em seu prefácio, portanto, nos faz muito sentido: *De onde vem que a língua signifique?* (p. 8)

No texto “Sentido, sujeito e origem”, Paul Henry (2003), de início, justifica que seu propósito “é medir as consequências do fato de que não é possível dar ao problema do sentido e da significação [...] uma resposta definitiva” (p. 151). Segundo Henry (2003), para um linguista a questão do sentido aparece em diversos níveis de suas práticas, o que o torna, por consequência, pensador fundamental sobre este fenômeno, embora seja necessário admitir-se que a temática oferece (e merece) atenção das mais diversas áreas do saber, como a Psicologia social e a História, por exemplo. Assim, é impossível limitar as questões relativas à linguagem, e, sobretudo, ao sentido, apenas aos linguistas.

É curioso pensar, no entanto, que embora a significação seja um campo que tenha sempre suscitado interesse de investigação²⁰ pelo homem, tenha

²⁰ Lembremo-nos, por exemplo, de que na Grécia antiga, os grupos dividiam-se em diferentes correntes de concepção da significação: os naturalistas, cuja concepção baseava-se na ideia de que as coisas recebiam nomes por um processo natural, e os convencionalistas, que, por sua vez,

sido apenas aprofundada e introduzida no século XIX às ciências por Michel Bréal, pensador que denominou o ramo de estudos tal como hoje conhecemos: a Semântica.

A mesma pergunta de Auroux (1998) (De onde vem que a língua signifique?), perpassa anos de estudos dentro da Linguística para conseguir alcançar algumas respostas. O sentido das palavras, por muito tempo, foi colocado como uma questão “varrida” do domínio da Linguística, talvez por constituir-se como um campo que não gera respostas prontas, regulares. Na segunda parte da obra *Semântica e Discurso*, o grande estudioso da linguagem Michel Pêcheux relata alguns dos impasses que a Linguística, ao longo dos tempos, vem aprendendo a lidar. A primeira colocação desta seção de *Semântica e Discurso* vem em forma de um questionamento informal bastante instigante: “Independentemente de existir ou não ciência, independentemente de existir ou não filosofias, idealistas ou materialistas, os homens falam, as línguas existem, seu estudo objetivo (científico) é possível, e, aliás, parcialmente realizado hoje em dia” (PÊCHEUX, 2009, p. 77). Com esta afirmação, é possível perceber que, independente de quaisquer teorias, filiações, análises e filosofias, as línguas existem, as pessoas falam e há muitas questões que carecem de respostas dentro da Linguística. Para arrematar seu pensamento, Pêcheux (2009) reproduz uma suposta fala de Lênin: “a língua sempre vai onde o dente dói”, para explicar que o retorno incessante a uma mesma questão significa que há “coisas por trás” que afirmam sua não-resolução. Em seguida, é exposta uma das inquietações do autor francês: “A Linguística não seria afetada por exigências em direção à “Semântica” se ela já não tivesse se encontrado, de algum modo, com essas questões... no seu interior” (2009, p. 78). Pêcheux reflete que se a Linguística constitui-se como ciência foi a partir de um debate constante que envolve a questão do sentido – “sobre a melhor forma de *banir de suas fronteiras a questão do sentido*” (2009, p. 78).

É justamente sobre o sentido que nos concentraremos nesse momento, trazendo para nosso texto alguns acontecimentos históricos que foram imprescindíveis para a constituição da semântica enquanto ciência, observando como sua configuração se modificou ao longo do tempo, até chegarmos em uma à discussão de uma semântica que é praticada hoje, no Brasil.

consideravam que o processo de nomeação das coisas no mundo acontecia por meio de convenções sociais estabelecidas pelos sujeitos.

Para adentrarmos ao conceito de *semântica*, emprestamos de Stephen Ullmann (1977) algumas marcações históricas relevantes para a definição do que venha a ser este ramo do saber. O autor húngaro afirma, na introdução de sua referida obra, que a semântica consiste em um percurso de investigações recentes, embora o interesse pela significação das palavras desperte interesse desde os primórdios da humanidade (assim como afirmou Pêcheux, anteriormente). “A especulação acerca da origem das palavras teve especial importância na antiga filosofia grega, como deve recordar todo o leitor do *Crátilo* de Platão” (ULLMANN, 1977, p. 7).

Quanto mais o interesse pelo sentido ganhava força na Antiguidade, mais observações eram constatadas sobre o emprego do sentido das palavras e de sua ao longo do tempo. Afirma o autor (1977) que muitos dos temas tratados pela semântica moderna já eram pensados e investigados por escritores latinos e gregos. “Um dos problemas que os interessaram foi o das mudanças de significado como reflexo de mudanças na mentalidade pública” (1977, p. 8). Desde a codificação da gramática latina realizada por Varrão, no século I a. C., a etimologia ganhava espaço como uma parte importante da gramática, junto da morfologia e da sintaxe. Embora os estudos etimológicos fossem considerados não científicos à época, sua contribuição era reconhecida pelos estudiosos da língua, no entanto, uma ciência considerada autônoma sobre as questões relativas ao significado foi apenas desenvolvida no século XIX, como vimos, com Michel Bréal: “foi apenas no século XIX que a semântica surgiu como uma divisão importante da linguística e recebeu o seu nome moderno” (ULLMANN, 1977, p. 8).

A especulação acerca do domínio dos sentidos foi notada em registros de muitos autores, como ao exemplo de Cícero, Horácio, Proclus, Virgílio, Demócrito e Aristóteles. Este último é citado pelo autor húngaro como o primeiro a definir o significado como a menor unidade significativa da fala – constatação esta que foi empregada até os tempos modernos, com a ressalva de algumas remodelações. Aristóteles distinguiu também duas “espécies” de palavras: as que mantêm seu significado mesmo quando estão em uma situação de isolamento e as que são instrumentos gramaticais.

A influência de pensadores greco-romanos foi substancial para reconhecer o sentido como um campo de importância para os estudos linguísticos

de maneira geral. Muitas dessas ideias foram descartadas ao longo dos anos; outras, retrabalhadas e incutidas na semântica moderna, mas o que é indispensável de se registrar é a vigorosidade com que esses autores trabalharam sobre a significação das palavras.

Contudo, devemos salientar que essas conjecturas faziam parte de um ramo não científico de estudos. “[...] O impulso para a criação de uma ciência do significado veio de outro lado” (ULLMANN, 1977, p. 12). Dessa forma, o linguista destaca dois caminhos decisivos para o aparecimento desta ciência: o primeiro foi o nascimento da filologia comparada, e, de maneira mais geral, o próprio advento da linguística científica, e, o outro aspecto, foi a influência do Romantismo na literatura, que consagrou às palavras um interesse pungente, considerando-as em seu emprego mais variado – do arcaico ao exótico – incluindo, segundo o autor, “os dialectos das zonas rurais e o calão da ralé” (1977, p. 13). Ainda sobre o Romantismo, podemos considerar, portanto, que o movimento foi frutífero para esta celebração da palavra em seus diversos usos, explorando suas potencialidades na poesia, por exemplo, e, mais especificamente, a contribuição do Romantismo brasileiro para a fundação de mitos e a colocação da identidade nacional brasileira como uma discussão fundamental para o desenvolvimento do país, como vimos na primeira parte de nosso trabalho. Um exemplo de como a poesia romântica “consagra” a palavra é notado em uma passagem que Ullmann destaca da obra *Contemplations*, de Victor Hugo:

Il est vie, esprit, germe, ouragan, vertu, feu;
Car le mot, c'est le Verbe, et le Verbe, c'est Dieu²¹.

Foi assim que em 1825, aproximadamente, o alemão Karl Christian Reisig criou uma nova concepção de gramática. Nos cursos de filologia que Reisig ministrava em Halle, instituiu o autor a *semasiologia* como uma disciplina de fundamentação histórica - era uma espécie de estudo do significado, tornando-a uma das três partes essenciais da gramática, sendo as outras duas a etimologia e a sintaxe.

²¹ “É vida, espírito, germe, furacão, virtude, fogo;
Porque a palavra é o Verbo, e o Verbo é Deus”.

Considerava a semasiologia como uma disciplina de carácter histórico, que procuraria estabelecer os princípios que governam o desenvolvimento do significado. Tal como o mostra a sua classificação experimental das mudanças semânticas, não tinha ainda ideias muito claras acerca do objecto da semasiologia; enveredou, no entanto, pelo rumo decisivo ao atribuir-lhe um lugar próprio entre os estudos linguísticos. (ULLMANN, 1977, p. 16)

Em seguida, a semasiologia de Reisig foi dividida em três fases distintas. A primeira fase é denominada *fase subterrânea* por Ullmann, e caracteriza-se como o período em que a iniciativa do professor alemão teria sido relativamente bem aceita por seus colegas, que viram a semasiologia como uma reação contra o formalismo excessivo dos estudos filológicos. No entanto, à época, a “teoria” acabou por retornar à sombra em relação às outras teorias já praticadas na linguística, limitando-se a circular entre em uma pequena minoria na Alemanha. “As duas primeiras obras sobre o assunto, as do próprio Reisig e do seu discípulo F. Haase foram ambas publicadas postumamente, o que mostra não haver ainda interesse generalizado acerca desses assuntos” (ULLMANN, 1977, p. 16). A segunda fase desta ‘semasiologia’ teve início da década de 1880 e durou quase meio século. Esta fase é marcada pela publicação de um artigo de Michel Bréal, em 1883, em uma revista de estudos clássicos, no qual o francês rascunhou o programa de uma “nova” ciência e lhe deu o nome que hoje ainda é usado: *semântica*. Vejamos um trecho deste artigo de Bréal, localizado por Ullmann:

L'étude ou nous invitons le lecteur à nous suivre est d'espèce si nouvelle qu'elle n'a même pas encore reçu de nom. En effect, c'est sur le corps et sur la forme des mots que la plupart des linguistes ont exercé leur sagacité: les lois que président à la transformation des sens, au choix d'expressions nouvelles, à la naissance et à la mort des locutions, ont été laissés dans l'ombre ou n'ont été indiquées qu'en passant. Comme cette étude, aussi bien que la phonétique et la morphologie, mérite d'avoir son nom, nous l'appellerons la sémantique [...], c'est-à-dire la science des significations²².

A partir deste importante passo dado por Bréal - a publicação de seu artigo e a nomeação da “nova” ciência -, a semântica passou a ser caracterizada como um estudo histórico, “os estudiosos da semântica, na sua maioria, tiveram

²² “O estudo para o qual convidamos o leitor é de uma espécie tão nova que nem sequer recebeu ainda nome. Com efeito, tem sido sobre o corpo e a forma das palavras que a maior parte dos linguistas têm exercitado o seu espírito: as leis que presidem à transformação dos sentidos, à escolha de expressões novas, ao nascimento e à morte das locuções, foram deixadas na sombra ou foram apenas indicadas acidentalmente. Como este estudo, tal como a fonética e a morfologia, merece ter o seu nome, chamá-lo-emos semântica, que quer dizer a ciência dos significados”.

como princípio orientador a ideia de que a sua tarefa era primordial era estudar as mudanças de significado, explorar suas causas, classificá-las de acordo com critérios lógicos [...]” (ULLMANN, 1977, p. 18). Dessa forma, a semântica ganhava mais espaço entre os linguistas de diversas regiões. Hermann Paul, nesta esteira, foi um autor que contribuiu com um estudo especializado no campo da semântica com a obra *Prinzipien der Sprachgeschichte*²³. Já na França, outras duas obras foram decisivas para os passos futuros da ciência: a obra de Arsène Darmesteter, *La vie des mots étudiée dans leurs significations*²⁴, de 1887, e o reconhecido *Essai de Sémantique*²⁵, de Michel Bréal, publicado dez anos depois, tornando-se os primeiros clássicos sobre a ciência, circulando em larga escala e sendo traduzidas para o inglês.

O que se segue, a partir do século XX, são novas obras e outros autores que foram, ao seu modo, especificando a ciência e seus métodos de pesquisa. No entanto, a semântica ainda não possuía, à época, um conjunto de técnicas necessárias para trabalhar com mais eficiência. Para Ullmann (1977), a “chave de ouro” deste período foi a publicação de um filólogo sueco chamado Gustaf Stern, que postulava uma classificação de cunho empírico para a semântica, baseado em outras pesquisas do próprio autor, na intenção de elaborar uma maneira de aplicação da ciência e adicionando outros campos para pensá-la, como os estudos sobre a afasia e de outras perturbações da fala.

É necessário lembrar que no início do século XX, uma grande mudança dentro do quadro da linguística geral afetou em muito as maneiras de se trabalhar com a linguagem; esta mudança se deve à póstuma publicação do *Cours de Linguistique Générale*²⁶, de Ferdinand de Saussure, em 1916. Esta obra, como sabemos, propõe um rompimento com os estudos históricos da linguística, demonstrando que há duas orientações possíveis para se trabalhar a língua: a sincronia, que registra a língua num dado momento, ignorando seus antecedentes, e a diacronia, que procura traçar suas fundamentações no estudo evolutivo dos elementos linguísticos. Além desse “corte”, Saussure propunha o estudo da língua considerando-a como um todo organizado, em que os elementos são interdependentes e sua significação depende das relações do sistema, no seu

²³ *Princípios Fundamentais da História da Língua.*

²⁴ *A vida das palavras estudadas a partir de sua significação.*

²⁵ *Ensaio de Semântica.*

²⁶ *Curso de Linguística Geral.*

conjunto. Como sintetiza Ullmann (1977), o linguista genebrino comparava a língua a um jogo de xadrez – nenhuma “peça” pode ser acrescentada, retirada ou deslocada sem que o sistema todo sofra modificações. Essa noção da língua como um *sistema* inaugura uma nova perspectiva que conhecemos sob o nome de *Linguística Estrutural*. O novo postulado de Saussure fez com que surgissem muitas escolas estruturalistas em Genebra, Praga, Copenhague e Londres, por exemplo. A semântica, nesse quadro de evolução e reconhecimento da linguística geral, é deixada em segundo plano e, quando volta a ter mais visibilidade, a partir de 1950, a ciência abandona “a orientação unilateralmente historicista dos velhos tempos, e, embora as mudanças de significado continuem a receber certa atenção, houve uma inequívoca alteração na importância concedida à semântica descritiva” (ULLMANN, 1977, p. 22). Dessa forma, priorizou-se entre os estudos da linguagem da época uma maneira também estrutural de olhar para o sentido – a chamada semântica estrutural.

Ainda para Ullmann (1977), em muitos diversos aspectos a semântica daquele momento afastou-se da corrente tradicional. O aparecimento da *estilística*, por exemplo, entrelaçou muitos temas com esta ciência e foi por ela também muito influenciada. Outro aspecto que cita o autor foi o caso de que o centro de interesse da ciência do significado passou a ser o estudo de línguas específicas, e não mais os princípios gerais das línguas. Já aquilo que é chamado de *semântica contemporânea*, caracteriza-se como um interesse pelas relações entre a linguagem e o pensamento, e o autor Benjamin Lee Whorf teve, nesse campo, muitas observações e publicações relevantes.

Em obra mais recente, o estudioso Gennaro Chierchia (2003), define a semântica como: “o estudo do significado das expressões das línguas naturais. É um ramo da linguística (ciência da linguagem)” (p. vii). Adiante, no prefácio de sua obra *Semântica* (2003), o autor italiano coloca as questões mais gerais com as quais esse ramo da linguística está vinculada: *o que faz com que as palavras e as sentenças signifiquem? Ou o que é o significado de expressões como “cachorro”, “Quem viu Léo?”, “Estou cheio desse gato” etc.*

Como vimos, não somente a semântica preocupou-se em lidar com a questão do sentido. Sob formas variadas, outros ramos interessaram-se também por este tema, como a *estilística* e a *pragmática*, por exemplo. Dessa maneira, o

professor Eduardo Guimarães (2006) traça algumas delimitações entre a semântica e a pragmática para demonstrar o modo como a semântica enxerga e trabalha com a questão do sentido, em um exercício comparativo.

Para começarmos, tanto a semântica quanto a pragmática compartilham um mesmo elemento muito importante que as insere no domínio de estudos da linguística: a unidade de análise. Segundo Guimarães (2006), “a semântica e a pragmática são disciplinas da linguística que, como a sintaxe, têm como unidade de análise a frase” (p. 115), o autor esclarece que, nesse momento, a palavra *frase* está sendo utilizada em um sentido comum da prática linguística cotidiana, sem nenhuma especificação teórica. “Assim, o que os semanticistas e pragmaticistas devem analisar é o sentido da frase” (2006, p. 115).

O próximo passo é compreender em que constitui o *sentido*, e quais as formas em que essa entidade pode ser compreendida. Guimarães (2006) afirma que ao longo da história o sentido da frase vem apresentando muitas abordagens diferentes. A princípio, na época de sua sistematização, na segunda metade do século XIX, a semântica preocupava-se com a mudança de sentido das palavras; “a semântica se constituiu assim na linguística como semântica histórica, como a ciência que se ocupava das razões que produzem a mudança de sentido das palavras” (GUIMARÃES, 2006, p. 116). É no século XX que vão surgir variadas maneiras de tratar a questão do sentido, fazendo emergir posições diversas sobre a forma de se considerar o sentido, e, segundo o semanticista brasileiro, três são as posições mais praticadas pelos estudos linguísticos atualmente: a semântica formal, a semântica da enunciação e a pragmática. Para compreender como essas posições tratam o sentido, Guimarães (2006) apresenta cinco modos de considerar a significação:

1. O primeiro modo de considerar a significação é pensá-la como uma relação de elementos linguísticos. Esta é uma posição estruturalista, dentro da qual a significação se dá pela relação das palavras na língua. Para ilustrar, o autor sugere um exemplo: as palavras *veículo*, *automóvel*, *caminhão* relacionam-se entre si pela significação. A palavra *moradia*, por sua vez, estaria de fora desta relação, mas faria parte do campo *prédio*, *casa*, *barraco*, por exemplo.

2. A segunda maneira de olhar para a significação é considerar uma relação entre elementos linguísticos e o mundo. Retomando o primeiro exemplo, o autor complementa dizendo que a palavra *veículo*, nesta segunda posição, é a representação no mundo de algo que seja um veículo. “Para este modo de tratar a questão, o fundamento do conceito de significação é o de verdade” (GUIMARÃES, 2006, p. 116), e essa posição é chamada referencialista, justamente por considerar que uma relação entre a frase e seus elementos constitutivos e uma dada situação no mundo, isto é, um elemento linguístico que representa algo que existe no mundo. Dessa maneira, a significação “são as condições nas quais ela é verdadeira” (2006, p. 116).
3. No terceiro modo, o que está em jogo para a significação é a intenção da pessoa que fala quando se comunica à outra. Nesse caso, a situação em que a frase é dita é algo a ser considerado, e a significação não se localiza em uma relação dos elementos linguísticos e o mundo, como no segundo caso, mas leva em questão, por sua vez, aquele que fala e para quem se fala.
4. Neste penúltimo modo de ver a significação, leva-se em consideração que o sentido de uma frase é o “resultado do sentido que as palavras têm na língua no momento em que ela é posta em funcionamento por aquele que fala” (GUIMARÃES, 2006, p. 117). Assim, a significação acontece entre quem fala, um sujeito, e a língua.
5. No quinto e último modo, a significação se dá pelo que as palavras significam a partir do funcionamento da língua segundo suas condições históricas em que o acontecimento do funcionamento da língua se realiza.

Para resumir, o autor apresenta, após a apresentação das cinco maneiras de ver a significação, um esquema²⁷ explicativo:

1. Uma relação na estrutura da língua;
2. Uma relação da linguagem com o mundo;
3. A intenção de quem fala;
4. A colocação em funcionamento da língua pelo locutor;
5. A relação do funcionamento da língua com suas condições sócio-históricas.

A partir desta “classificação”, o autor discute que os cinco posicionamentos em relação ao sentido estão distribuídos nas três principais maneiras de se trabalhar com a semântica atualmente. A *semântica formal* tem o posicionamento referencialista como sua norteadora, já a *semântica enunciativa* propõe olhar para o sentido entre um misto de consideração da língua como uma estrutura e seu funcionamento colocado pelo locutor, como aparece em 4, além de ser possível considerar também a relação da língua com suas condições sócio-históricas, como aparece em 5. A *pragmática*, por sua vez, trabalha na perspectiva que envolve a *intenção* do sujeito, como se vê em 3, e, não raro, pode também considerar que o conceito de verdade seja fundamental para a concepção do sentido.

Esta breve introdução ao modo de consideração do sentido mostramos de que maneira dois principais caminhos teóricos (a semântica e a pragmática) que trabalham com a significação reconhecem e distinguem-se para si maneiras diferentes de tratar a significação. Nosso objetivo, no entanto, não é demonstrar teoricamente como funciona a pragmática, mas referi-la, apenas, como outro ramo do saber que possui a questão do sentido como escopo de sua teoria, como a semântica formal o faz também. Em nosso trabalho faremos funcionar os princípios de uma semântica que é de base enunciativa, a *semântica do acontecimento*, que vem sendo desenvolvida no Brasil a partir do trabalho de Eduardo Guimarães.

Tracemos, portanto, alguns caminhos fundamentais para compreender os pressupostos teóricos da semântica enunciativa que serão trabalhados, posteriormente, na construção da fundamentação teórica da semântica do acontecimento.

²⁷ O esquema resumido encontra-se em Guimarães (2006, p. 117).

2.2 A ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE E OSWALD DUCROT

Se trabalhamos com uma semântica de perspectiva enunciativa, convém esclarecermos os postulados mais básicos constituintes desse ramo teórico. De maneira geral, as teorias da enunciação estudam, segundo Flores & Teixeira (2012), as *marcas do sujeito* no enunciado e não o sujeito em si. “Claudine Normand (1996), referindo-se a Émile Benveniste, diz que a teoria da enunciação supõe um sujeito, mas não faz teoria sobre ele, pois seu interesse é propriamente o sentido” (FLORES & TEIXEIRA, 2007, p. 12). Para esses autores, expor este interesse no sentido, e não propriamente no sujeito, faz com que não olhemos para o sujeito da enunciação como uma evidência perceptível, psicológica, livre e transparente.

A partir dos estudos da enunciação, buscou-se evidenciar as relações da língua não somente como um sistema combinatório, de que falava Saussure, mas como linguagem que possui em seu centro um sujeito. Para Flores & Teixeira (2012), a linguística convive, atualmente, com muitas possibilidades teóricas, o que faz com que haja, grosso modo, duas grandes linhas de estudo: a visão dos mecanismos que são inerentes à língua e uma outra visão mais sensível à constituição heterogênea da língua. “No primeiro grupo, estão as diferentes linguísticas que buscam a formalização de seu objeto. No segundo, aquelas que concebem o próprio objeto como heterogêneo” (p. 12). As teorias enunciativas encontram-se no segundo grupo, justamente por incluírem em seu objeto temas como a subjetividade, a referência, dêixis, contexto, modalização etc. Dessa forma, o objeto de uma linguística enunciativa é heterogeneamente constituído.

Com isso, não estamos querendo dizer que a linguística da enunciação abre mão de formalizar seu objeto. Émile Benveniste, um dos maiores linguistas da enunciação, utiliza o termo “formal” no título de um de seus mais célebres artigos, “O aparelho formal da enunciação”. Evidentemente, esse termo deve ser entendido, no contexto da obra de Benveniste – e acreditamos no escopo da linguística da enunciação –, não no sentido de *formalista* como se pode atribuir, por exemplo, à gramática gerativa, na qual o estudo da forma linguística é determinante em relação a aspectos funcionais e/ou contextuais, mas no sentido de *mecanismos formais de enunciação e/ou de realização do enunciado* (FLORES & TEIXEIRA, 2012, p. 13)

Apesar de haver, mesmo dentro das teorias enunciativas, muitos autores diferentes que tratam a questão da enunciação de variadas formas, vamos

nos ater aqueles que são considerados fundadores, ou “mais clássicos”, talvez, no que tange à enunciação.

Começamos pelo autor francês que é um dos maiores representantes deste ramo – Émile Benveniste. Como vimos, a partir da póstuma publicação de Ferdinand de Saussure, desenvolveu-se uma linguística estruturalista que possuía como objetivo central a investigação de regularidades do sistema (a língua), deixando em segundo plano a referência a elementos que fossem externo a ele. Benveniste, segundo Flores & Teixeira (2012), talvez tenha sido o primeiro linguista a desenvolver um modelo de análise que fosse voltado à enunciação, o que significa dizer que o autor foi pioneiro em incluir como objeto de sua teoria temáticas que eram rigorosamente evitadas no apogeu estruturalista. Abordar a externalidade era visto, à época, como a inclusão de elementos sem pertinência e *cientificidade* para o estudo da língua, segundo a visão dos estruturalistas, que viam com a *Glossemática* do dinamarquês Louis Hjelmslev, uma imagem matematizada da teoria linguística, que reunia os ideais de cientificidade que sempre se cobiou para as ciências humanas. “No estruturalismo de Hjelmslev não há espaço para aquele que enuncia” (FLORES & TEIXEIRA, 2012, p. 30). Para os mesmo autores, isso não significa dizer que Benveniste, necessariamente, tenha desenvolvido postulados que se afastassem dos de Saussure; pelo contrário, pois o autor francês obteve muitas influências da linguística estruturalista do linguista genebrino, como por exemplo as noções de *estrutura*, *relação* e *signo*. Sua inovação é concebida pela *suposição de um sujeito – pelo homem na língua*.

Nesse sentido, a teoria de Benveniste podia ser vista como inovadora e, ao mesmo tempo, conservadora, pois o autor “é um estruturalista, sua semântica é pautada pelos princípios estruturais” (FLORES & TEIXEIRA, 2012, p. 30).

A seguir, vamos apresentar alguns eixos temáticos centrais para a compreensão da “inovação” cunhada por Benveniste dentro dos estudos linguísticos.

O primeiro eixo, segundo Flores & Teixeira (2012), é o da *(inter)subjetividade na linguagem*. Para compreender o conceito, os autores citados afirmam que é necessário compreender, primeiramente, que Benveniste distingue dois níveis diferentes de significação: o semiótico e o semântico.

Na tentativa de responder à pergunta “o que é a significação?”, o autor recorre à noção de signo e diz que está articulada à de significação no estudo da língua. Assim, vincula-se à ideia de língua como sistema de signos, em uma remissão clara a Saussure, definindo o signo como unidade semiótica. Em outras palavras, ele é necessariamente um elemento de dupla relação cuja *unidade é submetida* a uma ordem semiótica. Em outras palavras, ele é necessariamente um elemento de dupla relação cuja unidade é submetida a uma ordem semiótica (FLORES & TEIXEIRA, 2012, p. 31).

Dessa forma, o primeiro nível de significação corresponde ao que se chama de nível *intra lingüístico*, que compreende cada signo como distintivo, portanto significativo em relação aos outros signos – este é o *nível semiótico* caracterizado pelo autor francês. O segundo modo de significação é a “consequência” da atividade do locutor que coloca a língua em funcionamento – é o nível semântico. É necessário ressaltar que em relação à referência “no semiótico, ela está ausente; no semântico, é definidora do sentido porque este se caracteriza pela relação estabelecida entre as ideias [...] e a situação de discurso” (FLORES & TEIXEIRA, 2012, p. 32).

A distinção desses dois modos de significação – o semiótico e o semântico – recaem sobre a conclusão de que ao apresentar um nível de significação no qual é englobada a referência aos interlocutores, o resultado é um modelo analítico em que esses “referem” e “correferem” na atribuição de sentido às palavras. “Essa distinção possibilita o entendimento da categoria de pessoa e dos conceitos de intersubjetividade e de enunciação, básicos em sua teoria” (FLORES & TEIXEIRA, 2012, p. 32). Na obra *Problemas de Linguística Geral* I (1988) e II (1989), o autor estabelece que para se estudar a categoria da intersubjetividade, é necessário pensar sobre uma *pessoa verbal* para se notar as oposições. Dessa forma, para pensar na categoria em questão, o autor distingue as primeiras pessoas – EU e TU – da terceira pessoa – ELE, e estabelece duas relações entre essa distinção de pessoas, a *personalidade* e a *subjetividade*. A personalidade é o que separa o EU/TU, “em que existe uma concomitância entre a pessoa implicada e o discurso sobre ela” (FLORES & TEIXEIRA, 2012, p. 32), do ELE, “privado da característica de pessoa e evidenciado como a forma verbal para indicar a não pessoa”, segundo os mesmo autores. A subjetividade, por sua vez, é o que opõe o EU ao TU – a primeira pessoa está dentro do enunciado, inerente a ele, e, dessa forma, é exterior ao TU. É nesse sentido que o autor compreende que a primeira

pessoa (EU) é a única passível de ser realmente *subjéitiva* (embora esta categoria dependa da existência do TU para constituir-se). “Poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjéitiva, em face da pessoa subjéitiva que *eu* representa; e essas duas ‘pessoas’ se oporão juntas à forma de ‘não pessoa’” (BENVENISTE, 1988, p. 255). Dessa maneira, as pessoas EU e TU localizam-se no nível pragmático da linguagem, pois é estabelecido no *discurso*, e refere a realidades diferentes a cada nova vez que é enunciado; já ELE está localizado no nível sintático, uma vez que se liga com a referência objetiva, independentemente do acontecimento enunciativo em que pode estar presente.

Para os autores brasileiros Flores & Teixeira (2012), é necessário pensar, a partir do postulado da intersubjetividade de Benveniste, a questão da dêixis. A partir dessa perspectiva enunciativa, a dêixis é compreendida como os signos, pertencentes ao paradigma do EU, que fazem remissão ao discurso e somente no discurso podem ser apreendidos. Assim, temos:

EU/TU – CATEGORIA DE PESSOA – REFERÊNCIA DÊITICA
ELE – CATEGORIA DE NÃO-PESSOA – REFERÊNCIA NÃO DÊITICA

Esta distinção pode ser considerada como uma das grandes contribuições de Benveniste para o desenvolvimento da teoria enunciativa e de outras teorias que a possuem como base, como é, por exemplo, a semântica do acontecimento. A distinção entre as pessoas estabelece em que medida “eu” coloca a língua em funcionamento para um “tu”, por isso o “tu” é constitutivo de “eu”, e faz refletir que “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso” (BENVENISTE, 1988). É necessário ressaltar, no entanto, que a teoria de Benveniste não possui como escopo teorizar sobre *o sujeito*, mas sim teorizar sobre a *representação linguística* que a enunciação proporciona para ele.

Uma definição sobre a enunciação em si aparece em um texto bastante conhecido do autor chamado “O aparelho formal da enunciação” (1989). Neste texto, tem-se que a “enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (p. 82). Eis o objeto da enunciação a partir desta afirmação do autor: o ato individual de utilização da língua. Dessa forma, enunciar,

segundo Flores e Teixeira (2012), significa transformar a língua, individualmente, de virtualidade em discurso, e nessa transformação é que se dá a semantização da língua, pois o sentido está ligado a uma realidade específica e única determinados pelo ato da enunciação. “A enunciação, vista desse prisma, é produto de um ato de apropriação da língua pelo locutor, que, a partir do aparelho formal da enunciação, tem como parâmetro um locutor e um alocutário” (FLORES & TEIXEIRA, 2012, p. 35).

Este *aparelho formal* de que fala Benveniste, nada mais é do que um dispositivo que as línguas possuem para que sejam enunciadas. O título deste texto parece-nos bastante ligado à concepção sistêmica da língua de Ferdinand de Saussure. Nesse sentido, embora o linguista francês siga uma linhagem estruturalista de trabalho, é comum surgir afirmações, a partir da leitura de sua obra, de que o autor foi o primeiro a incluir a questão da *referência* desde o corte epistemológico saussuriano. Esclarece-nos Flores & Teixeira (2012), que esta inclusão é verdadeira, Benveniste dedica-se a pensar a *referência* em seus trabalhos, contudo, esta referência não diz respeito “ao mundo”, mas sim uma referência ao sujeito – é a marcação da subjetividade na língua que interessa ao autor. O *aparelho formal da enunciação*, portanto, permite que este sujeito de Benveniste coloque a língua em funcionamento em um ato único de utilização – e quando dizemos *único*, referimo-nos ao caráter não repetitivo da língua, pois tempo, espaço e pessoa jamais podem ser coincidentes. É por esta razão que quando falamos em enunciação é comum pensarmos no tripé: EU – AQUI – AGORA. Pensando a partir da teoria da enunciação, essas três categorias são o que existe em termos de língua, é a “fórmula” sob a qual ela se torna uma realidade.

Para os estudos enunciativos, além da brilhante contribuição de Émile Benveniste, propomo-nos a visitar alguns pressupostos do também linguista francês Oswald Ducrot, que, a propósito, foi aluno de Émile Benveniste, e por esse motivo esteve em contato com os rumos pelos quais seu professor percorreu no desenvolvimento de suas proposições. Em Ducrot, nosso objetivo é trazer o tratamento que o autor deu aos temas como a enunciação, a argumentação e a polifonia.

Na obra *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação*, de 1987, Oswald Ducrot filia seus trabalhos dentro da *Semântica Pragmática* ou *Pragmática*

Linguística: “Gostaria, inicialmente, de definir a disciplina – chamo-a “pragmática semântica” ou “pragmática linguística” – no interior da qual se situam minhas pesquisas” (DUCROT, 1987, p. 163). Junto de Jean-Claude Anscombre, o autor formula a hipótese de que “na maior parte dos enunciados, existem certos traços que determinam seu valor pragmático à parte de seu conteúdo informativo” (FLORES & TEIXEIRA, 2012, p. 63), e isto consiste em dizer que a pragmática funciona de maneira integrada à semântica, e não exatamente com os resultados da semântica, como era proposto por outros estudiosos.

Segundo os autores brasileiros, os estudos de Ducrot, até a publicação da obra *O dizer e o dito*, apresentam o projeto do que seria, para ele, uma pragmática integrada à língua de base estruturalista, orientado por alguns postulados de Benveniste e com influências da pragmática anglosaxã. “Em sua visão, uma Pragmática Linguística teria por objeto as imagens do sujeito da enunciação veiculadas pelo enunciado” (FLORES & TEIXEIRA, 2012, p. 63). Para os linguistas brasileiros, o trabalho de Ducrot pode ser, didaticamente, dividido em 4 fases que facilitam a compreensão sobre as reflexões empreendidas por ele e também por Anscombre. A seguir, esquematizamos as 4 fases com base em Flores & Teixeira, 2012.

- i) A teoria clássica da Argumentação cuja interlocução é com as teorias lógico-referencialistas: são representativos dessa fase os trabalhos relativos à pressuposição e aos atos de linguagem.
- ii) A teoria da argumentação na língua, aí compreendidos os trabalhos sobre as palavras que organizam o enunciado e a teoria polifônica.
- iii) A teoria dos *topoi* argumentativos, na qual se mantém a tese da argumentação na língua, mas a partir da introdução da noção de *topos* (princípio comum argumentativo).
- iv) A nova versão da teoria da argumentação na língua na qual se incluem as concepções de *modificadores realizantes/desrealizantes* e a *teoria dos blocos semânticos*.

Nossa intenção está em apresentar o autor numa abordagem mais geral, visitando sua contribuição, particularmente, no que tange aos estudos da

enunciação e da polifonia, que serão, posteriormente, influenciadores da semântica do acontecimento de Eduardo Guimarães (2002). Nesse sentido, não temos a intenção de proporcionar neste espaço os pormenores de todas as fases ducrotianas, visto a extensão de sua obra e a diversidade de assuntos aos quais o autor se dedicou a refletir. Se a enunciação constitui-se como nossa questão central, vamos apresentar de que maneira o autor traz para sua obra a questão da subjetivação, que o insere neste domínio das teorias linguísticas.

Para tanto, vamos tomar um texto clássico do autor, *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação* (1987), em que Ducrot contesta a tese de que em um enunciado subjaz apenas um único autor. Vamos retomar que, em Benveniste, a enunciação é definida como a *língua que é colocada em funcionamento por um ato individual de linguagem*. De maneira geral, a concepção de que há apenas um autor que proporciona unicidade aos enunciados era mantida como um princípio pelas teorias linguísticas, e esse autor único “aparece” nos textos por meio das marcas de primeira pessoa. A teoria polifônica, nesse sentido, é a construção de um argumento que vai contra essa concepção de que há apenas um único autor que enuncia ao colocar a língua em funcionamento, e esse posicionamento é claramente expresso nas primeiras linhas do texto referido.

O objetivo deste capítulo é contestar e, se possível, substituir – um postulado que me parece um pressuposto (geralmente implícito) de tudo o que se denomina atualmente “linguística moderna”, termo que recobre ao mesmo tempo o comparativismo, o estruturalismo e a gramática gerativa. Este pressuposto é o da unicidade do sujeito falante. Parece-me, com efeito, que as pesquisas sobre a linguagem, há pelo menos dois séculos, consideram como óbvio – sem sequer cogitar em formular a ideia, de tal modo ela se mostra evidente – que cada enunciado possui um, e somente um autor. (DUCROT, 1987, p. 161)

A partir dos artigos de *O dizer e o dito* (1987) é que Ducrot demonstra a tese segundo a qual é possível encontrar diferentes representações do sujeito da enunciação em um enunciado específico, e essa tese é colocada pelo viés da polifonia. Para tanto, Ducrot (1987) recupera a noção de polifonia desenvolvida por Bakhtin. “Para Bakhtine, há toda uma categoria de textos, e notadamente textos literários, para os quais é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente [...]” (1987, p. 161). É neste postulado bakhtiniano que o autor

encontra uma brecha para pensar a enunciação a partir do conceito de polifonia, segundo o qual várias vozes falam simultaneamente em um enunciado.

Desse modo, o autor formula uma primeira distinção que é essencial para sua demonstração: a diferença entre *frase* e *enunciado*. A *frase*, para ele, é colocada como um elemento que está no domínio do que é gramatical, e, portanto, não é acessível ao linguista. O enunciado, por sua vez, é a ocorrência histórica da frase, isto é, uma espécie de “realização” da frase, e por isso é histórica e observável ao linguista. Para Flores & Teixeira (2012, p. 65), a distinção desses elementos provoca, para Ducrot, uma diferenciação na ordem do sentido. Ao que chamamos de *significação*, o autor indicará que esta entidade está para a frase, são leis construídas sobre uma estrutura léxico-gramatical. O *sentido*, dessa forma, está para o enunciado, pertencendo ao domínio dos fatos. Segundos os mesmos autores, estas distinções caracterizam o caráter pragmático da teoria de Ducrot,

pois ao considerar a significação característica semântica da frase, Ducrot a concebe como o roteiro das indicações de uso da frase. Assim, ela contém todas as instruções para a compreensão dos sentidos, o que consiste em conceber o enunciado como descrição da enunciação. O que é comunicado pelo sujeito mediante o enunciado é, então, a própria qualificação desse enunciado. (FLORES & TEIXEIRA, 2012, p. 65).

É nesse sentido que o sujeito não é visto pelo autor como um produtor de fala, mas como uma *representação de sentido* do enunciado. Dessa forma, é possível caracterizar dois personagens aos quais a enunciação pode ser atribuída: os *locutores* e o *enunciadores*. O Locutor é o responsável pela enunciação, é a fonte do dizer, no entanto, ele não deve ser confundido com o autor empírico, muito embora eles coincidam no discurso oral. As marcas de primeira pessoa, às quais Benveniste chamou a atenção em suas formulações, são colocadas como a manifestação do Locutor na teoria de Ducrot. Esta primeira distinção do autor francês diferencia o falante do autor, e o autor do Locutor. O Locutor, por sua vez, é desmembrado pelo autor “para dar conta do fato de aparecer em um enunciado marcas de primeira pessoa imputáveis a diferentes locutores” (FLORES & TEIXEIRA, 2012, p. 65). Assim, este desmembramento vai gerar o chamado *locutor-enquanto-tal* (L), que é constituído no momento do dizer, e por isso responsável pela enunciação, e o *locutor-enquanto-ser-no-mundo* (Y), que pode ser considerado como a origem do enunciado, e representativo do ser empírico.

A partir dessas observações é possível compreender a razão pela qual Oswald Ducrot definiu a enunciação de maneira que sua conceituação não fosse comprometida com o produtor/autor da enunciação, conforme argumenta Flores & Teixeira (2012). Para Ducrot, *a enunciação é o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado*. A imagem requerida pelo autor, portanto, foi a de enunciação enquanto *diálogo*, e não uma representação com enfoque em um sujeito que é único e absoluto sobre o ato de enunciar. Esta concepção gera a noção de *polifonia* cunhada por Bakhtin e desenvolvida no âmbito da enunciação por Ducrot.

É necessário configurar os *enunciadores* para compreendermos melhor a noção de *polifonia*. Nesta perspectiva, o enunciador pode ser caracterizado como a entidade responsável pela expressão de um determinado ponto de vista, o que significa dizer que ele não é materializado, efetivamente, por meio das palavras, mas proporciona um direcionamento de sentidos. “Se o locutor apresenta uma enunciação de que se declara responsável, então o enunciador existe em função da imagem que o locutor oferece dessas vozes” (FLORES & TEIXEIRA, 2012, p. 66). Dessa forma, é possível notar que a subjetividade consistiu em matéria de muitas obras desde o estabelecimento das teorias enunciativas.

2.3 A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

[...] as letras não têm existência senão nas palavras, as palavras não têm existência senão nas frases (BRÉAL, 1897)

O linguista brasileiro Eduardo Guimarães (1992) afirma que é comum compreender a história da linguística partindo do trabalho de Ferdinand de Saussure – *O curso de linguística geral* (1916) –, trabalho no qual a Semântica não possui lugar definido para reflexão. Nesse sentido, *O Curso* de Saussure, por ser uma obra canônica no campo dos estudos da linguagem, norteou, desde sua publicação, todo o pensamento em torno do que seja pesquisar a língua. Para Guimarães (1992), estudar a obra de Michel Bréal é relevante, pois pode ser uma maneira de desautomatizar a leitura do *Curso* e da própria Linguística, chamando a atenção para o fato de que os estudos sobre a significação possui destaque em obras que foram contemporâneas ao trabalho de Saussure, embora não tivessem grande visibilidade.

Na obra *Os limites do sentido* (2010), o autor formula que pensar a semântica como disciplina científica impõe a necessidade de trabalhar com as “exclusões” de Saussure, “pois, de nosso ponto de vista, o esforço de constituir o campo da semântica, no nosso século, está ligado aos diversos caminhos deste percurso [das ideias colocadas pelo *Curso de Linguística Geral*]” (p. 7). Para o autor brasileiro, portanto, pensar os temas não tratados pelo linguista genebrino configura-se como um primeiro passo importante para pensar os caminhos da semântica que é desenvolvida no Brasil, relevando, ao mesmo tempo, os diálogos construídos pela Linguística para delinear o campo da semântica, como os que são feitos com a filosofia, com a lógica, a filosofia da linguagem, a semiótica e a análise do discurso, por exemplo. É também a partir deste conglomerado de questões que o autor afirma ter emergido temas que o levou a constituir o que se denomina como a *semântica histórica da enunciação* ou, como vem sendo chamada atualmente, *semântica do acontecimento*.

Entretanto, antes de tratarmos os pormenores dessa semântica desenvolvida por Guimarães, no Brasil, estabeleçamos algumas linhas gerais que antecederam sua formulação – a exemplo das exclusões de Saussure e de algumas colocações de Michel Bréal a respeito da significação.

No início desta seção, afirmamos que a obra póstuma de Saussure costuma ser utilizada como “ponto de partida” para as reflexões concernentes à linguagem. Dessa forma, evidenciamos três exclusões desse autor que, para Guimarães (2010), são relevantes para lidar com a questão da constituição da semântica. São elas: o sujeito, o objeto e a história. Olhar para esta tríade ajuda-nos a pensar como a semântica se estabelece enquanto uma disciplina linguística: “note-se que as semânticas linguísticas têm considerado a noção de sentido, ou significação, sempre como uma relação envolvendo algum dos elementos desta tripla exclusão” (GUIMARÃES, 2010, p. 11).

A obra *Ensaio de Semântica*, publicada em 1897 por Michel Bréal, possui, nesta trama, um papel fundamental tanto para a história da semântica em si (pois esta obra marca oficialmente seu início), quanto para a história da Linguística, de maneira mais abrangente. “É bom lembrar que o termo *semântica* foi inicialmente usado num artigo seu de 1883, *Les lois intellectuelles du langage. Fragment de Sémantique*” (GUIMARÃES, 2010, p. 11). Segundo o autor brasileiro, devemos

reservar duas principais ideias deste último artigo a que nos referimos: i) as questões de significação devem ser tratadas no contexto de seu emprego; e ii) é necessário considerar uma palavra nas relações que ela estabelece com outras palavras, “no conjunto do léxico” (p. 13). Estas duas questões que Guimarães (2010) formula para a compreensão da obra de Bréal são também questões imprescindíveis para o que o autor chamará de *Semântica do Acontecimento*.

A semântica que é proposta por Guimarães (2002) possui bases na linguística enunciativa de que tratamos com a apresentação geral da contribuição teórica de Émile Benveniste e Oswald Ducrot. No início de sua formulação, a teoria de Guimarães era chamada *semântica histórica da enunciação*, e deste nome é possível depreender, de entrada, algumas considerações: notemos que há a inclusão do termo ‘história’, cujo emprego aponta para um norteamento prévio – o sentido é, para o autor, histórico. E o emprego de outro termo, a *enunciação*, implica em demonstrar que esta é uma semântica de base enunciativa, e que, portanto, trabalha com conceitos que consideram a subjetividade na linguagem, dentre outros.

Na apresentação da obra *Semântica do Acontecimento* (2002), Guimarães relata que, como semanticista, a relação das palavras com o mundo sempre consistiu objeto de interesse para ele, e que essa relação ele a apreendeu pela via dos estudos argumentativos. Dessa forma, o posicionamento do autor não poderia ser a partir do *conceito de verdade*. Diferentemente disso, seu posicionamento é estabelecido como “[...] as expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam” (GUIMARÃES, 2002, p. 5). O emprego do termo *acontecimento* será um conceito chave para a teoria do autor. Em seguida, o linguista coloca-se em um posicionamento materialista, pois não toma a linguagem como transparente, considerando que a relação da língua com o real é constituída pela história.

No momento de definir, por assim dizer, em que consiste trabalhar com a semântica do acontecimento, o autor afirma na introdução (2002, p. 7) que trabalhar com a língua a partir do viés da semântica é considerar que a linguagem fala de algo. Nesse sentido, como semanticista da linguagem, é incontornável considerar que o que é dito só pode ser construído por meio da linguagem. “É no espaço conformado por estas duas necessidades que procurei afirmar o que é para mim uma semântica do acontecimento. Ou seja, uma semântica que considera que

a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (p. 7). Dessa forma, ele considera que o enunciado é o ponto de partida para essa observação dos sentidos da língua, afirmando que saber o que significa uma determinada forma significa compreender de que maneira esta forma é parte constitutiva do sentido do enunciado, e, por conseguinte, é necessariamente parte constitutiva de um texto.

Fazer uma semântica enunciativa considera que um sujeito enuncia – o *homem na língua*, como vimos com Benveniste – e Guimarães considera, com algumas diferenças, este postulado. Para o autor, tratar da enunciação “deve se dar num espaço em que seja possível considerar a constituição histórica do sentido” (p. 8), e não a partir do sujeito, como considerou o próprio Benveniste. E sendo assim, ele se considera em uma filiação a Benveniste, em “O aparelho formal da enunciação” (1970), e a Ducrot, em “Esboço de uma teoria polifônica” (1984), argumentando que, para seu interesse, a questão está em como tratar a enunciação sem remetê-la a um locutor.

Desse modo, ao considerar que as coisas são referidas enquanto significadas, e não enquanto existentes no mundo, o autor considera que é possível referir justamente porque as coisas são significadas e não apenas existentes no mundo. “Podemos referir algo com a palavra pedra porque a linguagem significa o mundo de tal modo que identifica os seres em virtude de significá-los” (p. 10). Partindo dessas considerações primárias, o objetivo do autor está em estudar o funcionamento dos nomes, especificamente um processo nomeado *designação*.

No primeiro capítulo, o linguista tece suas primeiras considerações a respeito do que seja, para ele, o acontecimento – trata-se de uma materialidade histórica do real, “ou seja, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico, enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (p. 11). O acontecimento, nessa perspectiva, leva em consideração a língua e o sujeito que se constituem pelo funcionamento da linguagem. Além disso, este conceito é considerado por Guimarães como “diferença na sua própria ordem” (p. 11). O acontecimento não é um fato no tempo, nem um fato novo distinto de outro ocorrido outrora no tempo, o acontecimento temporaliza, nas palavras de Guimarães (2002, p. 11), isto é, ele instaura sua temporalidade, que não é um presente de um antes e depois no tempo. Para se fazer entender melhor,

Guimarães retoma que o tempo da enunciação para Benveniste, como vimos, é instaurado pelo enunciador, ao enunciar, a partir do que se instaura um passado e um futuro. Para ele, diferentemente de Benveniste, não é sujeito que temporaliza, mas o próprio acontecimento enunciativo. “O sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento” (p. 12). Como que em uma especificação de seu conceito, Guimarães argumenta que a temporalidade se configura por um presente que se abre com uma latência de futuro, pois nesse futuro é que as coisas significam. Sem a latência de futuro não há projeção, não há interpretação. “O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro” (p. 12). Nessa linha de raciocínio, se entendemos que o acontecimento temporaliza, instaura um presente e uma latência de futuro, esse presente e futuro somente se fazem funcionar a partir de um passado que faz com que eles signifiquem. Nas palavras do autor, a latência de futuro que projeta sentido no acontecimento significa porque este acontecimento recorta um passado como memorável. “O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro” (p. 12).

Assim, compreendida a noção de acontecimento enunciativo para o autor, passemos a um outro conceito que é decisivo para a formulação de sua teoria, o *espaço de enunciação*.

2.3.1 O Espaço de Enunciação

O acontecimento enunciativo se dá dentro de espaços de enunciação. Vamos trabalhar, neste tópico, o que significa essa afirmação para compreender este conceito de Guimarães (2002).

O autor inicia considerando que falantes não são propriamente indivíduos, pessoas que falam uma determinada língua, mas esses falantes são determinados pelas línguas que falam - e por isso não se considera que falar seja uma atividade psico-física do ser humano. Diferentemente, considera-se que os sujeitos são sujeitos na língua “enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo de espaço de enunciação” (2002, p. 18). A respeito do falante, o

linguista caracteriza-o como pertencente a uma categoria linguística e também enunciativa, e neste ponto diferencia-se da noção de sujeito de Ducrot. Por um lado, o autor considera o sujeito também como figura físico-fisiológica e psíquica, como o faz Ducrot, não tomando ao sujeito como personagem da enunciação; no entanto, por outro lado, a diferença conceitual reside na consideração de que o falante não é esta figura empírica (o (Y) de Ducrot), mas “uma figura política constituída pelos espaços de enunciação” – e é nesta medida que o falante é incluído dentre as figuras da enunciação.

Os espaços de enunciação são espaços nos quais as línguas são distribuídas, espaços que dividem, se misturam, se transformam por uma disputa da língua. “São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (2002, p. 18). Esta divisão do espaço característica dos espaços de enunciação é marcada, segundo o autor, por uma hierarquia de identidades.

Ou seja, esta divisão distribui desigualmente os falantes segundo os valores próprios desta hierarquia. E aqui pode-se ver como a Escola, entre outras instituições e instrumentos, é fundamental na configuração do espaço enunciativo de uma língua nacional, no nosso caso o Português. Ou seja, a Escola é fundamental no modo de dividir os falantes e sua relação com a língua. (GUIMARÃES, 2002, P. 21)

Para finalizar, Guimarães afirma que ser identificado por estas divisões constitutivas da língua é também estar destinado a poder dizer algumas coisas em detrimento de outras, a poder falar de certos lugares de locutor, e não, especificamente, de outros, a ter determinados interlocutores, e não outros.

Nesta perspectiva, os espaços de enunciação são, para o autor, essenciais para compreender a enunciação enquanto uma prática que é política, e não individual e subjetiva. “Falar é assumir a palavra neste espaço dividido de línguas e falantes. É sempre, assim, uma obediência e uma disputa” (2002, p. 22, grifos nossos). Enunciar é estar na língua que está em funcionamento, e esse funcionamento se dá em *cenas enunciativas* que são diversas.

2.3.2 A Cena Enunciativa

A cena enunciativa é caracterizada por Guimarães (2002, p. 23) como os modos específicos de acesso à palavra, dependente da relação entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas. “A cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” (2002, p. 23). As cenas enunciativas são lugares constituídos pelos dizeres, segundo o autor, e não pessoas que são “donas” daquilo que dizem. A distribuição dos lugares de dizer é realizado a partir da temporalização própria do acontecimento. “Neste sentido, a temporalidade específica do acontecimento é fundamento da cena enunciativa” (2002, p. 23).

Considerando a cena enunciativa, Guimarães (2002) estabelece que assumir a palavra significa colocar-se no lugar de quem enuncia, isto é, no lugar de Locutor, ou simplesmente L. O Locutor constitui-se, portanto, como fonte do dizer. No entanto, L é desmembrado em outros elementos, pois para ocupar o lugar de L é necessário também que se esteja afetado por um lugar social de dizer, lugares em que se estão autorizados a dizer de uma determinada forma específica. “Ou seja, para o Locutor se representar como origem do que se enuncia, é preciso que ele não seja ele próprio, mas um lugar social de locutor” (2002, p. 24). Este *lugar social* de locutor o autor chamará *locutor-x*, o que significa dizer que o locutor vem predicado de um lugar social do dizer (x), por exemplo, locutor-presidente, locutor-jornalista, locutor-escritor etc. A variável representa este lugar social do dizer, como se vê nos exemplos.

É necessário distinguir, no entanto, entre Locutor e o lugar social de locutor-x, afirmando o autor que o Locutor é díspar a si, ele é constituído por figuras que não são coincidentes, e, sem essa disparidade, não há enunciação. Vejamos um exemplo colocado pelo autor:

Esta distinção pode ser diretamente mostrada, no caso do ato de decretar, pelo próprio modo de dizer o decreto, que se dá em formas do tipo “O Presidente da República, no uso de suas atribuições, decreta...”. Neste caso o Locutor está diretamente separado do locutor-x que decreta. (p. 24)

Ainda nesta reflexão sobre o Locutor e seus desdobramentos, há também os chamados *enunciadores*. Se para o funcionamento do Locutor, há

sempre um desdobramento de um *lugar social* do qual ele fala, o locutor-x, no caso, há também, por outro lado e para o funcionamento da enunciação, *lugares de dizer*, os enunciadores, que se apresentam como não pertencentes à história e que representam a inexistência dos lugares sociais.

Temos então enunciadores como: enunciador-individual, quando a enunciação representa o Locutor como independente da história; enunciador-genérico, quando a enunciação representa o Locutor como difuso num todo em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos; enunciador-universal, quando a enunciação representa o Locutor como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro e do falso. (2002, p. 26)

Conhecendo as figuras da enunciação as quais Guimarães utilizará para fazer funcionar suas análises, vejamos três procedimentos básicos na semântica do acontecimento que esclarecem e exemplificam o olhar para a linguagem empreendido nessa teoria.

2.3.3 A Designação – Determinação e Predicação

A propósito da semântica do acontecimento, retomemos que o sentido, para Guimarães (2002), pode ser analisado a partir de sua relação com outras palavras no enunciado, isto é, em uma relação integrativa do enunciado. Para chegar à concepção do que seja a designação, o autor inicia por outro processo, a nomeação, afirmando que “o modo de nomear, o agenciamento enunciativo específico da nomeação é elemento constitutivo da designação de um nome” (2002, p. 27). Nomeação é o funcionamento semântico a partir do qual algo recebe um nome. Este processo é apenas definido por Guimarães (2002), sem maiores detalhes sobre seu funcionamento. No entanto, convém ressaltar que, como afirma o autor, este processo é parte constitutiva da designação. Esta, por sua vez, é definida como a significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato, mas sim enquanto uma relação linguística, simbólica, que é remetida ao real, exposta ao real – é uma relação tomada na história. “É neste sentido que não vou tomar o nome como uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. Vou considerar, tal como considera Rancière (1992), que os nomes identificam objetos” (2002, p. 9).

Na relação entre a designação e a referência, por sua vez, o que se deve buscar é como um nome aparece referindo na ocorrência de um texto. Dessa forma, é importante observar de que maneira um nome está se relacionando, pela textualidade, com outros nomes “sob a aparência da substituibilidade” (2002, p. 27). Os modos de referir que se organizam em torno de um nome são maneiras de determiná-lo, de predicá-lo, e, ao fazê-lo, constroem a designação desse nome em jogo.

Acima, quando falamos em *determinar* e *predicar*, é importante demonstrar em qual sentido o autor utiliza essas operações. No texto “Domínio Semântico de Determinação”, de 2007, Guimarães afirma que quando se fala em determinar, logo vem à mente uma relação entre *determinado* e *determinante*, que ocorre em sintagmas nominais. Dessa forma, ela se difere da *predicação*, visto que esta última ocorre entre um sintagma verbal e sintagmas nominais. Como exemplo, tomemos os dois enunciados utilizados por Guimarães (2007, p. 78):

- 1) Esta estrada perigosa pode causar acidentes graves.
- 2) Esta estrada é perigosa, ela pode causar acidentes graves.

Nessas frases, o que devemos notar é que em (1) a relação entre *estrada* e *perigosa* demarca uma relação de **determinação**, enquanto que em (2), a mesma relação entre *estrada* e *perigosa* é demarcada pela **predicação**. Guimarães explica que essas relações são muito próximas. “De um certo modo, podemos dizer que, semanticamente, toda relação de predicação é, em certa medida, pelo menos, uma relação de determinação e vice-versa” (2007, p. 78), ressaltando o autor que a diferença entre as duas relações está na conexão do sintático com o semântico.

Vejamos um exemplo no qual o autor especifica a maneira segundo a qual essas relações configuram-se como fundamentais para seus pressupostos teóricos. Tomamos o mesmo exemplo do autor (2007, p. 80):

- i) As residências do bairro se destacavam dos barracos que ficavam no morro, ao longe. Os moradores de umas e outros raramente se encontravam.

A partir deste enunciado é possível afirmar que há uma relação de oposição residência e barraco. Diferentemente, se tomamos o exemplo:

- ii) As casas e os barracos do bairro mostram que as residências urbanas têm uma grande diferença de qualidade.

Neste enunciado, é possível concluir que casas e barracos são retomadas pelo termo residências, colocando-as, dessa forma, em um mesmo patamar. Este processo de retomada será chamado *reescrituração* pelo autor, e trataremos desde aspecto posteriormente com mais detalhes. Neste momento, é importante colocar que a palavra residência determina as palavras casa e barraco, isto é: a casa é uma residência e o barraco também é uma residência. Segundo a representação formal do autor, teríamos:

$$\text{CASA} \sqsupset \text{RESIDÊNCIA} \vdash \text{BARRACO}$$

Esta representação deve ser lida da seguinte maneira: a palavra residência é determinada por casa e barraco. Esta forma de apresentar a análise demonstra de que maneira é possível buscar o sentido de uma palavra e transformá-la em um DSD, e esse sentido pode somente ser estabelecido se depreendemos a relação que ela estabelece com um conjunto de palavras com as quais se relaciona dentro de uma unidade maior, o enunciado e o texto em si. “Nesta medida um DSD é uma análise de uma palavra. Ele representa uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o funcionamento do sentido da palavra no corpus específico” (2007, p. 81). Retomando o exemplo, o autor coloca uma nova pergunta para esclarecer sua análise: o que barraco *designa*? Responde o autor que esta palavra designa aquilo que esta palavra significa, a partir da relação desta palavra com outras, dentro da história de sua enunciação. No exemplo (i), portanto, a designação de barraco é o que o barraco significa em uma relação de antonímia com a residência. No exemplo (ii), no entanto, barraco designa o que o barraco significa enquanto determinado por residência.

2.3.4 A Reescrituração

Para complementarmos o funcionamento da designação, vejamos o que se constitui como o processo de reescrituração para Guimarães (2002). De entrada, reproduzimos o exemplo que é utilizado pelo autor para a demonstração deste procedimento. No fragmento:

“São cidadãos Brasileiros

1º Os que no Brasil tiveram nascido...”

Esta análise coloca em cena duas maneiras de observamos o artigo Os: uma anafórica e a outra dêitica. A intenção do autor é chamar atenção para o fato de que quando estabelecemos um ponto de análise, nesse caso Os, que se relaciona com o que é antecedente ao artigo, o que temos é “uma falta de relação unívoca” entre os dois pontos estabelecidos. Nesse caso, Os reescreve seu antecedente *São cidadãos Brasileiros...*, e essa reescrituração é constituinte do texto e do próprio sentido. Guimarães cita procedimentos como a anáfora, a catáfora, a repetição, a substituição, a elipse como procedimentos “de deriva”, e esta deriva se dá no estabelecimento de identificações de semelhanças, de correspondências, de igualdade, de retificações etc. “Quando uma forma se dá como igual/correspondente a outra (a anaforiza, a substitui etc), o sentido está se fazendo como diferença e constitui textualidade” (2002, p. 28). Nesse sentido, a proposta de funcionamento da reescrituração é que ela identifica algo do texto que possa ser interpretado como diferente de si. Olhar para a designação de um termo específico é ver como sua ocorrência no texto constitui predicacões sobre este termo, produzindo o sentido dessa designação. As reescriturações consistem, portanto, em

procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito. Assim a textualidade e o sentido das expressões se constitui pelo texto por esta reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia. (GUIMARAES, 2002, p. 29)

2.4. A GRAMMATICA PORTUGUEZA – CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES

Estamos pensando a gramática, segundo a fundamentação teórica que nos norteia, como um instrumento linguístico que afeta o simbólico e inaugura a produção do conhecimento linguístico no Brasil, isto é, a partir dos conhecimentos produzidos pelo programa de estudos da História das Ideias Linguísticas, a reflexão se dá sobre a gramática enquanto esse objeto que afeta as relações sociais - um objeto histórico.

Nesse sentido, segundo Orlandi (2002), a gramática é um dado que permite identificar os processos pelos quais acontece a “construção de “nossa” língua” (p. 124). Para a autora, as descobertas constatadas a partir da pesquisa de

gramáticas e dicionários que iniciam a descrição da língua do Brasil, recaem sobre a compreensão da identidade do sujeito que a fala. Dessa forma, depreendemos que o saber *sobre a língua* modula e reflete o próprio sujeito que está, de alguma maneira, com ela envolvida.

Nesta seção, evidenciamos a ligação intrínseca existente entre as primeiras gramáticas produzidas no Brasil e a identidade linguística e nacional que toma corpo a partir deste processo de gramatização do português no Brasil. Assim, nossa hipótese é a de que a gramática constitui-se como um lugar possível de reflexão da língua e da cultura brasileira: é um espaço no qual o discurso no/do Brasil é viável e gera muitos sentidos, além daqueles que são esperados por uma gramática, como a exposição didática de um recorte da língua. Em outras palavras, a hipótese é de que não somente a exposição didática de categorias linguísticas é apresentada nessas gramáticas específicas do final do século XIX brasileiro, mas também um esforço de tratar a língua com um diferencial em relação a Portugal, chamando para si a responsabilidade de construir um saber sobre a língua. Nesse sentido, essas gramáticas podem apresentar uma reflexão que transcende o conceito geral de gramática e que a revela como um espaço que se fez viável para colocar em cena as questões de ruptura com o clássico (com Portugal, portanto) e a identidade nacional. Dessa forma, tecemos algumas considerações sobre esta maneira de olhar para a gramática antes de partir para nossas análises.

A gramática, como dissemos, pode ser considerada grosso modo como um espaço de descrição e análise de uma determinada língua, que reflete a formação discursiva de um determinado autor que a produz. No entanto, esta classificação torna-se um tanto geral se levamos em consideração de que apenas um recorte em determinado espaço-tempo de uma língua é passível de análise. A gramática não é, e nem pode ser, portanto, *um compêndio que “imita” o funcionamento da língua utilizada pelos sujeitos*, mas sim *um recorte de determinada língua em um espaço-tempo determinados*.

Nas palavras de Auroux (1997, p. 245)

Seguramente, as ocorrências linguísticas existem, como também os sujeitos que falam e mais ou menos se compreendem, como também as gramáticas, e ainda muitas outras coisas como nossas casas, nossos hábitos, nossos objetos técnicos. No sentido comum de existir, só existe aquilo que está situado no espaço e no tempo.

O que queremos depreender desta fala do teórico francês é a noção de que a língua, como um fenômeno abstrato e social, “existe” na medida em que funciona em um determinado tempo e espaço.

A língua empírica não tem existência autônoma [...]; ela existe nas manifestações sonoras ou escritas sem se reduzir a elas, porque a característica de um enunciado linguístico é justamente a de não ser simplesmente uma vibração do ar de um ambiente (AUROUX, 1997, p. 247)

Segundo Auroux (1997), as manifestações linguísticas acontecem em uma fração de tempo na qual se equilibram sujeitos dotados de gramáticas passíveis de intercompreensão, em que, às vezes, coexistem artefatos técnicos como gramáticas ou dicionários. “Em outros termos, o espaço-tempo, em relação à intercomunicação humana, não é vazio, ele dispõe de uma certa estrutura, conferida pelos objetos e pelos sujeitos que o ocupam” (AUROUX, 1997, p. 247). A esta *estrutura* localizada no espaço-tempo de que fala Auroux, o autor denominará *hiperlíngua*.

Para discutirmos melhor este conceito, consideramos, a partir de Auroux, que a hiperlíngua não é considerada uma estrutura estável e sem desvios, um todo homogêneo e de simples compreensão, um recorte compartilhado por todos. Ao contrário, a hiperlíngua deve ser caracterizada pela instabilidade e heterogeneidade dos sujeitos que estão em contato com uma determinada língua, em um momento específico. “Em qualquer situação, ela [a hiperlíngua] é esta realidade última que engloba toda realização linguística e limita concretamente toda inovação” (1997, p. 247). Em outras palavras, a hiperlíngua *é um padrão de uso linguístico*, mais ou menos estável, que permite a intercompreensão entre os sujeitos e que é afetada, por sua vez, pelos usos desses sujeitos, é uma via de mão dupla: “Se os sujeitos não se compreendem, não há hiperlíngua” (AUROUX, 1997, p. 247).

Assim, segundo as reflexões do autor (1997), se todos os sujeitos tivessem acesso a todos os “lugares” da hiperlíngua, compreendendo-se entre si perfeitamente, a língua empírica (manifestações reais da língua) e a língua

gramatical (enunciados produzidos pela gramática) seriam coincidentes, não havendo espaço para a história: “não é da língua gramatical que se tem história (a língua gramatical pode ser datada, mas o tempo não é uma de suas dimensões intrínsecas), e sim da hiperlíngua” (1997, p. 247).

Desse modo é possível compreender em que medida Sylvain Auroux (1997) designa a gramática como “um conjunto de hipóteses sobre a estrutura de uma determinada hiperlíngua” (p. 247). O que “existe”, portanto, em termos de gramática, é a exposição de ocorrências linguísticas de um determinado espaço-tempo; fazendo a ressalva de que, segundo o autor, qualquer projeção diacrônica ou sincrônica da língua em forma de gramática é menos complexa e rica que a hiperlíngua em si, justamente pelo fato de os instrumentos linguísticos caracterizarem-se como uma *representação do real*. A gramática não é a língua, ela representa, de uma maneira específica, a língua.

A propósito deste conceito de hiperlíngua, Orlandi (2005), no texto “A língua brasileira”, parte da situação de tensão entre a língua portuguesa trazida pelas caravelas, e aquela que foi se configurando em território brasileiro, também chamada língua portuguesa.

Os efeitos desse jogo político, que nos acompanha desde a aurora do Brasil, nos faz oscilar sempre entre uma língua outorgada, legado de Portugal, intocável, e uma língua nossa, que falamos em nosso dia-a-dia, a língua brasileira. (ORLANDI, 2005, p. 1).

A autora propõe, para esta distinção entre a língua portuguesa de Portugal e aquela praticada no Brasil, a denominação de *língua imaginária* à língua intocável, outorgada, a língua de Portugal, designando, por sua vez, a língua do cotidiano brasileiro, diferente da de Portugal, como *língua fluida*. Desse modo, o conceito de língua fluida, a língua que circula e produz seus efeitos no compartilhamento entre seus falantes, aproxima-se ao conceito de hiperlíngua de Auroux (1997). A questão do compartilhamento linguístico, a referência, portanto, é possível porque há hiperlíngua. Para Auroux (1997, p. 249), “só há referência no interior de uma hiperlíngua”, e este processo de referenciação tem a ver com a coincidência da rede de relações e associações que é partilhada pelos sujeitos de determinada comunidade. Isto significa dizer que a compreensão entre os sujeitos é possível porque há o compartilhamento, mais ou menos estável, da referência, que é

parte constitutiva do que estamos aqui chamando de hiperlíngua. O sujeito tem acesso não a uma determinada língua, nessa perspectiva, mas a uma determinada hiperlíngua.

Partindo da ideia de que a hiperlíngua, embora mais ou menos estável, “permita” heterogeneidades que provocam historicidade, então é nesse sentido que a relação entre a gramática e o tempo constitui um viés importante para nosso trabalho: as gramáticas emergem em determinadas condições de produção que a possibilitam portar determinadas características. É dessa maneira que ela não é, propriamente, mas reflete - é constitutiva - do que chamamos de *espaço de enunciação*, segundo a formulação de Eduardo Guimarães (2002). Esse conceito liga-se de maneira importante ao nosso olhar sobre a gramática, pois trabalhamos na perspectiva do acontecimento enunciativo, o que coloca em evidência a relação do falante e a língua, “pois só há línguas porque há falantes e só há falantes porque há língua” (GUIMARÃES, 2002, p. 18). Para Guimarães, a relação entre os falantes e suas línguas não deve ser considerada empírica: “por exemplo, no Brasil se fala Português, na França, Francês, etc. Ou ainda, no Paraguai se fala o Espanhol e o Guarani” (2002, p. 18). Para ele, a relação entre falantes e línguas é frutífera para pensar de que maneira há um espaço que é regulado e disputado pela palavra; é o que se chama de espaço político. Dessa forma, os falantes são pessoas “determinadas pelas línguas que falam” (GUIMARÃES, 2002, p. 18), e por isso deve ser considerado como uma figura que é política, pois constitui-se segundo esses espaços de enunciação, que, em outras palavras, são “espaços *habitados* por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos politicamente pela equivocidade própria do acontecimento [...]” (GUIMARÃES, 2002, p. 18). Demonstramos, dessa maneira, que o acesso a hiperlíngua é dado por lugares diferentes, e são essas divisões que estabelecem o que pode ser dito.

Guimarães (2002) coloca um questionamento para pensar de maneira mais concreta o que seja o *espaço de enunciação*: O que é falar português no Brasil? Para ele, o ponto inicial dessa questão é considerar que a língua portuguesa é a língua *oficial* do Brasil, e, coincidentemente, a língua *nacional*, “ou seja, é elemento de identificação de sujeitos enquanto cidadãos do Estado” (2002, p. 21). Depreende-se que a argumentação do autor está no sentido de mostrar que, ao

mesmo tempo em que o enunciado “língua portuguesa é a língua oficial do Brasil” ressoa a ideia de unidade e identidade, coloca, por outro lado, que falar a língua portuguesa no Brasil é falar muitas línguas diferentes. “Esta relação está [...] regulada pelo fato de que a língua portuguesa não é praticada na extensão do território brasileiro em consonância com esta língua una do Estado: gramatizada, normatizada” (2002, p.21). O que existe, pois, é um efeito de homogeneidade linguística, institucionalizado pelo Estado em seus *aparelhos ideológicos*²⁸ como são as escolas, os jornais, os documentos oficiais. Por isso, o enunciado *a língua portuguesa é a língua oficial do Brasil* funciona, na verdade, como um *efeito* de homogeneidade, e não como uma verdade absoluta, visto a quantidade de línguas indígenas, dialetos, línguas de fronteiras etc. que foram/são faladas no Brasil.

Trabalhando a partir desta ideia de recorte que a hiperlíngua nos proporciona, a gramática, como instrumento linguístico, reflete essas *divisões políticas* constituintes das línguas por meio do sujeito autor da gramática, que é parte dessas divisões. Dessa forma, uma gramática, um dicionário, listas, tabelas ou outros estudos sobre a linguagem não podem ser considerados instrumentos analíticos neutros e estáveis, visto que o olhar do autor que produz tal instrumento é o olhar que também é parte dos espaços de enunciação e que possui determinados papéis sociais no meio em que vive.

Dessa forma, ao focalizarmos nossa atenção em uma gramática específica, a de Júlio Ribeiro, produzida ao final do século XIX, compreendemos que este material possui suas balizas e inovações dentro dos parâmetros que lhes permitem a *hiperlíngua*, o *espaço de enunciação* no qual circula e seu *momento histórico*: “diante desta realidade ambivalente, configuram-se novas situações enunciativas” (ORLANDI, 2002, p. 126). É nesse sentido que as gramáticas, embora sejam categorizadas, em geral, como um objeto de descrição linguística, diferem-se entre si: a realidade na qual está inserida provoca “situações enunciativas” e efeitos de sentidos particulares sobre a língua que descreve. Conceber que duas

²⁸ Compreendemos a noção de *Aparelhos Ideológicos* a partir da formulação de Althusser (1983), para quem esses *aparelhos* consistem em “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. [...] podemos desde já considerar como Aparelhos Ideológicos do Estado as instituições seguintes: o AIE religioso (o sistema das diferentes religiões); o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares); o AIE familiar; o AIE jurídico; o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos); o AIE sindical; o AIE da informação (imprensa, rádio, televisão etc.); o AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos etc.)” (p. 43-44).

gramáticas de língua portuguesa, uma produzida em Portugal e outra no Brasil, sejam similares, por exemplo, consiste em um equívoco quando levamos em conta esta “realidade ambivalente” mencionada por Orlandi (2002).

Assim, tocamos em um ponto central das discussões empreendidas nesta dissertação: a partir da ideia de identidade nacional que é crescente ao final do século XIX, como se pode caracterizar o português como língua nacional no Brasil? Isto é, a partir desta questão, que tem fundo na questão realizada por Orlandi (2001), de que maneira se dá esta “passagem” da língua portuguesa como língua oficial em território nacional. Esta tensão entre a língua portuguesa de Portugal e a língua portuguesa no Brasil coloca em jogo muitas questões que se principiam na língua e se dispersam em discussões como a de colonização, identidade e nação.

A autora divide em quatro os momentos históricos que são decisivos para compreender as condições de funcionamento do português no Brasil. A categorização abaixo é feita com base em Orlandi (2001, p. 22-24):

i) 1530 – 1654: nesse período, a língua portuguesa é utilizada por um pequeno número de pessoas, majoritariamente sujeitos letrados, senhores de terras e alguns poucos funcionários, sendo a língua dos índios predominante, neste período, e utilizada como língua franca. Embora o momento caracterize-se por lutas com outros povos, como os holandeses, que visavam a dominação do Brasil, a língua dos portugueses vinha sendo ensinada nas escolas católicas e utilizadas em alguns documentos, o que previa uma relação forte com a própria formação do Estado brasileiro;

ii) 1654 – 1808: com a expulsão dos holandeses das terras brasileiras e a chegada da família real portuguesa ao Brasil, o número de falantes de língua portuguesa aumenta sensivelmente, modificando o quadro de línguas coexistentes no Brasil. Acresce-se o fato de que, no mesmo período, com o desenvolvimento da escravidão, muitos negros aportaram ao país, adicionando outras línguas àquele contexto. Os portugueses que chegavam em massa ao país provinham de regiões distintas de Portugal, o que conduzia a

uma grande variedade regional de falares, também. Orlandi (2001, p. 23) afirma que desde o início do processo de colonização os portugueses tiveram relações diferentes com a sua língua no novo território, ao aumentar a utilização do idioma europeu, abafa-se a utilização de línguas francas de base indígena, fortalecendo o progresso da colonização. No entanto, com o contato inevitável entre as línguas naquele espaço de enunciação, fica difícil caracterizar uma forma específica, uma origem, para o português falado, agora, no Brasil. “Que português se fala?” (p. 23), é o primeiro índice, segundo Orlandi (2001), de historicização do português no Brasil, “o que o coloca em desvio na relação com a evolução linguística em Portugal”. O ensino da língua portuguesa, obrigatório, no Brasil desse momento histórico é uma prática relevante para perceber a interferência do Estado na língua: Marques de Pombal proibiu a prática de línguas indígenas nas escolas dos Jesuítas. “Neste novo espaço-tempo o português é a uma só vez a língua do Estado e a língua dominante” (ORLANDI, 2001, p. 23);

iii) 1808 – 1826: além do aumento da população de portugueses no Brasil, Dom João VI cria em 1808 a imprensa no Brasil, que até então era proibida, e funda a Biblioteca Nacional, instituições estas que possuem o dever de promover e desenvolver a vida cultural e intelectual com base nas práticas portuguesas. “Resulta disso um efeito de unidade do português no Brasil. [...] é a língua do Rei cujo governo tem sede no Rio de Janeiro, então capital do Reino Português” (ORLANDI, 2001, p. 23);

iv) 1826 - : a quarta e última divisão histórica proposta por Orlandi (2001) inicia-se em 1826, quatro anos após a Independência do Brasil proclamada em 1822, com a proposta de que os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em *linguagem brasileira*. Após essa proposta, muitas foram as discussões em torno do nome da língua, e uma lei estabelece que os professores devem ensinar a ler

e escrever a *língua nacional*. Essas nomeações mostram de que maneira “solucionava-se” o impasse do nome da língua que se falava no Brasil, utilizando termos como *língua nacional*, por exemplo, evitava-se nomeá-la como *língua portuguesa* ou *língua brasileira*. É importante frisar que a nomeação da língua não significava apenas a sobreposição de uma língua sobre a outra, mas, sobretudo, esta era uma relação da língua enquanto símbolo de nacionalidade. “E é neste sentido que será percebida a diferença da língua no Brasil em relação à língua em Portugal” (ORLANDI, 2001, p. 24). O segundo período de gramatização do português brasileiro, ao final do século XIX, é um fato importante justamente pela relação entre a identidade brasileira e uma língua que possui seus próprios instrumentos linguísticos, diferentes dos de Portugal.

Ainda segundo Orlandi (2001, p. 24), essa tomada de posição dos brasileiros em relação a sua língua não significa que a gramática produzida ao final do século XIX fosse exatamente “uma outra gramática”, um instrumento linguístico absolutamente diferente e inovador, mas que estas gramáticas possuem suas inovações devido ao momento histórico em que foram produzidas, no sentido do distanciamento, sintomático, da tradição gramatical portuguesa. Esta é uma questão importante para refletir a partir do corpus selecionado: qual a concepção de gramática que Júlio Ribeiro filia-se na composição de sua *Grammatica Portugueza*? Quais são as “inovações” que o autor apresenta? Quais elementos são constitutivos de sua obra?

Para estabelecermos algumas respostas a essas perguntas colocadas, voltemos ao momento em que uma nova tomada de posição dos gramáticos brasileiros em relação à língua brasileira era praticada ao final dos oitocentos guiados pelo conceito da construção da identidade nacional e influenciados pelas novas correntes teóricas que aportavam ao Brasil. Autores de gramáticas daquele momento como Maximino Maciel, João Ribeiro, Pacheco Silva, Lameira de Andrade, Said Ali e Júlio Ribeiro disseminavam a prática do método histórico-comparativo na produção de seus trabalhos, afastando-se, ou pelo menos desejando afastarem-se, do modelo da gramática filosófica praticada pelos “antigos

gramáticos portugueses Soares Barbosa, Bento de Oliveira, Lage e outros” (ORLANDI, 2001, p. 26). Dessa maneira, com a filiação a um novo método, muitos autores da época que seguiam filólogos estrangeiros “dedicaram-se a difundir as novas doutrinas seja no ensino privado seja em diversas publicações”. Orlandi (2001) explica, entretanto, que embora houvesse o distanciamento das gramáticas produzidas em Portugal de orientação filosófica, Júlio Ribeiro constrói uma fundamentação teórica, em sua gramática, calcada nos preceitos de William Whitney, demonstrando esse afastamento, no entanto, segundo a autora, “Júlio Ribeiro tem uma relação muito nítida com a gramática filosófica na tendência de Port Royal” (2001, p. 29). Essa relação “muito nítida” que afirma Orlandi (2001) entre Júlio Ribeiro e a gramática filosófica de Port-Royal se dá na concepção de gramática, pois, para o autor mineiro “a linguagem é a expressão do pensamento por meio de sons articulados” (RIBEIRO, 1881). Observamos, dessa maneira, que embora esse momento histórico brasileiro revelasse uma “necessidade” de renovação nos estudos da língua, alguns tradicionalismos não evitavam ser aderidos.

O modelo de gramática filosófica como a de Port-Royal entrava em decadência conforme emergia ao cenário dos estudos da linguagem um novo método de estudo: a comparação.

Ao final do século XVIII, em 1786, o inglês William Jones traria à cena as afinidades entre línguas como o grego, o latim, o persa e o sânscrito, registrando o prelúdio daquilo que viria a se desenvolver sob o nome de método histórico-comparativo. William Jones (1746-1794) foi um juiz inglês que trabalhou muitos anos na Índia, na administração colonial britânica. Segundo Faraco (2005), na obra *Linguística Histórica*, devido ao seu interesse por línguas, Jones “apresentou uma comunicação à Sociedade Asiática de Bengala, destacando as inúmeras semelhanças entre o sânscrito, o latim e o grego” (p. 132).

O que se desencadeia após Jones é uma série de estudiosos interessados em não somente descrever as comparações entre as línguas, mas também sistematizar tais comparações e objetivar um fim – desvendar uma “língua mãe” de todas as línguas. Dessa forma, após a conferência de William Jones fundou-se em Paris, em 1795, a chamada Escola de Estudos Orientais, que foi reconhecido como um centro notável de pesquisas e na qual estudaram os alemães

Friedrich Schlegel e Franz Bopp, conhecidos por desenvolver a gramática comparativa.

Friedrich Von Schlegel, em 1808, com a obra *Über die Sprache und die Weisheit der Indier*²⁹, dá início ao estudos comparativistas na Alemanha. Na obra, o autor “reforçou a tese de W. Jones sobre o parentesco do sânscrito com o latim, o grego, o germânico e o persa, parentesco este que se evidenciava não só a semelhança entre raízes lexicais, mas principalmente nas semelhanças entre as estruturas gramaticais” (FARACO, 2005, p. 133).

Foi o estudioso Franz Bopp, em 1816, com a obra *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache: In Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache*³⁰, que levou às últimas consequências a sistematização de línguas semelhantes a partir de um aprofundado estudo morfológico que evidenciava uma correspondência entre as línguas envolvidas em seu trabalho. Este estudo foi um marco para a linguística apresentando um “fundamento para se revelar empiricamente [um] efetivo parentesco” (FARACO, 2005, p. 134) entre as línguas. Emergia, assim, o método comparativo, e foi Jacob Grimm que se utilizou do estudo desenvolvido por Bopp e colocou-o em funcionamento em outra obra importante para a linguística histórica. Na obra *Deutsche Grammatik*³¹ (1819), Grimm “interpretou a existência de correspondências fonéticas sistemáticas entre as línguas como resultado de mutações no tempo” (FARACO, 2005, p. 135). A atenção para a sucessão histórica foi o diferencial da obra de Grimm da de Bopp. Estudando o ramo germânico das línguas indo-europeias, Jacob Grimm possuía dados de quatorze séculos, e dessa maneira estabeleceu uma pesquisa histórica sobre a sucessão das formas que ele tinha como objeto. “Aliou-se, desse modo, ao empreendimento comparativo o histórico, donde vem a denominação que se costuma das à linguística do século XIX: gramática ou linguística histórico-comparativa” (FARACO, 2005, p. 135).

Para os interesses de nosso trabalho, é impossível não fazer referência a outro estudioso alemão, atuante no século XIX, que possuía uma orientação fortemente naturalista, além das bases histórico-comparativas que vimos acompanhando até aqui. August Schleicher (1821-1868) era botânico de formação e

²⁹ Sobre a língua e a sabedoria dos hindus.

³⁰ Sobre o sistema de conjugação da língua sânscrita em comparação com o da língua grega, latina, persa e germânica.

³¹ Gramática alemã.

um grande influenciado pela obra de Darwin. “Schleicher formulou uma concepção que tomava a língua como um organismo vivo, com existência própria fora de seus falantes, sendo sua história vista como uma “história natural”” (FARACO, 2005, p. 137). Adepto da ‘lei da natureza’, o autor alemão propôs uma tipologia das línguas e uma classificação genealógica³² destas. Ficou muito conhecido por sua tentativa de reconstrução ao que ele chamava de *Ursprache*, que nos explica Faraco (2005) ser este termo correspondente a um estágio de “língua remota”, isto é, o estágio inicial de onde derivaram as línguas que constituem a família indo-europeia de línguas. Júlio Ribeiro foi fortemente influenciado por Schleicher tanto em sua gramática com em seus textos publicados em jornal, como veremos adiante.

Podemos dizer, para fechar esta breve apresentação ao método histórico-comparativo, que estes foram os autores mais importantes que colocaram à luz uma nova maneira de estudar a língua àquela época. Faraco (2005) afirma que o método comparativo foi criado pela linguística do século XIX a partir da observação e comparação sistemática entre línguas que apresentavam semelhanças, embora pudessem ser distantes geograficamente. “O resultado primeiro do método foi o estabelecimento do parentesco entre as línguas indo-européias e a reconstrução hipotética da situação linguística de estágios ancestrais não-documentados, a chamada protolíngua da família” (FARACO, 2005, p. 125).

Júlio Ribeiro encontra-se fortemente ligado aos preceitos dos comparatistas, ao biologicismo do final do século XIX, e à razão e o método de Taine. Todavia, rastros da gramática filosófica ainda serão encontrados na composição de sua gramática, revelando que concepções arraigadas nas práticas linguísticas de até então, teriam seus ecos ainda ao longo da história.

A grande produção de instrumentos linguísticos brasileiros do período que estudamos ganha força e intensidade conforme o trabalho intelectual de institucionaliza: “Com efeito, é pela Escola, pelos debates, manuais, publicações em geral que se formulará esta relação da ciência e da língua com a formação da Nação” (ORLANDI, 2001, p. 28). As escolas e os jornais, por exemplo, funcionam como espaços de linguagem em que esse saber entra em debate, é promovido pelos sujeitos ao mesmo tempo em que ganha circularidade. Orlandi (2001) cita o

³² Segundo Faraco (2005, p. 138), a classificação genealógica proposta por Schleicher era conhecida pelo termo, em alemão, *Stammbautheorie*, ou “Teoria da árvore genealógica”, no qual o autor fez uma divisão das línguas indo-europeias em segmentos cada vez menores com o objetivo de chegar a uma língua-mãe.

exemplo do “Programa de Português para os Exames Preparatórios”, organizando em 1887 por Fausto Barreto, professor no Colégio Pedro II³³, a pedido do Diretor Geral da Instrução Pública. O fato interessante é a aparição de inúmeras gramáticas que preenchem as necessidades requeridas pelo programa, que “respeitam [suas] instruções e dizem querer romper com a tradição portuguesa da gramática filosófica” (ORLANDI, 2001, p. 25). Dessa maneira, a partir do Programa de Português, as gramáticas que se seguiam rumavam os estudos sobre a língua no Brasil em direção às novas doutrinas, em resposta às necessidades que o Programa apresentava. Daí o papel fundador da gramática no Brasil do final do século XIX, ao mesmo tempo em que trabalha e expõe a língua portuguesa aos “novos moldes” aos quais se filiavam seus autores (da gramática filosófica ao método comparativo), possibilita a legitimação da mudança para o “novo”, não somente nos métodos adotados, como nas apresentações nas quais descreviam a importância de sua obra e de que maneira aquela constituía-se como um divisor de águas para a nação brasileira.

Assim, a noção do que significa ser *autor de gramática* neste período adquire muitas dimensões. A partir da classificação de Orlandi (2001), na qual “[...] ser autor de uma gramática é ter uma responsabilidade como homem de ciência e ter uma posição de autoridade em relação à singularidade do português no Brasil” (p. 28), podemos pensar que o autor adquire uma função *inaugural* de autor que fará circular saberes sobre a língua. Nesse sentido, concordamos com a autora ao afirmar que em meio à situação de gramatização do português no Brasil, o autor da gramática atesta a existência de uma *função-autor-brasileiro*, o que significa uma posição autoral que transita entre o “novo” e a afirmação da unidade. Embora se

³³ Segundo o site oficial do Colégio Pedro II, a instituição foi a primeira escola de instrução secundária oficial no país, o que classifica-o como um projeto importante do processo civilizatório do Império, construção do Estado e a formação da nação brasileira. Além de seu pioneirismo, o colégio é conhecido por empregar professores de renomes, altas anuidades e um distinto programa de ensino de base clássica e tradição humanística, fatores esses que aportavam a responsabilidade de entregar à sociedade sujeitos com alto nível de desenvolvimento intelectual para contribuir com o país. A título de exemplo, alguns professores que passaram pelo Colégio Pedro II foram: Júlio Ribeiro, Joaquim Manoel de Macedo, Antônio Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Farias de Brito, Carlos de Laet, Silvio Romero, João Ribeiro, Eugênio de Raja Gabaglia, Escragnolle Dória, José Veríssimo, José Oiticica, Álvaro Lins, Waldemiro Postch, Delgado de Carvalho, Pedro Calmon, entre outros; e, entre alguns alunos notáveis, destacam-se os nomes de Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco, Visconde de Taunay, Vieira Fazenda, Washington Luis, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Hermes Fonseca, Carlos de Laet, Raul Pederneiras, Antenor Nascentes, Manuel Bandeira, Vicente Licínio Cardoso, Fernando Segismundo, Pedro Nava, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Atayde), Mário Lago, Gilberto Braga, entre outros.

pareça contraditório, a autora explica que esta é uma maneira de dizer que a gramatização brasileira da língua portuguesa se difere da que é praticada em Portugal, e nesse sentido, o “novo” e a afirmação de unidade coexistem em uma dinâmica que é integrativa, mas também, e, sobretudo, especificadora.

A institucionalização desse saber linguístico brasileiro pode ser notado, como sabemos, por meio dos espaços de comunicação comuns à época, como jornais, revistas e também instrumentos linguísticos. Nesse sentido, o prefácio de gramáticas e dicionários desse período configura-se como espaço de grande importância para a constatação da mudança de rumos que trilhava a sociedade letrada brasileira. O prefácio constitui-se como o lugar possível da argumentação do autor em relação à obra que será apresentada, é o prelúdio do conteúdo e da maneira como se pretendeu trabalhar a perspectiva teórica, as crenças; enfim, a formação discursiva³⁴ do autor está presente ali. Ele funciona como um prolongamento da obra em si, localiza-a no mundo.

Para o teórico francês Gerard Genette (2009, p.10), na obra *Paratextos Editoriais*, há muitos elementos que compõem o que o autor designa como *paratextos*.

Título, subtítulos, intertítulos; prefácios, preâmbulos, apresentação, etc.; notas marginais, de rodapé, de fim; epígrafes; ilustrações; dedicatórias, tira, jaqueta [cobertura], e vários outros tipos de sinais acessórios, [...], que propiciam ao texto um encontro (variável) e às vezes um comentário, oficial ou oficioso, do qual o leitor mais purista e o menos inclinado à erudição externa nem sempre pode dispor tão facilmente quanto ele gostaria e pretende.

Nesta perspectiva colocamos o prefácio da *Grammatica Portugueza* de Ribeiro como elemento constitutivo, e muito relevante, de sua obra, pois enceta seu posicionamento enquanto gramático e legitima um espaço de autoria.

³⁴ Definimos *formação discursiva* a partir de Orlandi (2000), que a considera como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (p. 43), dessa forma compreendemos que o sentido “não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (p. 42).

A capa da Grammatica Portugueza

Especificamente no caso da nona edição³⁵ da *Grammatica Portugueza*, não somente o prefácio mostra-nos conteúdo pertinente para a compreensão de obra do autor, mas também a primeira capa e a introdução. Na capa da gramática, após o título da obra, Ribeiro elenca três citações, de três autores diferentes, que encabeçam o espírito de sua obra e balizam, de alguma maneira, suas ideias. Olhar para um elemento constitutivo da gramática como é a capa, por exemplo, justifica-se pela presença de alguns itens que são muito específicos da cena enunciativa específica na qual a gramática de Júlio Ribeiro é produzida. “Para nós, o sentido de uma expressão pode ser analisado como seu modo de integração num enunciado, enquanto elemento de um texto” (GUIMARÃES, 2005, p. 26), é nessa perspectiva do linguista brasileiro que encontramos uma maneira frutífera de compreender os sentidos que são colocados, de entrada, pela capa, esses sentidos são partes integrativas do texto.

A primeira referência é Duarte Nunes do Leão, historiador, linguista e jurista português, nascido Évora, por volta do ano de 1530, e falecido em Lisboa, em 1608. Dono de obras reconhecidas em território português, no campo dos estudos linguísticos publicou, em 1576, a *Ortografia da Língua Portuguesa*, que se assumiu como obra fundamental para os estudos ortográficos portugueses. As palavras de Duarte Nunes do Leão citadas por Ribeiro aproximam-se de uma espécie de compartilhamento da mesma opinião, as quais dizem: “Tentei ensinar aos meus naturaes o que eu de outrem não pude aprender” (*apud* RIBEIRO, 1910). É nesta perspectiva didática (a noção de *ensinamento* é predominante no enunciado) que o autor brasileiro utiliza-se das palavras do português, sua gramática destina-se a contribuir no aprendizado da língua portuguesa por seus compatriotas, coisa que o autor afirma não ter aprendido outrora com outras obras.

A segunda citação, de Émile Littré, evidencia o método histórico-comparativo como a prática reconhecida e utilizada por Ribeiro: “Pour les langues, la méthode essentielle est dans la comparaison et la filiation. – Rien n’est explicable dans notre grammaire moderne, si nous ne connaissons notre grammaire

³⁵ A edição que utilizamos para as análises nesse trabalho é a nona, do ano de 1910, sendo a primeira edição, conforme dito no início do trabalho, de 1881.

ancienne”³⁶ (*apud* RIBEIRO, 1910). Com referência explícita à questão do “*méthode essentielle*” para se trabalhar com as línguas, o comparativismo de Littré influencia e norteia a obra do autor, distanciando-a de outros métodos tradicionalmente aplicados no estudo da língua, como a gramática filosófica, por exemplo. A filiação ao método é evidenciada quando o autor francês referencia a gramática antiga como uma espécie de “ponto de partida” para a compreensão dos fatos linguísticos da gramática moderna, colocando em cena a necessidade da comparação. Francês, nascido em Paris a 1801, Émile Maximilien Paul Littré foi lexicógrafo e filósofo, consagrando-se com seu *Dictionnaire de la langue française* e também reconhecido como um grande adepto ao método histórico-comparativo, como é possível notar.

Por fim, a última citação apresentada na capa é de François Guizot, primeiro ministro da França no período entre 1847 e 1848, foi também historiador. Como ministro da instrução pública, Guizot foi responsável pelo estabelecimento da primeira cátedra de Direito Constitucional, na faculdade de Direito de Paris, em 1834, segundo o *site* da Academia Francesa. As palavras de Guizot emprestadas por Ribeiro: “En aucune chose, peut-être, il n’est donné à l’homme d’arriver au but; sa gloire est d’y avoir marché”³⁷ (*apud* Ribeiro, 1910), evidenciam que à sua obra é dada essa glória de estar percorrendo um caminho para a construção do conhecimento linguístico, isentando-se de uma possível crítica que possa apontar determinadas falhas ou incompletudes de sua gramática.

Recuperamos, ao olhar para as citações presentes na capa, a noção de *textualidade* tal como é trabalhada por Guimarães (2002), para quem “considera que os fatos de linguagem não podem ser reduzidos aos enunciados, às frases” (p. 1). Dessa forma, a noção de textualidade é colocada como um elemento que é mais abrangente do que são os enunciados ou as frases. Para Guimarães, a textualidade tem que ver com a posição-autor do texto, e “esta posição-autor assume como sua as palavras que de direito são do interdiscurso” (p. 1). A operação fundamental da textualidade é “construir como unidade o que é disperso” (GUIMARÃES, 2002, p. 1).

Nesse sentido, a posição-autor de Júlio Ribeiro como gramático, como homem ilustrado, traz logo de entrada, pela capa, algumas filiações e sentidos que endossam seu posicionamento de ruptura (como a citação de Littré, por

³⁶ Para as línguas, o método essencial está na comparação e na filiação. Nada não é explicável em nossa gramática moderna, se não conhecemos nossa gramática antiga (tradução nossa).

³⁷ De alguma maneira, talvez, não é dado ao homem a glória de chegar ao fim, mas a de estar no caminho.

exemplo, que demonstra a necessidade da comparação e do retorno à gramática histórica, reveladoras da *evolução* das línguas), e a noção de ensinamento, emprestada do português Duarte Leão, que apontam para a construção de um instrumento linguístico que é voltado ao ensino e também fonte de novas influências para ensinar o que se propõe.

Dedicatória

Seguida da capa, a dedicatória da *Grammatica Portugueza* contempla três grandes nomes da história e dos estudos linguísticos: Luiz de Camões, Friedrich Diez e Emile Littré, sendo este último citado também na capa. Ressaltamos a referência a Friedrich Diez, filólogo alemão nascido em 1794. Contamos sua história que Diez, apesar de seu interesse em literatura e poesia, seguiu a vontade dos pais, que o levou ao estudo do Direito. No entanto, em visita a seu amigo Johann Wolfgang Von Goethe, o autor teria sido advertido pelo amigo sobre o rico campo de estudos que a literatura provençal vinha se mostrando à época. Seguindo o conselho de Goethe, Diez teria abandonado os estudos em Direito para aprofundar-se em literatura românica. Dessa maneira, o autor consagrou-se como fundador da filologia românica, fato este que o levou a ser professor na cidade de Bonn, e lhe rendeu a publicação de obras como a *Grammar of the Romance Languages* (1836-1844), e o *Etymological Dictionary of the Romance Language* (1853). Nessas obras, o autor trabalhou sistematicamente com o grupo de línguas românicas, comparativamente, inserindo-o como seguidor do método histórico.

É possível conjecturar que a dedicatória a Diez se dá, não somente por sua notabilidade no que se refere à questão dos estudos linguísticos, mas, sobretudo, pela dedicação ao trabalho do grupo de línguas românicas, do qual deriva a língua portuguesa, objeto de análise de Júlio Ribeiro.

Seguidos de Diez, a gramática é ainda dedicada aos “mestres”, nas palavras de Ribeiro, André Lefèvre, Michel Bréal, Adolpho Coelho, Theophilo Braga e Camilo Castelo Branco, bem como aos “distinctísimos professores” Vieira de Almeida, Thomaz Galbardo e Seraphim de Mello.

A dedicatória, compreendida como elemento constitutivo do texto, fornece, assim como a capa, citações e filiações que geram e direcionam sentidos.

Além das citações na capa e das dedicatórias, que localizam nomes da história e dão um tom de cientificismo e legitimidade da obra, o que se segue, ainda antes da Introdução da gramática, são fragmentos de cartas de três remetentes diferentes: Antonio José Viale, Ruy Barbosa e André Lefèvre. Os fragmentos epistolares apresentados na gramática funcionam, junto às citações e dedicatórias, como uma espécie de legitimação da obra. Esta valorização, uma consagração, se dá por meio da exposição de fragmentos de discursos extremamente positivos em relação à obra apresentada.

Li com grande satisfação a nova Grammatica Portugueza do professor paulista, o sr. Julio Ribeiro. Aprendi nella muita e muita cousa. Na minha opinião, leva a palma a quantas grammaticas portuguezas conheço, algumas das quaes tenho approvedo na junta central de instrução publica, de que sou vogal. (apud RIBEIRO, 1910, p. III-IV)

Segue, após apreciação de Antonio José Viale, o comentário de Ruy Barbosa:

Louvres ao nosso distincto philologo, o sr. Julio Ribeiro, pela intelligencia com que comprehendeu e traduziu esta nova direcção (a de Whitney) dos estudos grammaticaes. Grammatica, diz elle, é a exposição methodica dos factos da linguagem. (apud RIBEIRO, 1910, p. IV)

Outro fator importante é a apreciação de André Lefèvre, autor francês, sobre a *Grammatica Portugueza* – ser estrangeiro é altamente significativo ao empreender o parecer da gramática brasileira, revelando uma circulação que é também internacional - é uma obra que adquiriu outras dimensões além do território brasileiro. Esses itens colaboram para a construção do sentido de cientificismo, relevância e divisor de águas que a obra de Ribeiro ganhou a partir de sua publicação.

A Introdução

Os nove enunciados que compõem a Introdução da *Grammatica Portugueza*, é necessário dizer, são afirmações densas e curtas, assertivas, produzidas em ordem direta, e que funcionam a favor de um didatismo e de uma demonstração das filiações sob as quais nasce a gramática do autor. É conveniente

notar que, dentre os nove enunciados que constituem a Introdução, cinco são colocados na mesma ordem: sujeito – verbo de ligação – predicativo do sujeito, como se vê logo abaixo no exemplo (1). Esta estrutura propõe um enunciado que se estabelece com aparência de verdade absoluta, indiscutível, sem a presença de modalizadores, por exemplo, ou usos que possam gerar qualquer tipo de ruído na compreensão do próprio enunciado.

Para as análises que ora empreendemos, utilizaremos como base esses 5 enunciados.

Na cena enunciativa particular do final do século XIX brasileiro, tais afirmações ganham destaque pelo ato de apresentar e apreciar uma nova tendência teórica na gramaticografia brasileira.

O primeiro enunciado da Introdução de Júlio Ribeiro traz a seguinte afirmação:

1) Grammatica é a exposição methodica dos factos da linguagem.
--

Nesse caso, a gramática aparece ligada a uma definição geral de sua função, revelando a concepção na qual trabalha o autor. A predicação “é a exposição methodica dos fatos da linguagem” designa um sentido novo para o que seja fazer gramática neste momento histórico específico, no qual é abandonado o tratamento da gramática de abordagem filosófica, como metafísica, como diria Ribeiro. Neste enunciado, os termos “exposição methodica” e “factos da linguagem” referem-se ao universo naturalista e comparativista, correntes estas as quais o autor possuía forte ligação. Essa evidência pode ser notada também pelo uso, não por acaso, de vocábulos como “metódico” e “fato”, por exemplo, que inspiram noções de que a gramática é produzida segundo um conjunto de regras específicas (um método), e não de qualquer maneira, como convém o autor. No caso do vocábulo “fato”, esse termo funciona no enunciado como um elemento muito importante, pois recorta em si o objeto com o qual o autor vai trabalhar: os fatos de linguagem. O termo ‘fato’ se coloca na enunciação como algo da ordem do que é real, do acontecimento, daquilo que existe em matéria de linguagem – as ocorrências linguísticas de que fala Aurox (1997). Dessa maneira, o mesmo vocábulo gera uma divisão entre o que será o material de análise (o fato, as ocorrências linguísticas), e

aquilo que não será objeto da concentração do gramático, neste caso, o que se opõe ao *fato linguístico* pode ser o sistema³⁸, as potencialidades da língua.

Observamos, assim, que ao estabelecer a referida afirmação como o primeiro enunciado de apresentação em sua Introdução, Ribeiro recorta um novo sentido de gramática para os estudos de linguagem brasileiros.

Da mesma maneira, as afirmações 5, 6, 7 e 8 são construídas conforme a primeira: em ordem direta, de forma clara e concisa:

5) A grammatica é geral ou particular.
6) <i>Grammatica geral</i> é a exposição methodica dos factos da linguagem em geral.
7) <i>Grammatica particular</i> é a exposição methodica dos factos de uma língua determinada.
8) <i>Grammatica Portugueza</i> é a exposição methodica dos factos da língua portugueza.

Algo necessário a ser notado é que os enunciados (1), (5), (6), (7) e (8), presentes na Introdução, parecem funcionar como respostas possíveis a uma pergunta inexistente na gramática, mas plausível de ser colocada por nós: *O que é a gramática?*

Ao estabelecer (1), (5), (6), (7) e (8) como definições de gramática, é possível notar algumas relações de sentido que *predicam* e *determinam* esta gramática, no sentido em que são concebidas essas operações por Guimarães (2007).

Nessa tomada de posição na qual o autor estabelece tais definições, presume-se um interesse de esclarecimento da perspectiva a qual será por ele trabalhada. Em parte, é possível constatar que as assertivas evidenciam uma posição de Locutor, que se reconhece como a fonte do dizer. O lugar social do qual L enuncia é uma posição de *Locutor-professor*, pode-se dizer, e é demonstrada por

³⁸ Estamos considerando 'sistema' neste trabalho segundo a formulação de Saussure, no *Curso de Linguística Geral* (1916), que é comparada a um jogo de xadrez pelo linguista, e é explicado por Carvalho (2010), que "as peças de um jogo de xadrez são definidas unicamente segundo suas funções e de acordo com as regras do jogo" (p. 62).

alguns aspectos formais dos enunciados referidos acima, como a utilização do esquema sintático SUJEITO + VERBO DE LIGAÇÃO + PREDICATIVO DO SUJEITO e a não utilização de modalizadores, por exemplo, que evidenciam que os enunciados funcionam como definições científicas, e, portanto, são colocadas com menos visibilidade à crítica. Dessa forma, podemos afirmar que este *locutor-professor* utiliza-se de um *enunciador-universal* como um argumento que sustenta a enunciação. “O que aí se enuncia não se enuncia como independente da história, mas como fora da história, como válido para qualquer fato como aquilo que vai dirigir os fatos” (GUIMARÃES, 2002, p. 29).

Ao dizer “A gramática é [...]”, este enunciado recupera-se, em si, memórias de “passado de dizeres” (GUIMARÃES, 2002, p. 11) sobre a constituição de outras gramáticas, o que autoriza ao enunciador designá-la segundo algumas possibilidades que não são infinitas, mas restritas às possibilidades de definição que são compatíveis com o objeto gramática. Ao mesmo tempo que a gramática é definida por memórias de outras gramáticas, sua definição inclui uma “projeção de futuro”, segundo as palavras de Guimarães, o que significa dizer que em “A gramática é [...]”, são recortados novos sentidos, a partir da memórias de sentidos para a gramática, que possibilita posicioná-la como *inaugural* nas gramáticas brasileiras. Isto é, a gramática é designada enquanto gramática a partir dos aspectos formais, analíticos, discursivos que caracterizaram as gramáticas. No entanto, o *novo*, a *ruptura* de tendências e a *inauguração* do brasileiro como agente construtor de seus instrumentos linguísticos são colocados a partir de definições como “A gramática é [...]”, que legitimam o lugar de locutor-professor-brasileiro que é autorizado a definir e ressignificar o que seja a gramática, no Brasil, a partir da filiação a novas tendências, como é método histórico-comparativo, por exemplo, muito presente na obra de Ribeiro.

Expusemos, na primeira parte do trabalho, que o recorte temporal que nos interessa é o final do século XIX e início do século XX, período no qual a gramatização brasileira do português acontece com vigorosidade. Assim, trazendo para nossa análise a noção de gramatização já apresentada, Orlandi (2002, p. 128) reflete sobre as circunstâncias nas quais a gramática, neste período, é tomado como um objeto fundador: “A gramática, nessas condições, é instrumento de legitimação, dá foros de universalidade, significa o direito à unidade (imaginária) constitutiva de

toda identidade”. A gramática de Júlio Ribeiro é inscrita nesse processo de legitimação da língua, portanto. O autor brasileiro

se qualifica, na história da gramatização, como um lugar de referência absoluto, aquele que significa um discurso fundador da história da gramática brasileira. Júlio Ribeiro, ao recusar a tradição estabelecida por J. S. Barbosa e ao definir a gramática como “exposição metódica dos fatos da linguagem” estabelece a ruptura que será mencionada por todos os gramáticos quando querem fundar uma filiação de gramática brasileira (ORLANDI, 2002, p. 131)

É assim que articulamos os dizeres de Orlandi, acima, com a posição *locutor-professor-brasileiro* que utiliza como argumento um *enunciador-universal* para estabelecer novos direcionamentos para a gramática brasileira a partir de uma formulação sobre o que seja a gramática, que se pretende diferir, sobretudo, das tendências de gramáticas portuguesas. Essa posição de inovação encontra subsídios no mecanismo de citação de autores ao qual o autor brasileiro é filiado, e, para Orlandi (2002, p. 132), isso não se trata apenas de demonstrar quais são as influências de autores nacionais ou estrangeiros sobre Júlio Ribeiro, por exemplo, “mas de considerar como nossos autores se filiam a linhas de reflexão linguísticas para poder formular suas ideias e constituir o nosso pensamento gramatical, assim como a ideia de uma língua nossa, no Brasil”. Orlandi mostra, portanto, que a abundância das citações em autores dessa época – destacamos Júlio Ribeiro – aponta para uma “liberdade” maior para poder filiar-se a linhas de reflexões que funcionem como base para a instrumentação linguística brasileira, diferente das filiações e reflexões produzidas acerca da língua portuguesa em Portugal. A gramática de Ribeiro não pode ser categorizada como um instrumento meramente normativo, nessa época. Na afiliação às ideias de autores como Friedrich Diez, Emile Littré e William Whitney, por exemplo, afirmam, como diz Orlandi (2002), que os gramáticos brasileiros dessa época dialogavam com as ciências da linguagem, o que demonstra que o interesse desses gramáticos não era a *normatização* acima de tudo. Esse diálogo com as ciências da linguagem revelam uma maturidade para o pensamento linguístico que era desenvolvido no Brasil daquele período.

Desse modo, podemos afirmar que Júlio Ribeiro é não apenas uma figura emblemática em relação ao nosso processo de gramatização mas, pelas suas qualidades intelectuais e sua contemporaneidade ao pensamento linguístico, um gramático que já nos coloca [o Brasil] no campo da reflexão geral sobre a língua. (ORLANDI, 2002, p. 137)

Dessa forma, para concluir, Orlandi afirma que ao notar essa filiação de ideias na qual se inscreve a obra de Júlio Ribeiro, a “criação” de uma norma – “A gramática é [...]” – funciona como a *afirmação de uma legitimidade*, “e não apenas a imposição coercitiva que regula os falantes (normatividade)” (ORLANDI, 2002, p. 137). Sendo assim, é nessa ruptura com a gramática filosófica e com as tendências portuguesas gramaticais que reside o espaço de diferença proposto por Ribeiro – é neste espaço que se possibilita a enunciação da gramática segundo um locutor-professor-brasileiro que é autorizado a dar novos sentidos para a gramática gerando um espaço de escrita nacional.

2.4.1 AS CARTAS SERTANEJAS – CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES

Na primeira parte de nosso trabalho, mostramos de que maneira a imprensa contribui para uma reconfiguração das práticas sociais a partir da possibilidade de reprodução em larga escala de um mesmo texto. Mostramos, também, que a chegada da imprensa no Brasil, em 1808, possibilitou a abertura do país para os debates sobre assuntos voltados à sociedade – um avanço considerável para a sociedade (letrada, especialmente) brasileira, que até então era proibida, conforme a ordem do rei D. João VI, de obter uma imprensa regular e atuante no país.

Além da cena enunciativa na qual a imprensa periódica inicia sua circulação em território nacional, ressaltamos a relevância de trazer para um trabalho como o nosso a análise de um arquivo do final do século XIX que é revelador de práticas sociais da época e que transitou em um momento cultural importante para o Brasil – a *gramatização* e os *debates sobre a identidade nacional* compunham a cena. Sendo assim, retomamos Mariani (2003), que afirma que

A análise do discurso jornalístico se faz importante e necessária já que este, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: *capta*, *transforma* e *divulga* acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que *organiza* um futuro – as possíveis consequências desses fatos do presente – e, assim, *legítima*, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro (MARIANI, 2003, p. 33).

Dessa maneira, olhar para a produção periódica, especificamente, em nosso caso, do final do século XIX, significa olhar para um espaço de comunicação que *legítima* um passado, ao mesmo tempo que seleciona os recortes históricos que serão “recordados” no futuro – o jornal, dentre muitas funções, funciona também, para nós, como memória que produz significados para a sociedade, e é por ela afetado. “Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade” (MARIANI, 2003, p. 33).

Entretanto, como vimos, ter o jornal como escopo de análise também se configura como uma prática complexa, no sentido de que sua constituição não poderia ser considerada, naquele momento, livre de censura e de outras intervenções políticas do Estado (MARIANI, 2003, p. 33), e nesse sentido, o exercício da escrita no jornal, no momento de transição do século XIX para o XX, apresentava ainda um discurso altamente influenciado pelo olhar do europeu em relação ao brasileiro.

Esta breve introdução, que retoma algumas das discussões que empreendemos na primeira parte do trabalho, é colocada, nesse momento, como pano de fundo para a observação e análise da produção jornalística de Júlio Ribeiro.

Nas publicações em jornal, Ribeiro ocupou-se da escrita dos assuntos os mais variados que se possa imaginar; por meio da escrita ele

estabeleceu relações no universo letrado da época, das quais resultaram suas interpretações e opiniões acerca dos diversos temas em pauta naquele período, como: escravidão, abolição, instrução, política partidária, religião, entre outros” (SILVEIRA, 2008, p. 31).

Para a estudiosa de Júlio Ribeiro, Célia Regina da Silveira (2008), compreender o momento histórico no qual produziu seus textos e sua experiência individual e social como homem de letras, permite-nos compreender não somente

suas intervenções textuais como também sua imagem de polemista e intransigente. Dessa forma, a autora cita Sílvio Romero (1926), que exprimiu os elementos concorrentes desse momento histórico no qual o autor produziu, caracterizando-os como um período no qual houve um “movimento novo” ensejado pela importação de um “bando de ideias novas” que “pululavam” na mente dos letrados no Brasil” (SILVEIRA, 2008, p. 31).

As Cartas Sertanejas

Enfeixam-se hoje em folheto as CARTAS SERTANEJAS.
 Nada se me faz preciso dizer para apresental-as: ellas fallam por si.
 Não posso fugir á tentação de fazel-as preceder do que, sobre ellas, escreveram Valentim Magalhães e Henrique de Barcellos.
 As palavras dos distinctos moços foram brados que me animaram na campanha tremenda que emprehendi contra o partido da calumnia e da diffamação.
 Basta.
 Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1885, Julio Ribeiro.

As Cartas Sertanejas, publicadas pelo autor a partir do ano de 1885 na *Gazeta Mercantil*, endereçavam-se, como é possível notar no prólogo às cartas reproduzido acima, ao Partido Republicano Paulista (PRP) que, à época, ganhava o cenário da política carioca.

A primeira Carta saiu da *Gazeta Mercantil* em 28 de fevereiro, como resposta às celebrações que pareciam ganhar as ruas e os corações das pessoas, segundo as descrições veiculadas pelas folhas republicanas. O quadro da marcha republicana parecia idílico e triunfal (NASCIMENTO, 2007, p. XIX).

Para Ribeiro, o “sucesso” eleitoral dos republicanos era mentiroso e despropositado. É com a eleição de dois deputados – Campos Salles e Rangel Pestana – que o autor vai trabalhar nas críticas empreendidas em suas missivas – contra o partido republicano, pois sendo “republicano de sangue” como se auto-intitulava, o polemista mineiro sentia como uma obrigação o desnudamento da República “de fachada” que se dissimulava, ao contrário, como um processo coberto de glórias.

Convém observar que o autor utiliza uma epígrafe, em latim: “Me, me adsum qui feci; in me convertite ferrum” no início da maioria de suas cartas. O verso de Virgílio, retirado da obra *Eneida*, pode ser traduzido como “Fui eu, eu aqui

presente, que tudo fiz, voltai contra mim as armas”, adiantando com estes dizeres que a responsabilidade de todo conteúdo a ser tratado em suas cartas era de sua própria pessoa, isentando o jornal de qualquer problema que sabia o autor poder causar, e informando a seus leitores que naquela seção seriam tratados dos mais variados assuntos: “A responsabilidade legal e moral de tudo que em taes artigos apparecer será toda minha, sómente minha, exclusivamente minha” (RIBEIRO, 1885, p. 13).

Assim, na segunda epístola datada de 4 de março de 1884 (p. 17), o autor aborda a “farsa”, segundo ele, sob a qual o Partido Republicano Paulista (PRP), erguia-se.

Fóra, em Portugal por exemplo, quem ler as noticias pomposas das folhas brazileiras, realmente ou *soi disant* democraticas, admirará a pujança do adolescente partido republicano paulista, pasmará ante a sapiencia de seu pessoal, e conceberá serias apprehensões a respeito da solidez do throno do sr. D. Pedro II.

De facto, no dizer das taes folhas, os dous eleitos são dous homens modernos, de vistas largas, *scientificamente preparados* para todos os comettimentos do seculo; a Victoria ganha é um resultado do genuíno pensar do eleitorado da província, e tambem um como antegosto de governação federativa, podendo a gente afagar a esperança de troçar em patria salva, depois de ter exclamado eruditamente: “*Magnus ad integro sec’lorum nascitur ordo!*”

Notemos que, assim como pudemos observar na análise sobre a gramática, a noção de *cientificismo* também se fez presente na cena enunciativa do jornal. Vamos trabalhar com o fato de que Júlio Ribeiro traz para sua composição textual a descrição de um homem, genérico, que deveria acumular em si algumas virtudes para o propósito da ocupação de um cargo na política. Essas virtudes aparecem reescrituradas sob o a forma da palavra *ciência* ou de seu adjetivo, *científico*.

Para a elaboração de nossas análises, é necessário apresentar algumas cenas enunciativas na qual o autor apresenta e defende o que significa ser *cientificamente preparado*, segundo suas concepções. Daí o recorte para nosso *corpus* – da sessão de missivas que constituem as *Cartas Sertanejas* (1885).

O fragmento de texto apresentado no início desta sessão é a primeira carta a ser apresentada por nós³⁹, datada de 4 de março de 1884. A segunda carta em análise é datada de 24 de março de 1885, e, por fim, a terceira e última carta é datada de 7 de abril de 1885. É importante esclarecer que as três cartas possuem o mesmo destinatário: o PRP. Nessas cartas, o traço comum que as relaciona é a utilização do termo “ciência”, ou de suas variações: “cientificamente preparado”, “científico” para fundamentar sua crítica – a de que os deputados eleitos pelo Partido Republicano Paulista não estavam preparados para tal cargo em razão da falta de preparo intelectual. Ao empreender suas críticas destinadas ao políticos do partido republicano, o autor estabelece “o outro”, ao mesmo tempo em que constitui-se, ele mesmo, pela linguagem.

Vejamos alguns recortes da primeira carta (4 de março de 1884), no momento que o autor explica a razão de sua crítica e a fundamenta:

Nenhum delles escreveu jamais obra de fôlego ou mesmo passageira; nenhum delles redigiu effectivamente folha de grande circulação; nenhum delles collaborou ainda em revista de sciencia ou de litteratura. A sua bagagem de escriptores limita-se a alguns artigos de foro ou de política, esparsos nos jornaes da província (p. 22, grifo nosso)

E complementa, a partir de sua crença:

O primeiro requisito da educação moderna, como base de reorganização social, é a universalidade de conhecimentos. (p. 23, grifo nosso)

A fundamentação de sua crítica vem logo adiante, dissertando o autor sobre a variedade de temas e discussões a que os deputados deveriam ser esclarecidos:

O homem scientificamente preparado deve conhecer, ao menos elementarmente, as mathematicas, a physico-khimica, a bio-physiologia, a psykhologia-moral. Deve ter boas noções de aritmética, de álgebra, de geometria, de mekhanica, de cosmologia, de astronomia sideral e planetária, de geodesia, de geographia physica, de geologia, de mineralogia, de paleontologia, de botânica, de zoologia, de anatomia, de histologia, de pathologia, de psykhologia, de moral, de anthropologia, de ethnologia, de linguística, de historia e geographia-historica, de industria, de arte, de litteratura, de sociologia, de legislação, de política. E mais, deve ter estudos clássicos sólidos. (p. 23, grifos nosso)

³⁹ Devido à extensão das cartas, reproduziremos no corpo do trabalho os recortes que, especificamente, interessam à construção das análises. Os textos analisados estão elencados nos Anexos.

E, finalmente, a conclusão da exposição de suas ideias a respeito dos políticos:

Não. Scientificamente, classicamente, os dous deputados não estão mais preparados do que seus collegas de parlamento (p. 27, grifos nossos).

Ao finalizar sua primeira carta, o autor encabeça o escopo de sua próxima epístola: “Na proxima carta exporei com a mesma franqueza o *meu* modo de vêr a respeito do partido republicano paulista” (p. 29), apresentando, de saída, o objeto de sua escrita da próxima publicação.

O texto que se segue é datado de 24 de março de 1885, e é a terceira carta da série *Cartas Sertanejas*, na qual o autor dedica-se, sobretudo, a falar sobre a imprensa no país. No entanto, ao desenvolver seu pensamento a respeito da necessidade e funcionalidade da imprensa no país, o autor resvala na questão da constituição da República e acaba por retornar ao assunto de suas duas primeiras missivas: a falta de cientificismo do Partido Republicano.

Ao iniciar, o autor expõe a razão de a imprensa ser um órgão fundamental para a vida social no país por meio de algumas metáforas:

A imprensa de um paiz é o estalão por onde se afere a sua grandeza, é o dynamometro da sua pujança intellectual e moral, é o espelho onde elle inteiro se reflecte. Lêr o jornal é estudar a sociedade. Cultura scientifica e ignorância crassa, aspirações generosas e baixeza de sentimentos, vistas largas e acanhamento de horisontes, força e fraqueza, desinteresse e cobiça, opulência e miséria, civismo e servilismo, [...], tudo se estampa, tudo de estereotypa nessa folha de papel humida, que os galopins apregóan em bandos pelas ruas. (p. 39)

Nesse primeiro fragmento é possível notar a parcela essencial que a imprensa possui, aos olhos do autor, para o progresso da nação: a imprensa é uma interpretação da sociedade, na qual se encontra muitos e distintos pontos de vista, como é possível perceber pelos pares opostos que o autor constrói em seu discurso. No entanto, ao mencionar este valor imensurável da imprensa para a sociedade, é mencionado, ao mesmo tempo, um alvo para crítica: a edição de 15 de março de 1885 *d’A Provincia de S. Paulo*, a qual é caracterizada como “esteril, secca, chôcha, inútil” (RIBEIRO, 1885, p. 40). Sua crítica é baseada no fato de que, na folha referida, não constava algumas das discussões mais necessárias para o desenvolvimento da imprensa e, por conseguinte, dos sujeitos que a lessem:

Artigo de redação conciso, claro, sincero, verdadeiro; folhetim espirituoso, fluente, scintilante, de verve; critica literaria severa, justa, fecunda; revista scientifica erudita, rica de factos, instructiva; poesia, conto ameno, obra de arte emfim, [...]. licção de propriedade no dizer, de vernaculidade de linguagem – nada disso se vá ahi procurar, porque nada disso existe ahi. (p. 43)

Em seguida, ao desestruturar o conteúdo da referida folha, o autor enceta uma pergunta: “De quem é a culpa [por essa imprensa ‘inútil’]?”. Os “orientadores” do povo é a afirmação que responde a sua pergunta, pois o povo, este

[...] tem sede de verdade, o povo quer lêr, quer aprender, quer tomar parte na gestão dos negócios públicos, quer influir no destino da nação. Vedam-lhe a entrada no convívio nacional, trancam-lhe as portas do salão, assignam-lhe o papel passivo de rebanho de Panurgio, e isso na rua; o povo cala-se, resigna-se, mas vingam-se voltando as costas a mentores caricatos. (p. 44)

Neste fragmento, a ideia de *ciência* não está claramente evidenciada, no entanto, importa-nos a aparição de termos como “o povo” e “nação”, que nos servirão como conceitos básicos para fundamentação de nossas análises, no sentido de que materializam no discurso uma preocupação/discussão crescente sobre a identidade nacional brasileira ao final do século XIX. Dessa forma, a imprensa deve funcionar, para o autor, em favor da circulação das ideias intelectuais e sociais que interessam diretamente ao povo, ao contrário do que pensava o autor sobre *A Provincia de São Paulo*, cujas folhas eram “mornas” e desinteressadas das críticas sobre a política e quanto mais outros assuntos fossem. Esta visão do autor sobre a folha colocava-a em oposição a seu ideal de imprensa no país:

A imprensa, para ser uma alavanca de progresso, deve ser moralizada, imparcial, justa, uma sempre para com amigos, para com adversários, para com todos, deve exforçar-se por levantar o kharacter nacional, banindo o *testa de ferro*, o *anonymo*, obrigando cada um á responsabilidade de seus actos como acaba de fazer a *Gazeta de Piracicaba*, pequenino semanário que por isso se tornou um colosso; deve envidar todos os esforços para despertar no povo uma curiosidade salutar que o leve ao estudo, que o leve á comprehensão de seus direitos, deve derramar a luz por todos os meios, em tempo, fora de tempo, insistentemente, obstinadamente, sempre; deve orientar a mentalidade no sentido da concepção scientifica do universo, porque dessa concepção é que dependem, é que promanam todos os actos humanos; deve emfim a imprensa ser tal que, examinada no estrangeiro, dê do paiz uma Idea elevadíssima. (p. 53-54, grifos nossos)

Este fragmento representa muito esclarecedoramente o vínculo que o autor constrói entre a compreensão científica do mundo e a imprensa – esta última deve trabalhar em favor de emanar os conceitos de progresso e cientificidade para o povo, de modo que o país possa ser visto, por outros países, como representação de uma nação homogênea, que tem acesso à instrução, que é, portanto, uma nação fundamentada na ciência.

A última carta, por fim, datada de 7 de abril de 1885, é endereçada a um interlocutor muito particular ao qual será dedicado uma carta especialmente longa e detalhada. No último fragmento, em que o autor afirma que a imprensa deve banir “o anonymo” de suas páginas, é justamente esse *anônimo* o destinatário desta última missiva por nós em análise.

Quando apareceu a minha segunda Carta Sertaneja, um escriptor republicano, abrigado pelo transparente pseudonymo Democrito, desceu á arena gloriosa da secção livre da Provincia de S. Paulo, não precisamente para contestar-me, mas para exhibir-se como sábio, fingindo que me derribava do pedestal invejaval em que elle mesmo houve por bem alcandorar-me. (p. 55)

A figura que escreveu uma séria de críticas e artigos contestando a meticulosidade e veracidade das publicações de Júlio Ribeiro seria, posteriormente, reconhecido como Campos Salles, um dos deputados ao qual o autor endereçou a maioria de suas críticas. É pertinente notar, como observa Silveira (2008b), que o “uso de pseudônimos foi uma prática recorrente na imprensa do século XIX, pois o anonimato tornava ainda mais calorosos e apaixonados os debates, e as referências a nomes emblemáticos de pensadores da Antiguidade e do Iluminismo davam-lhes o status da ilustração” (p. 4). *Democrito*, Ribeiro caracterizou-o, nesta mesma carta, como um escritor sem propósito e fundamentação: “Não conhece logica, não tem estylo, não sabe grammatica. É diffuso, é pesado, é chato, é charro” (p. 56, grifos nossos). Mais uma vez, é evidenciado o posicionamento de que deve desconsiderar-se uma opinião se ela não é apresentada segundo as formas as quais eram consideradas essenciais para a discussão, segundo o autor. Neste caso, essas “formas” estão materializadas sob a falta de lógica, estilo e conhecimento linguístico.

São 16 críticas que *Democrito* endereçou a Júlio Ribeiro, que o condenam, desde a falta de conhecimento em Filosofia até a prática de plágio, em sua *Grammatica Portugueza*. A estrutura da resposta de Júlio Ribeiro é expor as 16

críticas feitas pelo autor anônimo e rechaçá-las, uma a uma, no decorrer de sua carta. No quarto tópico, o autor mineiro é acusado de confundir ciência com erudição, o que acabava por ter consequências nas suas cartas anteriores, nas quais, segundo Democrito, o autor exigiu aos deputados não um conhecimento científico das coisas, mas sim uma *simples erudição*, portanto, ao elencar inúmeras disciplinas e conhecimentos distintos para ilustrar o que, para ele, constituía-se como *preparo científico*. Este fragmento da carta é especialmente importante para nós, pois traz, com todas as letras, uma discussão que baseia em “o que quer dizer Júlio Ribeiro com preparo científico?”

Em resposta ao que Ribeiro considerava como uma calúnia, trazia o autor referência de Carrilho Videira, escritor, editor e político republicano brasileiro, e Teixeira Bastos, estudioso português de Comte. Nas linhas a seguir, Ribeiro empreende sua resposta no sentido de demonstrar seu ponto de vista sobre o que seja ser *científico* e em que medida é necessário haver *cientificidade* para um homem que deseja ser parte da República.

A educação exige um espírito de conjunto que é indispensável, mesmo sobre os mais simples aspectos.

Pondo de parte o “*sobre os mais simples aspectos*”, que me parece erro de Democrito na tradução das palavras de Comte, atendo-me ao “espírito de conjunto”, respondo: “Estou de accordo, de perfeito accordo. E nunca eu disse o contrário. Afirmar que eu o fiz, é uma inverdade, é assacar-me um aleive.

“Não é com o ensino de todos os ramos dos conhecimentos humanos indistinctamente, que se obtem uma educação universal”.

Responda Carrilho Videira, o ardente propugnador da republica intemerata; responda Teixeira Bastos, o condensador portuguez da *Philosophia* de Comte:

- P. Que significa instrução?

- R. O conjuncto de todas as verdades e de *todas as noções scientificas* tiradas dos factos pela observação e experiência. (p. 60-61)

E, na continuação de sua argumentação sobre a *cientificidade* e *erudição*:

Nao ha tal, eu não quis que os dous deputados republicanos fossem *simples eruditos*: eu quis que elles fossem *homens scientificos*. Exigi delles *sciencia*, não exigi *erudição*.

Democrito é quem falla de *erudição* e *sciencia* sem saber o que seja uma e outra cousa.

E, para finalizar a questão, Ribeiro aponta que sua argumentação é sustentada pela ciência, a de Demócrito, no entanto, é produzida a partir de sua difamação:

Então trata-se de confusão minha lamentável, ou de ignorância provada de Demócrito?

Desta maneira é que Demócrito nega o meu critério científico, para estabelecer o seu.

Tem coragem: falla do que não sabe, decide do que não entende com um aplomb... invejável!

A conclusão da crítica endereçada ao *anonymo* é uma caracterização escancarada sobre sua opinião em relação à falta de conhecimento científico de seu agressor.

Francamente, mas mesmo bem francamente, Demócrito não passa de uma charlatão de marca maior, de um ingênuo, para não dizer um imbecil, que o que quer é arrotar conhecimentos, dispondo apenas de uma leitura indigestíssima de meia dúzia de obras de filosofia. Não tem critério científico, não tem largueza de vistas, não sabe exprimir-se, não tem estylo, não tem correção de phrase, não tem qualidade alguma das que recommendam um escriptor. (p. 85)

A despedida desta longa carta de 32 páginas é contundente:

Suspendo-lhe a razão: “em paz e ás moscas” (p. 86)

Nos excertos recortados acima, distinguimos algumas figuras da enunciação que são responsáveis por seu funcionamento: um *Locutor*, que é a fonte do dizer, e ele pode ser notado a partir de algumas marcas como em “De fato...”, “Exigi”, “Me parece”, “meu ponto de vista”, por exemplo. Outras marcações como a *adjetivação* e a utilização de *modalizadores*, auxiliam na construção da subjetividade presente nos textos, como podemos notar no uso de termos como: “Francamente”, “Precisamente”, “leitura indigestíssima”, “Insistentemente”, “Obstinadamente”, etc. A partir dessas marcações, nas quais reconhece-se o fato de que um Locutor enuncia, é necessário, também, distinguir “outras vozes” que se colocam junto a esse Locutor. Como vimos, a semântica do acontecimento reconhece que há divisões que estabelecem lugares de dizer diferentes dentro de um Locutor.

Guimarães (2002) explica que para estar no lugar de L é necessário que haja um lugar que esteja afetado pelo por uma *posição social de poder dizer*.

Em outras palavras, para ser parte de L, é necessário que haja um lugar social que permite enunciar daquele “ponto de vista” – e esses lugares, devemos lembrar, são distribuídos politicamente pelo espaço de enunciação. Este *lugar social* do dizer, reconhecido como locutor-x por Guimarães (2002), significa que um determinado locutor está na posição em que é autorizado a dizer sobre x.

Partindo dos fragmentos reproduzidos das *Cartas Sertanejas* de Ribeiro, reconhecemos que há um Locutor que enuncia a partir de uma posição locutor-*ilustrado* que o autoriza a criticar o Partido Republicano, pois sua formação intelectual, bem como o exercício da função de professor, escritor e jornalista autorizam-no a falar de um lugar de ilustração, de um posicionamento científico, que está legitimado por esses lugares sociais os quais ocupou. Ao mesmo tempo em que se constitui enquanto tal, esse lugar social de dizer permite que o Locutor estabeleça as qualificações, os parâmetros do que seja estar “cientificamente preparado” para a ocupação de um cargo dentro de um partido político, daí o empreendimento de sua crítica. Estes “parâmetros” de que falamos, da noção de cientificidade compreendida pelo autor, determinam a designação da noção de “cientificamente preparado” pelo locutor-ilustrado. Isto é, para compreender o direcionamento de sentidos que a expressão “cientificamente preparado” quer dizer, partimos da observação das outras palavras que essa expressão se relaciona dentro do enunciado para depreender de que maneira vem determinada, em cada caso diferentemente, e essa determinação evidencia o sentido dessa expressão.

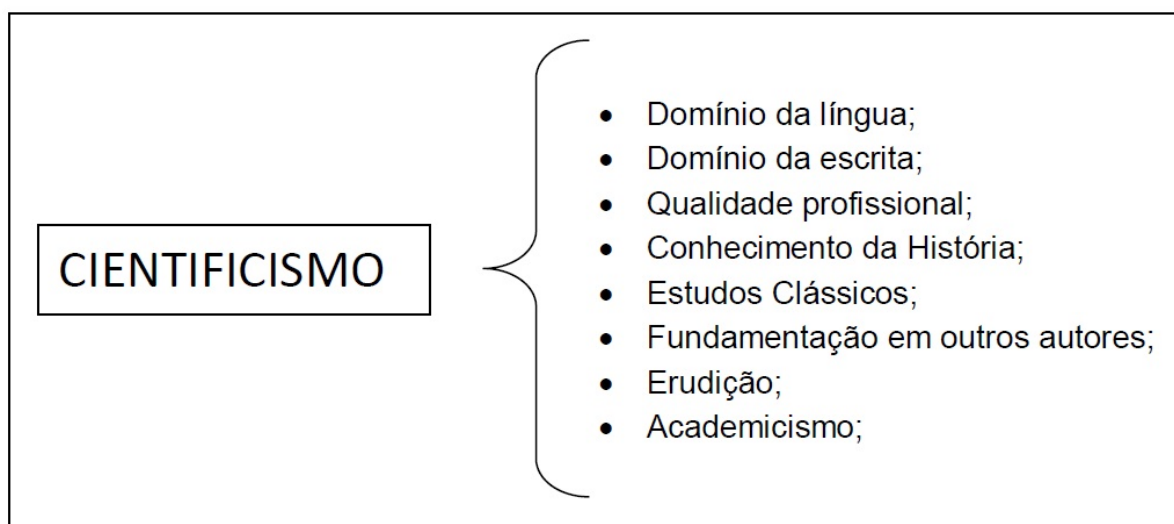
Convém discutir que o lugar social de locutor-ilustrado é o que permite que este locutor possa fazer inferências, críticas e outras apreciações sobre o objeto determinado no recorte. O locutor-x é, portanto, constitutivo de L, e a unidade de L é assegurada porque a cena enunciativa expõe os enunciadores que “apagam o caráter social e histórico da enunciação”. Dessa forma, reconhecemos que há um *enunciador-individual*, que é também reconhecido pelas marcas como “eu afirmo”, “volto a repetir”, “francamente”, “verdadeiramente”, correspondente ao locutor-x (ao lugar social de dizer), e um outro enunciador, o *enunciador-universal*, respectivo ao Locutor (a fonte do dizer), que aparece sob as formas impessoais como “É necessário que haja”, “A imprensa, para ser uma alavanca de progresso, deve ser...”, “O homem cientificamente preparado deve ser...”, “Ler o jornal é estudar a sociedade”, etc. É interessante notar que essas formas impessoais conferem ao

enunciado uma legitimação do discurso, pois ao empregar formas que parecem válidas para qualquer situação enunciativa, fortalece-se o discurso e se evidencia a presença de um locutor-ilustrado.

Júlio Ribeiro empreende, para a sustentação de sua arguição, notadamente contra a constituição do Partido Republicano Paulista, o desenvolvimento da noção de *cientificidade*. Nos fragmentos recortados que aqui expusemos tomam, de alguma maneira, a questão da *ciência* como fulcro central para a composição dos enunciados. Isso significa dizer que esta noção, desse modo, figura como primeiro plano da argumentação do Locutor.

Ao predicar os referidos “dois deputados” como sendo opostos a essa noção de *ciência*, evidencia-se a existência de um locutor-ilustrado que é permitido, pelo lugar social do qual enuncia, empreender um discurso crítico, e ao mesmo tempo didático, construindo uma teia de significados para o termo *científico*.

Para este locutor-ilustrado, portanto, o cientificismo vem designado sob diferentes formas que retomam o conceito em questão, reescreveram-no, e ampliam a possibilidade de significados que são construídos pelos acontecimentos enunciativos. Nesse sentido, *cientificidade* pode ter muitos sentidos a partir das predicções encontradas nos recortes de textos de Júlio Ribeiro:



Observando o modelo é possível afirmar alguns pontos específicos sobre os três textos em análise. Notemos que o termo *cientificismo* vem reescriturado ao longo dos textos sob outras formas. Convém lembrarmos o conceito

de reescrituração que é fado em Guimarães (2002, p. 28): a reescrituração é um procedimento pelo qual “a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito. Assim “a textualidade e o sentido das expressões se constitui pelo texto por esta reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento [...] em que se enuncia” (2002, p. 28). Dessa forma, os termos que destacamos a frente de *cientificismo* reescrevem a noção de cientificidade ao longo dos textos em análise, revelando os diversos sentidos que este conceito pode ser trabalhado pelo autor. É pela reescrituração sob as diversas formas que encontramos que é a dada a designação de *cientificismo*, conseqüentemente, o que significa afirmar a ideia de Guimarães (2002), para quem o sentido de uma dada expressão não é dada pelo sentido de suas partes, mas é “constituído pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto” (p. 28).

O direcionamento de sentidos que podemos observar nesse quadro, por conseguinte, é que para ser um homem ilustrado, de conhecimento intelectual vasto, e portanto passível de ocupar um lugar político determinado dentro do país é necessário estar legitimado pelo estatuto da cientificidade, noção esta muito comum ao final do século XIX brasileiro, devido a grande influência do corte saussuriano, que determina objeto e método para o estudo das línguas e a reconhece enquanto ciência; e, posteriormente, pelo desenvolvimento do método histórico-comparativo que, dentre outros conceitos, trabalhava com a noção de ciência, legado de Saussure, no domínio dos estudos linguísticos. O estabelecimento da Linguística como ciência e a influência do método histórico-comparativo inauguram uma nova forma de pensar dentro das ciências humanas, e essa influência é sentida em muitos outros domínios, assim como nesses textos publicados em jornal.

Essas questões estão ligadas ao momento histórico brasileiro de construção de uma identidade nacional. A formação do Estado brasileiro requeria, para seu funcionamento, o estabelecimento das instituições (a igreja, a escola, a imprensa, por exemplo) que divulgassem os ideais nacionais, da mesma forma em que os debates sobre a língua no/do Brasil, as novas influências externas e o sentimento de civilização e cidadania impulsionaram discussões relevantes para a formação do país por meio da produção escrita, como as primeiras gramáticas e dicionários formuladas por brasileiros e a imprensa periódica que se estabelecia

como espaço de lutas. A gramática e os jornais funcionam como espaços que “interpretam” os acontecimentos constituintes da formação do país.

O discurso de *cientificidade*, *método* e *rigor*, representativos do período de formação da República no Brasil, apontam para um sentido de inovação que é colocado em detrimento das influências tradicionais e da visão colonialista sobre o Brasil. Em outras palavras, ao final do século XIX, ideais de progresso, ciência e evolucionismo social, por exemplo, trabalharam para a construção de um imaginário de civilização nacional, almejando, por esses meios, a legitimação de uma identidade brasileira que se queria genuína.

Esses ideais materializam-se no discurso de Júlio Ribeiro a partir do rompimento de sua *Grammatica Portugueza* com as influências portuguesas e filosóficas, que, ao evidenciar novas filiações, faz emergir um espaço de escrita que possibilita ao locutor-ilustrado, brasileiro, enunciar “*A gramática é [...]*”, designando-a a partir de um novo conceito do fazer metalinguístico que o coloca como autor. Esse posicionamento, afetado pelo lugar social no qual diz, é o que o autoriza a estabelecer esse novo panorama para o estudo da língua no país, que embora seja sustentado por influências estrangeiras, desvincula-se das ideias da ex-metrópole, possibilitando ao autor o seguimento de novas doutrinas e um novo recorte para seu estudo. É nesse sentido que olhamos para o enunciado “*A gramática é [...]*” como uma afirmação que legitima a *função-autor-brasileiro* de que fala Orlandi (2001).

Essa ideia está diretamente conectada a utilização do termo *cientificidade* que se estabelece como parâmetro prévio, pelo autor, para se *ter o direito de ser*, e portanto enunciar, a partir da ocupação de um cargo político, assim como Ribeiro classifica aos dois deputados do PRP. A noção de *ciência* arrola em si, particularmente naquele momento de transição de século, diversos sentidos que convergem para este ideal de progresso e civilização que funcionam como o meio plausível de chegar a um fim comum, desejado, pelos intelectuais brasileiros desse momento: a independência (cultural, social, intelectual).

Para finalizar, o que tomamos, neste trabalho, sob a forma de *espaço de escrita nacional* é justamente a tomada da palavra por um locutor-brasileiro que inaugura, por meio dos ideais de ruptura (com a tradição) e o cientificismo, um espaço de discussão, que se dá por meio da gramática e do jornal,

por exemplo, gerando uma posição de autoria brasileira, o que possibilita práticas intelectuais que geram muitos sentidos para a história nacional e seus sujeitos.

Nesse sentido, o espaço da gramática e do jornal se abrem como espaços no qual se inscrevem uma maneira outra do fazer discursivo brasileiro – é um locutor-brasileiro que está autorizado a falar desta posição, que é permitido a construir um discurso sobre o que seja ser brasileiro, produzindo novos sentidos, dessa maneira, para a construção do Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar na perspectiva da compreensão do funcionamento dos sentidos proporcionou a nós um caminho repleto de curiosidades, conhecimentos e, por que não, dificuldades. A semântica, disciplina que muito cedo tornou-se objeto de inquietações na história da humanidade, vem se remodelando e se resignificando com o tempo, mas buscar os sentidos continua sendo a mesma velha pergunta de que fala Pêcheux (2009) – ela parece ser sempre uma questão que não é completamente resolvida, pois está sempre retornando, sob diferentes formas, ao paradigma de discussões que a envolvem. Nesse sentido, buscar compreender o funcionamento dos sentidos, coloca-nos a refletir sobre muitas outras questões que perpassam por ela, como a compreensão do sujeito e seus desdobramentos, a enunciação, a relação entre as palavras, o sentido de uma palavra em um acontecimento enunciativo específico, a questão da referência, as relações de determinação e predicação.

Minha história com Júlio Ribeiro, eu a relatei no início da dissertação, iniciou ainda na graduação, e desde então sua produção vem revelando sempre novos sentidos e novas maneiras de se olhar para a constituição do sujeito, do autor, do polêmico Júlio Ribeiro em sua contribuição com a produção metalinguística e intelectual, em um momento bastante específico da história do Brasil. Esse pano de fundo do final do século XIX e início do século XX traz à cena muitos acontecimentos fundamentais para a compreensão da história e da construção de um imaginário de nação e de identidade brasileiras.

Na primeira parte, dedicamo-nos a apresentar quais as condições sociais e culturais em que se encontra o país naquele período, apontando a emergência em trazer à tona um sentimento nacionalista em detrimento da visão de colonizado que o Brasil apresentava até então. Nesse jogo social, a questão da língua emerge como um “problema” a lidar, visto que nela materializava-se um grande símbolo de dependência – a imposição da mesma língua do colonizador, Portugal. Nesse cenário, constituir-se pela língua do outro colocou em xeque a relação do povo com a sua identidade nacional. Uma alternativa era demonstrar que havia diferenças essenciais no português europeu e naquele português que veio a se configurar como brasileiro. Eis, pois, a brecha necessária para trabalhar ideais de

progresso e independência por meio do exercício da escrita. A história nos conta, além disso, que uma sucessão de fatos culminou na abertura do Brasil para novas influências em todos os aspectos sociais – com efeito, almejava-se distanciar dessa tradição lusitana que representava anos de dependência e subordinação. A *inovação* colocou-se, dessa forma, como um conceito chave para operar sobre essa “renovação”, por assim dizer, do Brasil, e a filiação a novas teorias como o Evolucionismo, o Positivismo, os ideais de Progresso, de Nação, de Ciência, tomavam a cena para si, de forma que o Brasil fosse projetado de um outro lugar que não o de colonizado. Evidentemente, essa história que narramos é a história de uma elite cultural brasileira bastante reduzida em relação ao tamanho do país, e, dessa forma, a coexistência de muitos diferentes aspectos sociais eram uma realidade. Compreender de que maneira efetivou-se a língua portuguesa no Brasil consiste em uma tarefa árdua e complexa, visto que relação entre esta e as línguas indígenas gerou muitos frutos diferentes em regiões diferentes, vindo a caracterizar-se, por fim, como língua oficial, e, portanto, uma língua praticada e exigida pelo Estado brasileiro. Essa imposição provocou um efeito de homogeneidade linguística em território nacional, no entanto, nas divisões políticas dos espaços de enunciação, grande parte dos sujeitos não se incluíam/incluem neste ideal de língua uníssona.

Especificamente, pela perspectiva da História das Ideias Linguística, encontramos uma maneira de observar e refletir sobre tais acontecimentos da história brasileira a partir do conceito de gramatização, formulado por Aurox (1992). Nas palavras de Orlandi (2002), a HIL propicia

que se situe com mais clareza a produção do conhecimento linguístico no Brasil, no conjunto da história da ciência, e a produção das ideias que vai permitindo a construção de “nossa” língua. Por extensão, procuramos compreender como, por meio da construção da unidade da língua, se constrói simultaneamente o cidadão que a fala. (p. 124)

Olhar para a produção de conhecimento linguístico no Brasil é falar sobre as condições nas quais a gramatização se desenvolve. É nesse sentido que a relação entre a produção metalinguística e a construção de uma identidade nacional, ao final do século XIX brasileiro, se amarra como um acontecimento histórico decisivo para a compreensão dos sentidos sobre o que seja ser brasileiro e falar a língua portuguesa.

Júlio Ribeiro, a partir de sua vasta produção, inovou, de muitas maneiras, o estudo sobre a língua no Brasil com a publicação de sua *Grammatica Portugueza*. A apresentação de novas filiações produz um corte na gramaticografia brasileira que é muito significativo para demonstrar que um pensamento brasileiro sobre a língua portuguesa mostrava-se, de alguma maneira, original e capaz de cumprir uma função didática, com maestria. Por outro lado, nas cartas e artigos publicados em jornal, o emprego e cotejo de termos que representavam o progresso, o avanço social surgem com vastidão em seus textos. A ideia do “cientificamente preparado” é uma noção que coloca em jogo essa nova concepção de mundo para um intelectual brasileiro – estar cientificamente preparado pode, naquele acontecimento histórico, significar muitas coisas, dentre elas, estar inserido em um quadro social no qual é permitido que se enuncie, que funcione como propagador de ideias e ideais.

Embora hajam índices aqui e ali dispersos em nossa história, os nossos estudos de linguagem passam a ser uma questão caracteristicamente brasileira a partir do século XIX, quando se apresenta a questão do Português do Brasil e não somente a do Português. Nesse momento também começam a ser produzidas gramáticas brasileiras da língua portuguesa. Só então o estudo do Português passa a afetar de maneira particular a constituição das ideias linguísticas no Brasil. Antes, a questão desses estudos era predominantemente um modo de apropriação do Brasil por Portugal. (ORLANDI, 2002, p. 125)

A semântica do acontecimento, nesse âmbito, caracterizou-se como uma maneira específica de produzir análises buscando a compreensão dos sentidos, em nosso caso, de ruptura, inovação e constituição de um espaço de escrita nacional. Ao recuperar, em sua teoria, as chamadas “exclusões” cometidas por Ferdinand de Saussure, Eduardo Guimarães desenvolve, a partir das teorias da semântica enunciativa, notadamente a partir de Benveniste e Ducrot, um modelo de análise que inclui a história, o sujeito e o objeto. “De nossa parte esperamos, ao fazer este percurso, constituir, como dissemos, um modo de tratamento enunciativo do sentido, bem como traçar uma história, um conjunto de filiações, que uma semântica enunciativa pode reivindicar para si”. (GUIMARÃES, 2010, p. 12).

A partir deste modo de olhar a língua, refletimos, especificamente, o que significa poder enunciar “A gramática é [...]”, na gramática de Júlio Ribeiro, relacionando este enunciado com as sustentações teóricas e as filiações que o

locutor-professor-brasileiro deste ato de enunciação formula a partir de citações e remissões a autores consagrados na capa, na dedicatória e no prefácio de sua obra. A textualidade de sua obra é composta, de entrada, por todos esses elementos que permitem emergir um espaço de escrita brasileira que autoriza enunciar “A gramática é [...]”. Evidencia-se, neste enunciado, um posicionamento que é também científico, e que se abre com mais clareza a partir da análise dos textos que recortamos das *Cartas Sertanejas*.

Dessa forma, concluímos que embora a gramática e o jornal sejam textualidades diferentes, determinadas pelas especificidades que lhes são constitutivas, ambas se mostraram como os espaços possíveis de se fazer circular as novas teorias e filiações da sociedade letrada brasileira, e esse fato, por assim dizer, caracterizou um espaço de escrita brasileira inaugural.

Para finalizar, apresentamos um poema, que é uma espécie de sátira publicada no jornal *Ypanema*, em 1874, que demonstra de que maneira Júlio Ribeiro era visto pela sociedade com a qual conviveu. Para Silveira (2008), os detratores do autor mineiro tinham a intenção de mostrar a inconsistência profissional e político-ideológica que julgavam sobre o autor. Essa sátira relaciona-se com o fato da mudança de religião ao longo do tempo de Ribeiro, bem como as atividades variadas que ele exerceu ao longo de sua vida profissional.

Fui católico romano,
Hoje presbiteriano,
E amanhã maometano
Se as circunstâncias exigir!...

Fui monarquista exaltado,
Republicano danado,
E hoje sou moderado.
Porque não posso tugar.

Já fui mestre e jornalista
Boticário e romancista
E ser médico tinha em vista
Mas tornei-me carnicheiro.

De Ashaverus tenho a sina,
Atirei-me com a medicina,
Fui em busca de outra mina,
Não quis mais ser boticário!

Nada mais de xaropadas
Vivamos a regulada,
Levemos a vida folgada,
Que é vida de mercenário!

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. E. de **O que há de materno na língua?** considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX. 2012. 204 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- ALENCAR, J. de. **Sonhos d'ouro**. São Paulo: Ática, 1872.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ANDRADE, O. de. **Poesias reunidas**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1966.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. **A Filosofia da Linguagem**. Tradução de: José Horta Nunes. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- _____. “A hiperlíngua e a externalidade da referência”. In: Orlandi, Eni (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.
- BANDEIRA, M. **Discurso de posse da academia brasileira de letras**. Disponível em:
<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=653&sid=249>>.
Acesso em 04 maio 2012.
- BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. V. **Introduction to text linguistic**. London: Longman, 1981.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988.
- _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989.
- BERENBLUM, A. **A invenção da palavra oficial**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BOSI, A. “Literatura e Situação”. In: **História concisa da Literatura Brasileira**. 37 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1994.
- BRAIT, E. **Literatura e outras linguagens**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- CÂNDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**. 5 ed. São Paulo: Global, 1999.
- CARELLI, M. **Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil**. São Paulo: Papirus, 1994.
- CARVALHO, C. de. **Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica**. 18 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Tradução de: Luiz Arthur Pagani, Lígia Negri, Rodolfo Ilari. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J. M.; PUECH, C. **Histoire des idées sur le langage et les langues**. Paris : Klincksieck, 2010.

COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 8 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DUCROT, O. **Princípios de Semântica Linguística**. Dizer e não Dizer. São Paulo: Cultrix; Campinas: Editora da Unicamp, 1977.

_____. "Esboço de uma teoria polifônica". In: **O dizer e o dito**. Tradução de: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

FARACO, C. A. **Linguística Histórica** – uma introdução ao estudo da história das línguas. 2 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FÁVERO, L. L. A Grammatica Portuguesa de Júlio Ribeiro. In: **Revista da Anpoll**, n. 13, São Paulo, julho/dezembro, 2002

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

GALEMBECK, P. de T. Metodologia de pesquisa em português falado. In: RODRIGUES, Ângela C. S., ALVES, Ieda M.; GOLDSTEIN, Norma S. (Org.). **Seminário de filologia e língua portuguesa**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

GENETTE, G. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GUIMARÃES, E. R. J. A lingüística é uma ciência histórica. In: Eduardo Guimarães. (Org.). **Ensaio de semantica: ciencia das significações**. Campinas, 1992, p. 9-15.

_____. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

_____. **Semântica do Acontecimento**. 2 ed. Campinas: Ed. Pontes, 2005.

_____. & FONTANA, M. Z. (Org.) **Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase**. São Paulo/Campinas: Pontes Editores, 2006.

_____. & MOLLICA, M. C. (Org.) **A palavra: forma e sentido**. Campinas, Pontes Editores, RG Editores, 2007.

GUIZOT, F. Disponível em: <<http://www.academie-francaise.fr/les-immortels/francois-guizot>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

HENRY, P. "Sentido, sujeito, origem". In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3 ed. Campinas: Pontes, 2003.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, M. Q. **Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 1999.

LIMA, L. C. **Dispersa demanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

LITTRÉ, E. Disponível em <<http://www.academie-francaise.fr/les-immortels/emile-littre>>, acesso em 19 jan. 2012.

LUFT, C. P. **Dicionário de literatura portuguesa e brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

LUSTOSA, I. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MARIANI, B. S. C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: De como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3 ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____; B. S. C. **Políticas de colonização linguística**. Letras (Santa Maria), Santa Maria, RGS, v. 1o sem, p. 56-64, 2006.

MOISÉS, M.; PAES, J. P. (Org.) **Pequeno dicionário de literatura brasileira**. 3 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1987.

NASCIMENTO, J. L. do. (Org.) **Cartas sertanejas; procellarias**. Ed. Fac-símile. São Paulo: Fundap, 2007.

OLSON, David R., TORRANCE, Nancy (Org.). **Cultura escrita e oralidade**. Tradução de: De Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática, 1995.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

_____. **História das ideias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3 ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. “A língua brasileira”. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 2005.

_____. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa periódica como uma imprensa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, n.104, jul/1998

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PFEIFFER, C. C. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas – Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001.

PROENÇA FILHO, D. **Estilos de época na literatura**. 11 ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

RIBEIRO, J. **A carne**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

RIBEIRO, D. **Encontros**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

ROMERO, S. Explicações indispensáveis. In: BARRETO, T. **Vários escritos**. [s.l.]: Editora do Estado do Sergipe, 1926.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 20 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

SCHWANDT, T. “Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social”. In: DENZIN, N.;

SCHWARZ, R. “As ideias fora do lugar”. In: **Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SILVEIRA, C. R. da. **Erudição e Ciência: As proelas de Júlio Ribeiro (1845-1890)**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. **Intervenções e Polêmicas: Júlio Ribeiro no universo letrado paulista. Texto integrante do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão. ANPUH/SP-USP. Anais...** São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

_____. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

TEYSSIER, P. **História da Língua Portuguesa**. Tradução de: Celso Cunha. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ULLMANN, S. **Semântica – uma introdução à ciência do significado**. 5 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

ANEXOS

CARTAS SERTANEJAS

Composto e impresso na Typ. Santos
Rua das Flores, 62—Porto



II

« Me, me, adsum, qui feci; in me
convertite ferrum. »

VIRGILIUS, *Aeneidos*, Lib. IX vers. 420.

O maior acontecimento do principio do anno da graça de 1885 nesta legendaria provincia, é a eleição de dous bachareis republicanos para deputados á Assembléa Geral.

A julgar-se pelas passeatas, pelos *pick-nicks*, pelos jantares *sub tegmine frondis*, pelas manifestações espectaculosas de todo o genero, o successo convulsionou as plagas paulistanas, e foi repercutir na côrte, onde um dos eleitos, o sr. dr. Campos Salles, teve uma recepção vitelliana, com grande gasto de discursos, e summo gaudio dos *badauds*.

CARTAS SERTANEJAS 17

Fôra, em Portugal por exemplo, quem lêr as noticias pomposas das folhas brazileiras, realmente ou *soi disant* democraticas, admirará a pujança do adolescente partido republicano paulista, pasmará ante a sapiencia de seu pessoal, e conceberá serias apprehensões a respeito da solidez do throno do sr. D. Pedro II.

De facto, no dizer das taes folhas, os dous eleitos são dous homens modernos, de vistas largas, *scientificamente preparados* para todas as luctas da idéa, para todos os cometimentos do seculo; a victoria ganha é um resultado do genuino pensar do eleitorado da provincia, e tambem um como antegosto de governação federativa, podendo a gente afagar a esperança de troçar em patria salva, depois de ter exclamado eruditamente:

« *Magnus ab integro sæclorum nascitur ordo!* »

Si realmente assim é; si a provincia em 1870 gravidou-se de republicanismos opportunistas, e desova hoje dous deputados de talento masculino, solida-

mente nutridos em sciencia genuina; si os eleitos não têm abusões theologicas, si não rendem culto como a realidades a prosopopeias de metaphysica, si são dous homens de lucta, de combate, inconvenientemente verdadeiros, brutalmente francos — só um espirito muito terço poderá achar que glosar nas repetidas ovações. Nada então mais justificavel do que os fremitos de entusiasmo em que se estortegam os povos, desde o Largo do Patrocínio até o arco do Telles, passando pelo Becco do Sapo.

Por desgraça, o que dizem os panegyristas partidarios, o que diz mesmo em grande parte a imprensa brasileira não é precisamente, exactamente a expressão do real.

Para rectificar os factos, para arrancar dos hombros da verdade o manto de lentejoulas que lhe encobre a formosissima nudez, não ha remedio sinão fazer alguém de desmancha-prazeres; não ha outro meio sinão atirar-se um pugillo de folhas de helleboro á caçoula dos perfumes, ao incensorio dourado

Com franqueza, verdadeiramente, justificadamente haverá razão de ser para as manifestações esplendidas, custosas, barulhentas, feitas aos dous deputados republicanos?

Por ventura ter-se-á já findado a primeira sessão legislativa, e regressam os homens aos caros penates, tendo feito passar com a pujança do verbo flammejante leis radicaes sobre a descentralisação administrativa, sobre a grande naturalisação, sobre a liberdade de cultos, sobre abolição logo e logo?

Nada disso: a Camara ainda está a constituir-se, ainda contorce-se em labor de parturição com o terceiro escrutinio.

Mas que fizeram então os dous eleitos?

Até o presente fizeram... fizeram... fizeram-se eleger!

E' muito, é; mas não basta para justificar as ovações, salvo si as considerarmos um *à compte* de serviços futuros.

Isto de triumphos prévios poderá ser muito generoso, muito patriotico e até

com que se estão a thuriferar o opportunismo de S. Paulo e seus dous representantes.

Tomo a mim essa tarefa.

Porque?

Já o disse em minha primeira carta; escrevo para satisfazer a minha actividade propria.

E mais; escrevo por civismo.

O homem que sabe servir-se da pena, que póde publicar o que escreve, e que não diz a seus compatriotas o que entende ser a verdade, deixa de cumprir um dever, commette o crime de covardia, é mau cidadão.

Não é o despeito que me move, porque não póde ter despeitos quem nunca teve aspirações.

Não é tampouco o desejo de agradar a quem quer que seja; os que me conhecem, conhecem tambem a minha altiva independencia.

Na campanha que emprenhando serve-me uma arma terrivel, brutal como o aço, mas forte como elle — a sinceridade.

Começo.

mesmo muito ridiculo: sensato com certeza é que não é.

Mas o partido republicano paulista está instruido, disciplinado, orientado todos os dias em sua mentalidade pelo doutrramento do sr. Rangel Pestana; é, por conseguinte, prudente no que faz, reflectido, sensato, arkhisensato mesmo. Já se vê, pois, que não cai na corriola de fazer *à compte* por serviços futuros, que não se presta á farçada de organizar triumphos prévios.

As manifestações são dirigidas com certeza ao merito pessoal dos eleitos, e á victoria do partido.

Proceda-se com tento, por partes.

O merito pessoal dos dous eleitos.

De sua honestidade de kharacter, aliás notoria, não ha que tractar: honestidade não é merito, é dever. Ninguem recebe ovações por ser honesto: si cada homem de bem recebesse uma manifestação, as charangas não teriam mãos a medir; andaria o mundo num *Zé-Pereira* continuo. Ha muita gente honesta, honra seja á humanidade.

Serão os dous deputados homens

notáveis por seus talentos provados, pela vastidão dos seus conhecimentos?

Serriamente, francamente, mas mesmo bem seriamente, bem francamente, não são.

Ambos são conhecidos como bons advogados no fóro do interior da provincia, como tendo sido por vezes deputados provinciaes muito regulares.

Fóra d'isto, nada.

Nenhum delles escreveu jamais obra de folego ou mesmo passageira; nenhum delles redigiu effectivamente folha de grande circulação; nenhum delles collaborou ainda em revista de sciencia ou de litteratura. A sua bagagem de escriptores limita-se a alguns artigos de fóro ou de politica, esparsos nos jornaes da provincia.

S. S. Ex.^{as}, probos e criteriosos como eu folgo em reconhecer que são, deveriam cortar o surto ao entusiasmo delirante de seus amigos, que os dão, na epokha actual, como *scientificamente preparados* para debater as grandes questões que agitam a sociedade moderna.

Tal asserção, partida de adversarios, seria um sarcasmo pungente; partida de co-religionarios é uma inverdade, filha talvez de um bom desejo.

O primeiro requisito da educação moderna, como base de reorganização social, é a universalidade de conhecimentos.

O homem *scientificamente preparado* deve conhecer, ao menos elementarmente, as mathematicas, a physico-khimica, a bio-physiologia, a psychologia-moral. Deve ter boas noções de arithmetica, de algebra, de geometria, de mekhanica, de cosmologia, de astronomia sideral e planetaria, de geodesia, de geographia physica, de geologia, de mineralogia, de paleontologia, de botanica, de zoologia, de anatomia, de histologia, de pathologia, de psychologia, de moral, de anthropologia, de ethnologia, de linguistica, de historia e geographia-historica, de industria, de arte, de litteratura, de sociologia, de legislação, de politica.

E mais, deve ter estudos classicos solidos.

E sinão, leia-se o que sobre este ultimo topico escreveu Garrett. ⁽¹⁾ E' antigo, mas é actual, porque a verdade não envelhece.

«O Grego e Latim são necessarios «elementos d'esta educação nobre.

«Deixar fallar modernos e modernices, petimetres e neologistas de toda «a especie: homem que se destina, ou «que o destina seu nascimento a uma «vocação publica, não pôde sem vergonha ignorar as bellas letras e os «classicos. Saiba elle mais mathematica do que Laplace, mais khimica do «que Lavoisier, mais botanica do que «Jussieu, mais zoologia do que Linneu «e Buffon, mais economia politica do «que Smith e Say, mais philosophia de «legislação do que Montesquieu e Bentham: si elle não fôr o que os Ingleses chamam a *good scholar*, triste figura ha de fazer fallando, ou seja na «barra, na tribuna, no pulpito; tristis-

(1) *Da Educação*, edição de Londres, pag. 34.

«sima escrevendo, seja qual fôr a materia, porque não ha assumpto em «que as graças do estylo e a correccão «da phrase e belleza da dicção não sejam necessarias e indispensaveis».

Isto posto, pergunto:

Qualquer dos dous deputados será capaz de resolver uma equação do segundo gráu?—de demonstrar as propriedades da hypothenusa e das cathetas de um triangulo rectangulo?—de determinar a parallaxe da lua?—de avaliar por meio de um raio de luz a quantidade de assucar que lhe adoça o café da manhã?—de dizer que substancias deve combinar, e em que proporções para dissolver o subsidio de um dia, caso seja pago em ouro?—de trazar a arvore genealogica da vida animal, a partir da *monera* e a terminar no homem aryano, passando como por etapas, pelos *gastreaes*, pelos *acrania*, pelos *promammalia*, pelos *anthropoides*?—de reconstruir, ao menos em imaginação, as fórmãs exquisitas e gigantesas dos saurios da epokha jurassica? Conhecerão elles as affinidades

glotticas, o parentesco das linguas que é o das idéas, e por conseguinte dos homens!

Não os horrorizará a indistincção absoluta do bem e do mal? Encararão sem tremer as bases novas em que se tem collocado a moral? admitirão os ensinamentos e as doutrinas criminaes de Luys, de Bastian, de Maudsley, de Lombroso?

A resposta consciente e conscienciosa é que a mór parte destas questões, aliás elementarissimas, seriam para S. S. Ex.^{as}, verdadeiros exorcismos.

Em terreno classico não pizam com mais firmeza: nenhum delles pode sustentar uma conversação em francez decente, lêr sem dicionario uma pagina de Buckle, traduzir á primeira vista um capitulo de Cesar ou uma elegia de Tibullo.

Portuguez, conhecem, mas não profundamente: Barros, Couto, Frei Luiz de Souza, Frei Antonio das Chagas Lucena, Mendes Pinto, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Ferreira, Côte-Real, são tão privados, tão conhecidos de S. S.

Ex.^{as}, como Valmiki, como Kroswitha, como o padre Tostado.

Do snr. Prudente de Moraes até o pouco que tenho lido é soberanamente incorrecto.

Não. Scientificamente, classicamente, os dous deputados não estão mais preparados do que seus collegas de parlamento.

Estão mesmo abaixo de Nabuco, que está na Camara; de Ferreira Viana e Ruy Barbosa, que lá deveriam estar.

E' um engano doce e ledó consideral-os acima da craveira commum dos bachareis brasileiros.

Os amigos que á fina força lhes querem emprestar preparação scientifica, deveriam lembrar-se de que elles são filhos da *Academia de S. Paulo*, desse polypeiro de metaphisica e pedantismo insolente, onde os Kopkes, os Vieiras e os Leoncios constituem odiasdas excepções, onde a castigos e *bombas* se suffoca a voz dos Wernecks e dos Argymiros, onde se esterilisa a mocidade brasileira tão digna de melhor sorte.

Os amigos dos dous augustos repre-

sentantes da provincia bem sabem que elles, ao deixarem os bancos academicos, atiraram-se, como quasi todos os seus collegas, á conquista do milhão neste meio safaro e lethifero, neste «viver de provincia» que engole, que devora, que digere a quem não tem uma força de vontade descommunal, feroz, indomavel para, por um pouco de saber, lutar a todas as horas contra todos e contra tudo.

E' preciso ter uma resolução de ferro para, nas horas furtadas aos trabalhos da profissão, não ceder á decida, quando falta o mestre, quando falta o livro, quando falta a emulação, quando falta o incentivo, quando falta até um ouvinte capaz de comprehender! E' preciso ter uma vocação forte e inquebrantavel como o diamante, para não succumbir nas horas de lazer á attracção sirenica das caçadas, do jogo, do baile, da palestra da esquina, da questão de campanario... Ah! é preciso chamar-se Winckelmann ou Lund, Couto de Magalhães ou Tobias Barreto. Sinceros e bem intencionados, os

dous representantes de S. Paulo hão de fazer em bem do paiz o que permitirem suas habilidades regularissimas, seus conhecimentos modestos, sua experiencia já soffrivel em cousas de politica provinciana.

Esperar delles o que não podem dar, attribuir-lhes illustração que não possuem, chamar-lhes *tribunos* e outros nomes que taes, embriagal-os com li-sonjas, aturdil-os com ovações, é deital-os a perder de uma vez, é preparar *fiasco* pela certa.

Na proxima carta exporei com a mesma franqueza [o meu] modo de vêr a respeito do partido republicano paulista.

Capivary, 4 de Março de 1884.



IV

*Me, me, adsum qui feci; in me
convertite ferrum ».*

VIRGILIUS, *Æneidos, Lib. IX; Vers.
426.*

« Por mais amarga que seja a
« recompensa que nos caiba, diremos
« a verdade, acabaremos com os
« falsos ídolos.

« Moralismo-nos.
« Em nome dos mais sagra-
« dos princípios, apanágio da humanida-
« de de hoje—LUCREMOS: que caibam
« por terra as mediocridades! »

ARGYMIRO GALVÃO.

A *Lueta*, 22 de Março de 1885.

A imprensa de um paiz é o estalão por onde se afere a sua grandeza, é o dynamometro da sua pujança intellectual e moral, é o espelho onde elle inteiro se reflecte.

Lêr o jornal é estudar a sociedade. Cultura scientifica e ignorancia cras-

sa, aspirações generosas e baixeza de sentimentos, vistas largas e acanhamento de horisontes, força e fraqueza, desinteresse e cobiça, opulencia e miseria, civismo e servilismo, tudo se photographa, tudo se estampa, tudo se estereotypa nessa folha de papel humida, que os galopins apregôam em bandos pelas ruas.

Parece um farrapo, e é uma força, porque é uma revelação.

A imprensa brasileira está eivada de vicio, como convictamente, serenamente disse o summo sacerdote della, Quintino Bocayuva (1).

A conclusão inexoravel, necessaria, fatal é que esse vicio é consequencia de acção reflexa, é mal de sympathia: quem se acha em verdadeira contaminação de gangrena é a sociedade brasileira.

Como estudo de pathologia social tomo uma folha qualquer, *A Provincia de S. Paulo*, o numero de domingo

(1) *O Paiz*, de 20 de Janeiro de 1885.

atrazado, que é o que tenho mais á mão (1).

Que inandade, que aridez, que areal, que Sahara!

Na frente ahi está o *artigo de fundo* sobre assucares, estudado em minutos, escripto em um quarto de hora, pesado, franzido, envolvendo a idéa em phrases arrastadas, como uma aranha enrola em mil liames a mosca infeliz que lhe cahiu na teia.

Segue-se uma *revista estrangeira* khronologica, medidá, esteril, secca, chôcha, inutil.

Sob a rubrica *Questões Sociaes* extendem-se estudos de legislação agricola, firmados por um paulista distincto.

Agora, *horresco referens*, sôa estridula a nota kharacteristica da imprensa luso-americana, o nosso invento jornalístico, a parte essencialmente brasileira, a *secção livre*, vasta cloaca onde, a tostão por linha, tem direito o mais reles *voyou* de vir sentar-se, de cara

(1) *A Provincia de S. Paulo*, de 15 de Março de 1885.

descoberta ou mascarado, para expellir commodamente a bilis fetida que lhe accumulou nas visceras o despeito, o odio, a paixão baixa, o interesse ferido, a vaidade beliscada, a pequenina contrariedade...

Oh! neste departamento claro-escuro, donde fugiram espavoridas a limpeza e a verdade, é que se acotovelam, é que espolinham os *Democritos* e os *Diderots*, a mascara, a covardia, a calunnia, o aleive; é nelle que se conspurcam os kharacteres; é nelle que se fazem insinuações perfidas como os beijos de Judas, lethiferas como as dentadas do aspide... E' a elle que descem os proprios redactores da folha quando não querem carregar lealmente com a responsabilidade do que escrevem!

Oh! é aqui que se avilta, que se pros-titue de uma vez o instrumento nobilissimo que só deveria ser empregado «na propagandá do justo e do honesto, «do direito e da liberdade!» (1)

(1) *O Paiz*, numero citado.

Sotoposto a esse antro soturno dos carrascos das reputações, por baixo dessas estrebarias de Augias, como que legalisando-as, offerece-se o *noticiário*, a outra parte editorial da folha, o outro altar do *augusto sacerdocio*, a outra larga janella donde se apreçoam á mentalidade das massas os *verdicts* de seus orientadores...

Vinte e quatro noticias de pouco valor — umas, coitadinhas, por velhas, por batidas, por estafadas; outras, por virem sem conselho, sem apreciação, sem commentario, pobres, esfarrapadas, nuas — eis tudo.

Uma *parte commercial* respigada nas folhas da córte, e uma secção de annuncios completam, terminam, fecham este numero do maior, do *mais lido*, do *mais procurado*, dos organs paulistas de publicidade.

Artigo de redacção conciso, claro, sincero, verdadeiro; folhetim espirituoso, fluente, scintillante, de *verve*; critica litteraria severa, justa, fecunda; revista scientifica erudita, rica de factos, instructiva; poesia, conto ameno, obra

de arte emfim, «esse cantinho da natureza espiado através de um temperamento»; licção de propriedade no dizer, de vernaculidade de linguagem — nada disso se vá ahí procurar, porque nada disso existe ahí.

Um arrazoado longo e marraheiro, que atteste estar ao leme o *orientador da mentalidade*; uma dissertação de sciencia agricola; a *mofoina* que é o escandalo, o imprescendivel escandalo: meia duzia de novidades sornas, e annuncios, bastantes annuncios, muitos, muitissimos annuncios de cousas boas, e sobretudo baratas, eis o que basta. Tambem para que mais? Que mais falta?

Ah! falta uma cousa que HAVIA ATÉ BEM POUCO TEMPO, e que hoje é apenas uma lacuna e uma saudade... Falta o auxiliar do *factor economico*, do *elemento social*, o pregão de quanto se dará a quem restituir ao tronco, ao *viramundo* o *homem*, não, a *cousa viva e falante*, de nadezas roidas pelo azorrague, de testa marcada pelo ferro candente... Falta o ANNUNCIO DE ESCRAVOS FUGIDOS... *Proh dolor!*

Uma imprensa assim desnaturada, assim chôcha, assim esteril, assim imprestavel, accusa em quem com ella se satisfaz uma mentalidade, não mal dirigida, não desorientada, mas estupidificada, bestialisada, atropiada, eliminada, até.

De quem a culpa?

Do povo?

Não: de seus orientadores.

O povo tem sêde de verdade, o povo quer lêr, quer aprender, quer tomar parte na gestão dos negocios publicos, quer influir nos destinos da nação. Vedam-lhe a entrada no convivio nacional, trancam-lhe as portas do salão, assignam-lhe o papel passivo de rebanho de Panurgio, e isso na rua; o povo cala-se, resigna-se, mas vingá-se voltando as costas a mentores caricatos.

No tempo em que Americo de Campos escrevia os artigos flammiferos, demolidores do *Correio Paulistano*, essa folha era procurada, era lida, era devorada. Ao dizer quente do tribuno, sentia-se no espinhaço do leão popular,

ignorante e bom, grosseiro e sincero, o fremito das santas indignações...

Era que Americo escrevia em raptos de verdadeiro entusiasmo, era que sem calculo politico, sem pretensão a educador, sincero, inconveniente mesmo, dizia o que sentia, vasava no papel em phrase singella e clara aquillo que pensava, aquillo exactamente que tinha como a verdade.

Podia ser por vezes *sentimentalista* em excesso, impensado, imprudente até: podia aconselhar a revolta, o motim popular; podia concitar a *arraia miuda a firmar direito* por suas mãos, a ir arrancar grades com que argentarios embellezavam as suas casas, usurpando pedaços de rua; podia ir além ainda, mas era sempre franco, sempre leal, sempre sincero.

Nesse tempo o povo lia e tomava interesse pelo que lia; educava-se.

Entre o jornal e povo estabelecia-se uma corrente dupla de idéas, endosse e exosse de pensamento, assimilação e desassimilação de principios, vida intellectual.

Mas em má hora veiu para a provincia um papão da imprensa da cõrte, e, conhecendo a alta valia do escriptor paulista, chamou-o a si, estatelou-o em um leito de Procusto, reduziu-o ao silencio; e quando o julgou mudo e inutilisado, pôl-o á margem, como uma harpa estalada, como um alaude quebrado, como uma lyra sem cordas... Esse pontifice, esse Dalai-Lama jornalístico, que hoje na *Provincia* orienta a mentalidade da provincia, é o sr. Rangel Pestana.

Passo a estudal-o.

Não o conheço quasi como particular; poucas relações tenho com elle entretido; nunca fui a sua casa, e uma vez, em que elle me fez a honra de procurar em S. Paulo, não me encontrou, deixou-me o cartão.

E' como homem publico, exclusivamente como jornalista, que o submetto á minha analyse.

Faço justiça ao sr. Rangel Pestana: admiro-o até. E' um trabalhador valente, infatigavel, tenaz no seu proposito, firme nos seus principios. Tem o dom

riam em sua infallibilidade, si o funcionario malsinado *pede provas*, sua phylaucia exagerada leva-o ao terreno da descortezia, e elle então torna-se impolido, enfurece-se, esbraveja, falla de seus direitos de jornalista, ameaça, insulta, fica energumeno! ⁽¹⁾

Quer sempre fallar *ex-cathedra*, como mestre, de ferula em punho, dogmaticamente.

Accusado por um companheiro, rebatido por um collega, *não desce* a defender-se, *não dá satisfações*.

Dous factos.

Os srs. Americo de Campos e Lisboa, ao fundarem o *Diario Popular*, queixaram-se com amargura, francamente, em escripto impresso, de que após dez annos de convivencia sob a mesma tenda de guerra, tivessem sido *inesperadamente postos á margem* pela empreza da *Provincia*.

Que respondeu o sr. Rangel Pesta-

(1) *Provincia de S. Paulo*, de 31 de Janeiro de 1885.

terrivel da perseverança. E' de certo modo um homem de combate.

Mas é só isso; sinão veja-se.

Cheio de si, convencido de que suas opiniões politicas são determinadas por sua educação scientifica ⁽¹⁾, julgando-se collocado no que elle chama *ponto relativo* do movimento social ⁽²⁾, certo de que, intervindo como elemento para formar-se a opinião, tem concorrido para a vida politica da provincia, e imodesto a ponto de o dizer ⁽³⁾, o sr. Rangel Pestana é um typo acabado de jornalista orgulhoso.

E' intolerante, é odiento.

Seu rancor partidario arrasta-o a injustiças de apreciação e a excessos de linguagem quando censura funcionarios de credo diverso ⁽⁴⁾. E si o contra-

(1) *Provincia de S. Paulo*, de 15 de Março de 1885.

(2) *Ibidem*.

(3) *Provincia de S. Paulo*, de 3 de Janeiro de 1885.

(4) *Provincia de S. Paulo*, de 29 de Janeiro de 1885.

na aos camaradas valentes de uma campanha de tantos annos?

Nem uma palavra.

Na *chasse à courre* que me movem por amor ou antes por odio a estas *Cartas Sertanejas*, foram os redactores do *Diario Mercantil* aggreddidos de modo indecoroso em uma mofina indigna. Reagiram os nobres moços e, positivamente, em palavras terminantes, deram a paternidade da torpeza á redação da *Provincia* ⁽¹⁾.

Que respondeu o sr. Rangel Pestana a dous collegas que lhe faziam uma accusação gravissima?

Nem uma palavra.

Quão diverso é o procedimento do primeiro jornalista da America do Sul, de Quintino Bocayuva!

Em uma questão agitada pelo mesmo *Diario Mercantil*, julgando-se o digno cavalheiro mal comprehendido, desce á arena, attencioso e delicado, explica

(1) *Diario Mercantil*, de 13 de Março de 1885.

com lealdade o seu pensamento, elucida o assumpto, corteja os collegas, e sai bizarro, deixando a todos captivos pela hombridade do feito, pelas maneiras fidalgas.

Os nervos do sr. Rangel Pestana parece que desafinam com as franquezas brutaes, com as expansões inconvenientes, com as sincridades ingenuas: pelo menos é o que se póde colligir dos factos.

Americo de Campos, *posto á margem* INESPERADAMENTE, isto é, *deslealmente*, já leva a pensar assim: mas ainda do bico da penna está a cahir uma interrogação.—Não teriam influido para a retirada de Argymiro Galvão os terríveis artigos sobre o livro do dr. Benevides? Aquella dissecação fria, impiedosa, atheistica, iria bem com o organ de um partido que já declarou semi-officialmente que queria sim a destruição do throno, mas por fórma nenhuma a do altar?

Orgulhoso, tyrannico, reservado, frio, com uma vontade ferrenha, inquebrantavel, o sr. Rangel Pestana tem sabido

amoldar a seu geito o partido republicano paulista, que aliás tantas intelligencias de primor conta em seu gremio.

Gutta cavat lapidem non vi, sed semper cadendo; a verdade deste proloquio latino comprehendeu-a bem o sr. Rangel Pestana, e, insistindo, cahindo, batendo sem intermittenca, sem repouso, sempre, elle o pensador meticoloso, o escriptor mediocre, o estylista enovelado, o politico retrahido, conseguiu a direcção suprema da mentalidade republicana: dirige homens que lhe são manifestamente superiores, administra, governa... reina!

O partido republicano paulista e o sr. Rangel Pestana têm um só pensar, formam um só individuo, hypostatizaram-se: o partido republicano é opportunistista porque o sr. Rangel Pestana gosta do opportunismo: o partido republicano faz transacções, porque em politica o sr. Rangel Pestana é transigente.

Outras idéas, outros modos de pensar tivesse um; outras idéas, outros modos de pensar teria o outro.

Não vai nisto desar para o sr. Rangel Pestana; vai honra, vai gloria. O homem que por esta fórma se impõe, que se torna necessario, que domina, não é soldado réles, um factor desprezível; é um chefe poderoso, é um elemento de opinião, como elle mesmo o diz. Não é um fraco, um vencido; é um forte, um triumphador.

Dos seus meios de acção, de suas armas de guerra, conheça quem quizer: as peças de convicção para esse estudo ahí estão vivas, actuaes, na celebre questão travada com a imprensa liberal, sobre a *coherencia republicana*.

O facto em sua brutalidade é que o sr. Rangel Pestana é o director supremo do partido republicano paulista.

E em mal, porque lhe cabe grande parte da responsabilidade pelo estado de scepticismo politico, de abatimento civico, em que se acha a provincia.

Sem cuidar de educar o povo, de proporcionar-lhe leitura adequada a seu estado de incerteza philosophica, de vacillação politica, de ignorancia em tudo, o sr. Rangel Pestana só lhe tem

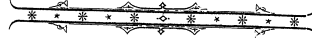
procurado *orientar a mentalidade* no sentido das tranquiernas eleitoraes, preparando-o para tomar a sério a farçada ridicula dos nossos comicios, onde tudo se faz representar, menos a vontade nacional.

A imprensa, para ser uma alavanca de progresso, deve ser moralizada, imparcial, justa, uma sempre para com amigos, para com adversarios, para com todos; deve exforçar-se por levantar o kharacter nacional, banindo o *testa de ferro*, o *anonymo*, obrigando cada um á responsabilidade de seus actos como acaba de fazer a *Gazeta de Piracicaba*, pequenino semanario que por isso se tornou um colosso; deve enviar todos os exforços para despertar no povo uma curiosidade salutar que o leve ao estudo, que o leve á comprehensão de seus direitos, deve derramar a luz por todos os meios, em tempo, fóra de tempo, insistentemente, obstinadamente, sempre; deve *orientar a mentalidade* no sentido da concepção scientifica do universo, porque dessa concepção é que dependem, é que pro-

manam todos os actos humanos; deve emfim a imprensa ser tal que, examinada no estrangeiro, dê do paiz uma idéa elevadissima.

A *Provincia de S. Paulo*, synthese perfeita das idéas dos republicanos paulistas, não está neste caso: o sr. Rangel Pestana não é um benemerito.

Capivary, 24 de Março de 1885.



V

« Me, me, adsum qui feci; in me
convertite ferrum. »

VIRGILIUS, *Aeneidos*, Lib. IX, vers. 246

Quando appareceu a minha segunda *Carta Sertaneja*, um escriptor republicano, abrigado pelo transparente pseudonymo *Democrito*, desceu á arena *gloriosa* da secção livre da *Provincia de S. Paulo*, não precisamente para contestar-me, mas para exhibir-se como sabio, fingindo que me derribava do pedestal invejavel em que elle mesmo houve por bem alcandorar-me.

Trabalhou o homem, deitou abaixo a livraria, e a golpes *positivos* de Comte, de Spencer, de Bain, de Hovelacque, de Holmes, e até de um romanista, cujo nome elle ignora, arremetteu contra

mim e... contra a paciencia do publico.

Escreveu dez cartas, dez missivas compridas, dez epistolas estiradas, massiças, massudas, cheias, indigestas, formidaveis.

Que *escriptor*, santo Deus!

Não conhece logica, não tem estylo, não sabe grammatica. E' diffuso, é pesado, é chato, é charro.

Em periodos de dezesseis linhas, sem descanso, sem pausa, de solecismo em solecismo, arrasta-se-lhe o pensamento brumoso, gerando em quem tem a constancia ferrenha de segull-o, não a convicção, mas o somno.

E' um matagal de dormideiras.

E eu teho de penetrar nesse labyrintho de Portuguez contuso e pedantismo parvoeirão, nessa cloaca litteraria para exhumar della a verdade desacordada que o mediocre feriu, e ahi lançou por morta.

Não consentirei que a toleima empavezada *escorregue para cima* á minha custa.

Vou direito ao escopo: não quero

agora por arma a ironia fina, delicadamente mordaz, mimosamente atroz, artisticamente envenenada... Não: quero o realismo implacavel, feroz, brutal como um sócco que esmigalha um verme.

Faço calar a minha indignação: podendo ser severo, serei sómente justo.

Principio.

Os ataques de Democrito dividem-se por si em duas classes: accusa-me elle de ignorancia em materias de philosophia; accusa-me de plagiato litterario.

Vamos por partes — a minha ignorancia em materias de philosophia.

Em suas quatro primeiras cartas, e em grande parte da quinta, repetindo, repisando argumentos, articula Democrito:

1) que, segundo a opinião de Augusto Comte, « a educação exige um « espirito de conjuncto que é indispen- « savel mesmo *sobre* os mais simples « aspectos. »

2) que *não* é com o ensino de *todos* os ramos dos conhecimentos humanos

indistinctamente que se obtem uma educação *universal*.

3) que eu não faço distincção entre conhecimentos abstractos e conhecimentos concretos.

4) que eu confundi lamentavelmente *sciencia* com *erudição*, e que eu exigi dos dous deputados republicanos preparo não de *homens de sciencia*, mas de *simples eruditos*.

5) que as sciencias concretas ou de applicação nada têm que vêr com a universalidade de conhecimentos.

6) que eu falseei o pensamento de Comte, passando-o do abstracto para o concreto.

7) que, apesar de descer ao terreno concreto dos detalhes, passei em absoluto silencio a trigonometria, a geometria *analytica* e o calculo.

8) que a minha desconjunctada nomenclatura poderá ser tudo quanto quiserem meus admiradores, mesmo uma obra de genio; não passando, porém, aos olhos dos homens melhor preparados e mais imparciaes, de um formidavel *embroglio*, verdadeiro-attestado

ser eu, para ter o prazer satânico de fazer mal.

15) que eu não sei si os dous deputados republicanos leram ou não Comte e Spencer.

16) que tambem deseja que as classes dirigentes, isto é, as que têm de exercer a função politica, tenham preparo scientifico.

Passo a responder, ponto por ponto, o mais laconicamente possivel.

1

«A educação exige um espirito de «conjuncto que é indispensavel, mesmo «sobre os mais simples aspectos.»

Pondo de parte o «*sobre os mais simples aspectos*», que me parece erro de Democrito na traducção das palavras de Comte, atendo-me ao «*espirito de conjuncto*», respondo: Estou de accordo, de perfeito accordo. E nunca eu disse o contrario. Affirmar que eu o fiz, é uma inverdade, é assacar-me um alevae.

de um cerebro incapaz de qualquer generalisação scientifica ou philosophica, só proprio de um litterato pedante ou de um segundo Daniel Lambert.

9) que de tal nomenclatura acha-se arbitrariamente excluida a economia politica.

10) que, exigindo dos dous deputados republicanos educação classica, so-lida, eu repeti uma banalidade de Garrett, repudiada hoje pelas primeiras auctoridades em materia de educação.

11) que o estudo do Grego e do Latim não tem utilidade, corroborando isso com uma citação de Bain.

12) que Michel Bréal condemna a educação classica em França, como uma fonte de perigo para o espirito e para o senso moral, por preoccupar-se exclusivamente com a fórma,

13) que as nossas emoções exercem grande influencia sobre nossa conducta, e que as festas republicanas impressionaram-me desagradavelmente.

14) que *ninguem se lembrou de dizer que os dous deputados republicanos eram verdadeiros homens de sciencia, a não*

2

«Não é com o ensino de todos os «ramos dos conhecimentos humanos «indistinctamente, que se obtem uma «educação universal.»

Responda Carrilho Videira, o ardente propugnador da republica intemerrata; responda Teixeira Bastos, o condensador portuguez da *Philosophia* de Comte:

«—P. Que significa instrucção?

«—R. O conjuncto de *todas* as verdades e de *todas as noções scientificas* «tiradas dos factos pela observação e «experiencia (1).

Responda mais Pichard, o divulgador positivista, recommendado por Littré:

«—P. Em que consiste a educação positiva?

«—R. No ensino das *noções fundamentais das sciencias* que nos levam á

(1) *Catecismo Republicano*. Lisboa, 1880, pag. 30.

« concepção positiva do mundo, e na
« aplicação dos dados destas sciencias
« ao homem, pelo que respeita á hygiene e ao desenvolvimento intellectual,
« esthetico e moral.

« Este ensino *deve abraçar os factos geraes de todas as sciencias principaes*, partindo da mais simples para a mais complicada, de sorte que o espirito possua um conjuncto coordenado, indivisivel, *de noções positivas sobre todas as diversas ordens de factos* que o universo nos apresenta, conjuncto que será o fundamento da razão, da esthetica e da moral.

« A instrucção scientifica está hoje muito divulgada, mas a maior parte das vezes é restricta e especial. Ha pessoas que, versadissimas nas sciencias inferiores, não têm a menor noção de biologia, ou de sociologia; outras, tidas como habeis em economia, em politica, em philosophia, ignoram completamente as mathematicas, a astronomia, a physica e a khimica. Os primeiros têm no seu espirito um edificio solidamente assentado, mas

e as sciencias da malsinada nomenclatura são exactamente os *conhecimentos concretos*.

Saiba Democrito que esta é a doutrina de um dos mais lidos, dos mais respeitadros materialistas francezes; é a doutrina de André Lefèvre.

Ouçã-se o mestre:

« Fóra da hierarchia das sciencias de observação, a mathematica, reduzindo á noção de quantidade os tres caracteres geraes de todo o objecto particular, numero, extensão e movimento, offerece ao homem processos simplificados que elle applica a todos os seus conhecimentos.

« A philosophia geral se compõe dos *resultantes geraes* obtidos *pelas sciencias concretas*, e resumidos pelas tres philosophias parciaes, physico-khimica, bio-physiologia, psykologia moral. Nenhuma de suas conclusões pode contradizer as de seus componentes hierarkhicos, nem inverte a ordem natural da dependencia ⁽¹⁾. »

(1) *La Philosophie*, Paris, 1879, pag. 424-425.

« por acabar, ou o que peor é, terminando com materiaes theologicos ou metaphysicos, sem unidade, sem consistencia, fragil e disparatado. Os segundões possuem a parte que corôa o edificio *mas não têm nada real e estabelecido* em que o assentem. Para uns e para outros ha *impossibilidade* de fundar construcção acabada, solida e homogenea em todas as suas partes; em uma palavra: incapacidade de chegarem á concepção positiva do mundo ⁽¹⁾. »

3

« Eu não faço distincção entre conhecimentos abstractos e conhecimentos concretos. »

Respondo: Faço.

As mathematicas, a physico-khimica, a bio-physiologia, a psykologia moral representam os *conhecimentos abstractos*,

(1) *Doutrina do Real*, Porto, 1876, pag. 157-158.

4

« Confundi lamentavelmente *sciencia* com *erudição*, e exigi dos deputados republicanos preparo não de *homens de sciencia*, mas de *simples eruditos*. »

Não ha tal, eu não quiz que os dous deputados republicanos fossem *simples eruditos*: eu quiz que elles fossem *homens scientificos*. Exigi delles *sciencia*, não exigi *erudição*.

Democrito é quem falla de *erudição* e *sciencia* sem saber o que seja uma e outra cousa.

Aprender sempre: aprenda Democrito, e aprenda de uma auctoridade insuspeita, de Littré:

« ERUDITION, s. f. Savoir approfondi dans les langues anciennes ou orientales, dans les origines des peuples, dans les inscriptions et les medailles, en un mot, dans tous les documents qui fournissent les matériaux à l'histoire. »

« ERUDIT, SAVANT. Savant est le terme le plus général, désignant celui qui sait.

«Ainsi l'Académie des sciences est com-
 «posée de savants ainsi que l'Académie
 «des Inscriptions et Belles Lettres, mas
 «ces deux ordres de savants sont bien
 «différents: *les premiers* s'occupent de
 «mathématiques, d'astronomie, de phy-
 «sique, de chimie, de biologie: *les au-*
 «*tres* s'occupent des langues des peuples
 «anciens, de leurs usages, de leurs mo-
 «numents, etc., et on les nomme des
 «ERUDITS (1).»

Então trata-se de confusão minha
 lamentável, ou de ignorância provada
 de Demócrito?

Desta maneira é que Demócrito ne-
 ga o meu critério científico, para esta-
 belecer o seu.

Tem coragem: falla do que não sa-
 be, decide do que não entende com um
aplomb... invejável!

E o caso é que acha o sr. Lucio
 de Mendonça e outros, bons moços que
 o applaudem...

(1) *Dictionnaire de la Langue Française*,
 articles ERUDIT et ERUDITION.

«Un sot trouve toujours un autre
 plus sot qui l'admire.»

Adiante.

5

As sciencias concretas ou de applica-
 ção nada têm que ver com a univer-
 salidade de conhecimentos.»

Responda Lefèvre:

«A concepção de Comte não é pra-
 «tica, não é conforme ao *methodo experi-*
 «*mental*: põe o geral antes do particu-
 «lar, o abstracto antes do concreto, a
 «lei antes do facto. *Porque não começar*
 «pelo que se chama hoje «lição de
 «cousas» *pelas sciencias immediatas,*
 «*descriptivas*? Não são ellas o *proprio*
 «*fundo das sciencias abstractas*? Estas,
 «com muito mais utilidade, virão clas-
 «sificar os conhecimentos adquiridos, e
 «resumir os traços geraes das diversas
 «ordens de phenomenos, alternativa-
 «mente, quando preciso fôr.

«Ha na nomenclatura de Comte
 «uma lacuna estranha que parece uma

«negação de justiça: as sciencias concre-
 «tas não figuram nella.»

6

«Eu falseei o pensamento de Comte,
 «passando do abstracto para o con-
 «creto.»

E' muito possivel que isso tenha
 acontecido.

E que mal haverá si assim fôr?

Sou eu por ventura escoliaste de
 Comte?

Em materia de positivismo eu nem
 sequer sou dessidente, quanto mais
 orthodoxo!

7

«Passei em absoluto silencio a tri-
 «gonometria, a geometria analytica e
 «o calculo.»

«Pois não mencionei eu mathemati-
 «cas? Trigonometria, geometria analy-
 «tica, o que vem a ser sinão calculo, «a
 «realisação das operações exigidas para

«resolver questões numericas, quer ari-
 «thmeticas quer algebricas?»

Não será a trigonometria uma parte
 da geometria?

Que é geometria analytica sinão
 «a applicação da algebra á geome-
 «tria?»

Muito longe vae o pedantismo! A
 muito se abalança o indouto que quer
 campar de sabio, o mediocre que se
 contorce para firmar reputação.

Mas, francamente, isto é desafôro:
 Demócrito com certeza pensa que está
 em terra de Beócios, que os leitores da
Provincia são sandeus.

8

«A minha desconjunctada nomen-
 «clatura poderá ser tudo quanto qui-
 «zere meus admiradores, mesmo uma
 «obra de genio; não passando, porém,
 «aos olhos dos homens melhor prepa-
 «rados e mais imparciaes de um formi-
 «davel *embroglio*, verdadeiro attestado
 «de um cerebro incapaz de qualquer
 «generalisação scientifica ou philoso-

«phica, só proprio de um litterato pe-
«dante ou de um segundo Daniel Lam-
«bert.»

Respondo: A *minha* nomenclatura
não é minha, é de Lefrèvre ⁽¹⁾; e a
elle é que se dirige o *bouquet* de ama-
bilidades ou, para fallar sem ironia, o
esguicho de sandices.

9

«De tal nomenclatura acha-se arbi-
«trariamente excluída a economia po-
«lítica.»

Respondo: A nomenclatura é de
sciencias.

Será *sciencia* a economia politica?

Responda ainda o insuspeito Pi-
chard:

«— P. A economia politica é uma
sciencia?

«— R. Não, porque os factos que
«ella estuda não estão sujeitos a leis
«immutaveis ⁽²⁾».

(1) *Obra citada*, pag. 429.

(2) *Obra citada*, pag. 115.

E mesmo quando fosse sciencia, não
estaria comprehendida na sociologia,
não seria uma provincia della?

Já se vê que a exclusão é justifica-
da, e que arbitrio não ha sobre isto,
sinão na phantasia obtusa de Democrito.

10

«Exigindo de homens publicos, de
«oradores, educação classica, solida, eu
«repeti uma banalidade de Garrett, re-
«pudiada hoje pelas primeiras aucto-
«ridades em materia de educação.»

Banalidade!

Democrito, na sua myopia intelle-
ctual, na sua vasta insciencia, toma a
nuvem por Juno, pensa que bradam
por *abolição* os que sómente exigem
reforma.

Attenda-se.

Em fins de Setembro de 1882, hon-
tem, pôde-se dizer, escreveu *Guardia*,
o grande medico, o grande humanista,
o *grande propugnador da instrução
publica* em França:

«Compete á Escola Livre, que fundou

«a *instrução classica sobre a instrução
«primaria*, completar a sua obra ⁽¹⁾.

E mais:

«Parece difficil contestar que o aba-
«timento profundo das letras contem-
«poraneas deva ser attribuido, entre ou-
«tras causas, ao abatimento não menos
«profundo dos estudos nas classes bur-
«guezas chamadas dirigentes ⁽²⁾.

E mais:

«A egualdade democratica vai por
«ahi adiante e, si continua a progressão,
«dentro de cincoenta annos, de vinte e
«cinco talvez, terá desaparecido todo
«o rasto da *antiga tradição classica*,
«da *alta cultura litteraria* ⁽³⁾.

E ainda:

«Em que pensam os fanaticos que
«fallam incessantemente de engrandecer
«e glorificar a patria pela escola, le-
«vando por diante o *sonho idiota* de

(1) *L'Etat enseignant et l'Ecole libre*,
Paris, 1883, pag. x.

(2) *Idem*, pag. 64.

(3) *Idem*, pag. 66.

«transformar a *instrução* em *aprendi-
«sagem*, e de cobrir a França de sargen-
«tos instructores e de contra mes-
«tres? ⁽¹⁾».

E agora:

«Levantar com brilho os *estudos
«classicos* que estão a cair, revivifi-
«cal-os pela regeneração, no proprio ins-
«tante em que se prepara o estado para
«acabar com elles, *fazer humanistas*
«apezar do bacharelado e do concurso
«geral seria a *melhor resposta as tenta-
«tivas dos desatinados*, que nem dis-
«simulam a intenção que têm de *deca-
«pitar* as casas livres de educação ⁽²⁾.

E finalmente:

«Si sois escriptor, orador, não ha-
«veis de desejar *commetter esses erros*,
«*dar essas cinzas*, que são o *justo cas-
«tigo da ignorancia*, e das quaes hoje
«temos exemplos em demazia, vindos
«de cima. Taes *asnidades* a ninguem
«recommendam, e quanto ellas se repe-

(1) *Idem*, pag. 68-69.

(2) *Idem*, pag. 106.

«tem pela bocca ou pela pena dos «auctoritarios que lisongeiam a democracia, mostrando-se *utilitarios*, ha direito «de perguntar si esses fabricantes de «erros historicos, *kronologicos* e outros, *não quererão fazer vigorar um «systema de instrução que os ponha «inteiramente á VONTADE diante do pu- «blico*, como aquella raposa derrabada «que entendia que as suas irmãs er- «ravam em arrastar um appendice inu- «til e incommodo ⁽¹⁾.»

Relativamente a Democrito, como vai a calhar este simile da raposa derrabada!

11

«O estudo do Grego e do Latim não tem utilidade.»

Responda ainda Guardia:

«De que serve aprender as linguas antigas, perguntam muitos. Para melhor saberem-se as modernas, pode-

(1) *Idem*, pag. 71.

«se-lhes responder. E não vai nisto paradoxo. Com effeito, as linguas modernas são primitivas ou derivadas; «e linguas primitivas só lucro podem «ter em ser comparadas com outras «linguas, primitivas como ellas, mas «immobilizadas na morte: as linguas derivadas nunca hão de ser bem entendidas sem as linguas mães ⁽¹⁾.»

Não é tudo: as nações civilizadas «têm uma litteratura que representa «as memorias do genio e do espirito «nacional. Por mais originaes que as «julguemos, essas litteraturas senti- «ram mais ou menos a influencia das «litteraturas anteriores, quer pelas vicissitudes da historia, quer pelo desenvolvimento da civilisação, segundo «a lei fatal de que o morto agarra o vivo. «Ora a *tradição greco-latina* mais ou «menos alterada, *domina o mundo catholico-feudal da meia idade*, e governa TODAS as cabeças pensantes desde «os primeiros alvores da Renascença ⁽²⁾.»

(1) *Idem*, pag. 83.

(2) *Idem*, pag. 84.

«Como os moços comprehenderão «a famosa questão dos antigos e dos «modernos, si nem uns, nem a outros «conhecem? Vós não os separareis, «fazendo a historia das letras assim «como não separareis o Grego do Latim, como tendem a fazer espiritos «limitados ou prevenidos, que só se «podem valer de sua *incompetencia*; «deixemos este termo brando talvez de «mais, para justificar um erro enorme, «mais ainda, uma falta pesada e irremissivel em pedagogia. Sacrificar o «Grego de coração alegre, sob o futil «pretexto de que as duas linguas classicas não poderiam ser ensinadas e «aprendidas simultaneamente, não é só «inscrever-se de falso contra a experiencia dos seculos, como dar o ultimo golpe nas humanidades agonisantes; é assumir uma responsabilidade «que suppõe pouca reflexão e pouco «alcance de vistas ⁽¹⁾.»

Whitney, o moderno, Whitney, o progressista, Whitney, grande professor

(1) *Idem*, pag. 86-87.

do Yale-College, Whitney, um dos maiores linguistas do mundo, diz:

«As linguas e a historia dos gregos «e dos romanos SERÃO SEMPRE COMO «SÃO HOJE, O FUNDO DE UMA EDUCAÇÃO «LIBERAL ⁽¹⁾.»

Quem não sabe a arte não a estima, disse Camões, e disse uma verdade profunda.

Democrito não sabe Latim; acabe-se com o estudo do Latim. Democrito não conhece uma letra grega; para que servirá saber o Grego?

Pois sem Grego e até sem Latim Democrito não é... Democrito?

12

«Michel Bréal, inimigo da educação «classica em França, como uma fonte «de perigo para o espirito e para o senso moral, por preoccupar-se exclusivamente com a forma.»

(1) *La vie du Langage*, Paris, 1886, pag. 156.

Michel Bréal inimigo da educação classica! O professor de *Grammatica Comparada do Collegio de França* inimigo da educação classica! O traductor de Bopp, o auctor do *Les mots Latins*, o escriptor de ensino de livros classicos, inimigo da educação classica!

Nunca se escreveu maior calunnia, nunca se estampou tamanho dislate!

Ouçã-se Michel Bréal:

«Quer a desgraça que as questões em França sejam sempre apresentadas de modo absoluto. Discute-se si o *Latim e o Grego são estudos uteis* ou *si é melhor supprimil-os*. Poucos são, porém, os que indagam *si a maneira por que fazemos o estudo das linguas antigas é a melhor para obter o bom resultado que a sociedade tem direito a exigir delles*. Parece que se suppõe que o methodo de ensino usado em nossos lyceus é o unico possivel, e que a unica alternativa que se nos offerece é segui-lo ou renunciar ás linguas classicas (1).»

(1) *Idem*, pag. 7.

«Quantas pessoas sabem que a campanha emprehendida em 1852 pelo padre Gaume, *contra os estudos classicos*, já tinha sido dada, não sem brilho, na Allemanha, de 1820 a 1825.

«A replica foi dada por excellentes *scholars* de modo, *para responder a laes arguições*, reproduzidas em França, basta traduzir as obras *que advogaram na Allemanha a CAUSA DA ANTIGUIDADE CLASSICA* (1).»

E Democrito ousa fallar em probidade litteraria! Bréal inimigo da educação classica!

Decididamente o homem pensa que ninguem lê na Provincia de S. Paulo.

13

«As nossas emoções exercem grande influencia sobre a nossa conducta, e as festas republicanas impressionam-me desagradavelmente.»

Sim, senhor; isto é a pura verdade.

(1) *Quelques mots sur l'Instruction Publique en France*. Paris, 1872, pag. 5.

As festas republicanas desagradam-me horriavelmente: em minha segunda *Carta Sertaneja* já eu fiz ver porque.

14

«Ninguem se lembrou de dizer que os dous deputados republicanos eram verdadeiros homens de sciencia, a não ser eu, para ter o prazer satânico para fazer mal.»

Não sei realmente que qualificativo merece quem isto affirma.

Comprehendo agora a razão do pseudonymo: mesmo para satisfazer o despeito, só de mascara é que um homem se abalará a empregar meios destes!

Avalie-se a probidade de Democrito: é com provas irrefragaveis que eu o accuso de ser deshonesto no que escreve, de ser de má fé no que insinúa.

Leia-se o que em artigos editoriaes estampou *A Provincia de S. Paulo*, a folha em que Democrito se exhibe:

«Campos Salles reúne em si todas

«AS QUALIDADES NECESSARIAS para o desempenho do honroso cargo que lhe pôde ser confiado.»

«*Pensador illuminado*, PERFEITO CONHECEDOR DAS GRAVES QUESTÕES QUE SE AGITAM NO MOMENTO ACTUAL, etc.» (1)

«Como kharacter, como ILLUSTRACÃO e como politico, o dr. Prudente de Moraes é um dos candidatos *mais dignos* dos votos dos paulistas *que desejam manter as glorias de seus antepassados*.» (2)

«Si não temessemos as hyperboles em politica, poderiamos annunciar que os dous paulistas *valem uma deputação inteira*.» (3)

«Os talentos, as convicções e a EDUCACÃO SCIENTIFICA dos ILLUSTRES precursores da Republica, são garantias da difficil, mas gloriosa missão, etc.» (4)

(1) *Provincia de S. Paulo*, de 16 de Novembro de 1884.

(2) *Idem*, de 27 de Novembro de 1884.

(3) *Idem*, de 8 de Janeiro de 1885.

(4) *Idem*, de 13 de Janeiro de 1885.

Verba volant, scripta manent.

Democrito não poderia ter deixado de lêr, na sua querida *Provincia*, o que ahí fica citado: negou conscientemente a verdade, negou um facto que sabia. E ousa fallar em boa fé!

15

«Eu não sei si os dous deputados «republicanos leram ou não Comte e «Spencer.»

Aqui está photographado o homem, o joven paladino da joven republica, o esperançoso Democrito!

Nada de classicismo, nada de sciencias concretas, nada de erudição: Comte e mais Comte, Spencer e mais Spencer, eis o elixir da vida, eis a panacéa infalível!

Comte para orientar, Spencer para ensinar a transigir; Comte para *educar* os dous deputados, Spencer para dar-lhes o diapásão da voz trovejadora de tribunos, e ahí está salva a patria, ahí está o que tapa a bocca aos preopinantes!

«mo não é a philosophia definitiva, «mas tudo que elle inventou pereceu. O «que elle encerra de viavel e de são, o «que lhe communica uma virtude vivificadora, o que delle o nosso seculo «retém, é devido ao methodo experimental e á longa serie de grandes homens que, desde Thales até Augusto «Comte, por intuições atrevidas, por «apalpadellas, por observações perseverantes, egualaram a concepção do «universo ao proprio universo, e fizeram da philosophia a imagem, por «assim dizer, da realidade objectiva.»⁽¹⁾

16

«Tambem deseja que as classes dirigentes, isto é, as que têm de exercer «a função politica, tenham preparo «scientifico.»

Muito bem! Eis um desejo arrazoado, louvavel.

Mas, confessando Democrito, como

(1) *Obra citada*, pag. 420-43.

Viva Comte! *Hurrah for Spencer!*

Pois Democrito me ha de dar licença para que eu não partilhe «de seu «entusiasmo pelos dous grandes homens, que reconheço como gigantes «do pensamento, mas não como directores infalliveis da mentalidade humana».

Ambos têm falhas no systema philosophico, ambos têm sido com razão combatidos em erros graves de doutrina.

Roberty, por exemplo, censura acerbamente os sophismas de Herbert Spencer e Lefèvre nos faz ver com que capricho, com que odio injustificado persegue o sabio inglez a linguistica, sciencia que elle não conhece, e que se obstina em julgar por aberrações de Max Muller.

Da eskhola de Comte diz ainda o insuspeito Lefèvre:

«A lei dos tres estados, a hierarkhia «das sciencias, o altruismo e o officio «religioso, não justificam as pretensões «da eskhola. Não sómente o *Positivis-*

confessou, que os dous deputados republicanos não possuem conhecimentos scientificos, e, desejando, como declara, que os que têm de exercer a função politica os possuam, é logico concluir que os dous alludidos deputados lhe não enchem bem as medidas, e que, na sua opinião delle, estão no parlamento um pouco sem merito para isso.

E assim sendo, porque tantas iras contra mim, que não fui a tanto, que só condemnei as multiplicadas thuriferações?

Francamente, mas mesmo bem francamente, Democrito não passa de um charlatão de marca maior, de um ingenho, para não dizer um imbecil, que o que quer é arrotar conhecimentos, dispondo apenas de uma leitura indigestissima de meia duzia de obras de philosophia. Não tem criterio scientifico, não tem largueza de vistas, não sabe exprimir-se, não tem estylo, não tem correcção de phrase, não tem qualidade alguma das que recommendam um escriptor.

Quando se mette a repetir conceitos meus para ter graça, tentando *fazer espirito*, causa penna: não é ensosso, não é lorpa; é lugubre.

Nesta longa carta fica provada a supina e vergonhosa ignorancia de Democrito, o seu requintado pedantismo, a sua impudica desfaçatez; fica também indicada a má fé que o caracteriza, e que eu em breve trarei de todo á luz.

Não escrevi para fazer alarde de sa-benças; escrevi para chamar á ordem um pretencioso insolentissimo, cuja philaucia só em sua veneranda insipien-cia acha parelha.

Em materias de philosophia, diga agora Democrito o que quizer: está provado que eu não devo perder tempo em responder-lhe.

Suspendo-lhe a razão: «em paz e ás moscas.»

Capivary, 7 de Abril de 1885.



VI

«Me, me, adsum qui feci; in me
convertite ferrum.»

VIRGILIUS, *Aeneidos*, Lib: IX vers. 426.

Na passada carta patentei a insipien-cia profunda de Democrito, o seu ir-risorio pedantismo, a sua protervia des-communal, a sua desfaçatez em alterar doutrinas, em negar actos provados, em sustentar disparates.

Ficou reduzido a pó o castello de sciencia dysenterica que elle arkhitectou manhosamente, trabalhosamente, sup-pondo que estava fundando á minha cus-ta a sua reputação de sabio.

Hoje o caso é outro: trato de trazer a luz a puerilidade fraudulenta, a má fé simiana, a improbidade bestial de Democrito nas accusações graves que me faz.